

# PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOUVEIA E ÁREA ENVOLVENTE CONSOLIDADA

FASE 3

Volume I – Relatório de Caracterização e Diagnóstico da ARU

Dezembro de 2016



GOUVEIA  
A NOSSA ESTRELA

 **TERRITÓRIO XXI**  
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE



# ÍNDICE

<b>1</b>	<b>NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DA ARU.....</b>	<b>10</b>
2.1	Caracterização Territorial da ARU .....	10
2.1.1	Génese Histórica .....	10
2.1.2	Património Edificado .....	13
2.1.3	Demografia e Socioeconomia .....	19
2.1.4	O Espaço Edificado .....	27
2.1.5	Rede Viária, Espaços Públicos e Estacionamento .....	40
2.1.6	Infraestruturas Básicas .....	53
2.1.7	Qualidade do Ambiente Urbano .....	54
2.1.8	Inquéritos à População.....	58
2.2	Diagnóstico.....	62
2.2.1	Análise SWOT .....	62
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>65</b>
	<b>Anexos .....</b>	<b>67</b>
	Anexo I – O Património Urbano do Centro Histórico de Gouveia.....	68



# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Metodologia de análise de dados da ARU.....	8
Figura 2: Mapa da Ocupação Romana na Península Ibérica.....	10
Figura 3: Inscrição Hebraica da Sinagoga de Gouveia .....	12
Figura 4: Património edificado na ARU .....	14
Figura 5: Património edificado no Centro Histórico .....	15
Figura 6: Casa da Torre .....	17
Figura 7: Igreja da Misericórdia.....	18
Figura 8: Grandes grupos etários da população residente.....	20
Figura 9: População residente na ARU (subsecção estatística) .....	22
Figura 10: Famílias residentes, ARU, Freguesia de Gouveia e Município .....	23
Figura 11: Famílias residentes na ARU .....	24
Figura 12: Condição perante o trabalho, Centro Histórico.....	26
Figura 13: Bairros Históricos .....	28
Figura 14: Idade do edificado, ARU, Freguesia de Gouveia e Município .....	30
Figura 15: Idade do edificado no Centro Histórico.....	31
Figura 16: Uso funcional do rés do chão dos edifícios, Centro histórico.....	33
Figura 17: Equipamentos coletivos na ARU.....	34
Figura 18: Equipamentos Coletivos no Centro histórico .....	35
Figura 19: Número de Pisos, Centro histórico.....	36
Figura 20: Ocupação do edificado, Centro histórico .....	38
Figura 21: Estado de conservação do edificado, Centro histórico .....	40
Figura 22: Estrutura viária – Classificação segundo ARU.....	42
Figura 23: Rua da República e Avenida 25 de Abril .....	43
Figura 24: Hierarquia Viária .....	44
Figura 25: Tipologia de circulação no espaço público .....	46
Figura 26: Existência de barreiras à circulação pedonal no espaço público .....	47
Figura 27: Bairro do Castelo, Barreiras à mobilidade .....	48
Figura 28: Existência de passeios .....	49
Figura 29: Estado de conservação dos passeios.....	50
Figura 30: Estacionamento no Centro Histórico .....	52
Figura 31: Lugares de estacionamentos por alojamento .....	52
Figura 42: Estrutura verde na ARU.....	55

Figura 33: Índice da qualidade do ar do Centro Interior .....	57
Figura 33: Inquéritos à população – Opiniões sobre a área de intervenção .....	59
Figura 34: Inquéritos à população – Opiniões sobre prioridades de intervenção na ARU .....	60

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores Comparativos entre a ARU, o Concelho e a Região .....	19
Tabela 2: Indicadores demográficos - ARU, Concelho e Município .....	21
Tabela 3: Nível de escolarização da população residente em 2011 .....	25
Tabela 4: Evolução do número de edifícios 2001-2011 .....	30
Tabela 5: Hierarquia viária definida no PU .....	41
Tabela 5: Emissões totais em t/Km2, 2009 .....	57



# ABREVIATURAS

A - Autoestrada

AIDUS - Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).

ARU - Área de Reabilitação Urbana

BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação

CIM – BSE – Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela

CIM - Comunidades Intermunicipais

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal

EN – Estrada Nacional

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP

IIP - Imóvel de Interesse Público

INE – Instituto Nacional de Estatística

ITI - Investimentos Territoriais Integrados

MN - Monumento Nacional

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

ORU - Operação de Reabilitação Urbana

PARU – Plano de Ação para a Regeneração Urbana

PDM - Plano Diretor Municipal

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PU - Plano de Urbanização

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território

RJRU - Regime Jurídico de Reabilitação Urbana

# 1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório (Volume I) integra a Fase 3 da “Elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada” e contém a Caracterização e Diagnóstico da ARU.

A ARU da Cidade de Gouveia, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Gouveia sob proposta da Câmara Municipal, relativa à delimitação da *ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada*, na sessão de 17 de dezembro de 2014. Esta foi publicada em Diário da República (2ª série – N.º 15 – 22 de janeiro de 2015), através do Aviso n.º 777/2015 e remetida ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP.

Face aos objetivos estipulados para a *ARU do Centro Histórico de Gouveia e Área Envolvente Consolidada*, o Município de Gouveia, na qualidade de entidade gestora, optou por desenvolver uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática, uma vez que pretende concretizar uma intervenção integrada de reabilitação urbana, envolvendo a requalificação e revitalização da área urbana delimitada como ARU. A ORU será enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

A elaboração da proposta de PERU assenta em três componentes fundamentais:

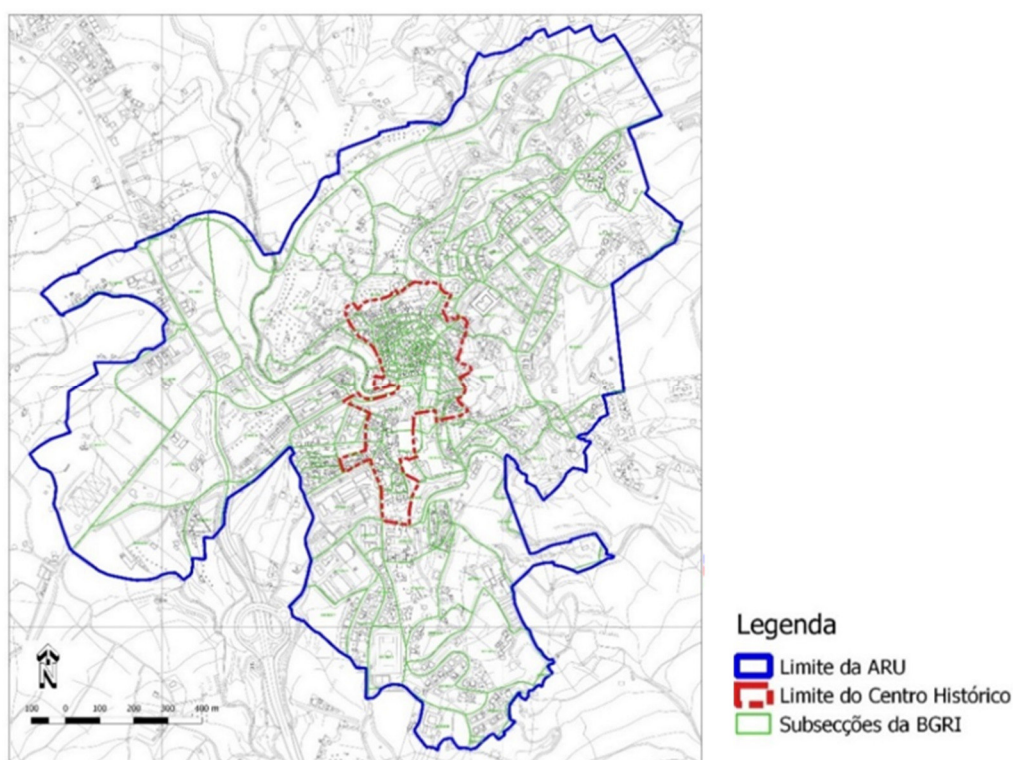
- O diagnóstico fundamentado da situação existente;
- A definição de uma estratégia coerente e exequível tendo em conta o diagnóstico efetuado e as políticas de reabilitação urbana definidas pelo Município;
- A definição do modelo de operacionalização do PERU.

Neste quadro, o diagnóstico da situação existente, devidamente alicerçado numa caracterização territorial direcionada para a área de intervenção que inclua elementos como a análise da evolução da estrutura urbana, a demografia, as condições socioeconómicas da população e uma análise particular orientada para o edificado e o espaço público, afigura-se como componente fundamental do processo de elaboração do PERU.

Em termos metodológicos, a caracterização da ARU, no que respeita ao tratamento da informação de maior detalhe, baseou-se numa decomposição da área de estudo em dois níveis territoriais – a globalidade da ARU e a zona central da mesma, a que corresponde o Centro Histórico, assim classificada pelo Plano de Urbanização da Cidade de Gouveia. Assim, a ARU será analisada tendo em conta os dados disponibilizados pelo INE, ao nível da subsecção estatística, sendo essa análise posteriormente complementada, para a área do denominado Centro Histórico, com os dados recolhidos através da realização de um levantamento de campo. Este levantamento teve por base a elaboração de fichas de levantamento para as temáticas da Socioeconomia, Edificado e Espaço Público, cuja aplicação no terreno deu origem à criação de uma base de dados georreferenciada. Esta informação é de grande importância no suporte ao diagnóstico da área de estudo, que aqui se desenvolve, mas poderá também ser utilizada como ferramenta de gestão do processo de reabilitação urbana.

**Figura 1: Metodologia de análise de dados da ARU.**

(Fonte: elaboração própria)



O trabalho de campo foi realizado entre julho e setembro de 2016, envolvendo um levantamento rigoroso do edificado e do espaço público, no Centro Histórico da Cidade de Gouveia. A sistematização da informação recolhida resultou, não só na base de dados já referida, mas, também, na elaboração de um Atlas Temático constituído por cartogramas extraídos das diferentes variáveis analisadas, apresentados no Volume II do PERU.

A escolha desta metodologia de análise está relacionada com o facto de a ARU apresentar uma considerável dimensão espacial e ser muito diversa em termos de consolidação da malha urbana. A análise territorial evidencia um centro muito concentrado, onde se inclui a maioria do edificado mais antigo e com mais problemas, ao qual se justapõe uma “periferia” de carácter menos consolidada, mais recente e com tendência para uma certa dispersão da ocupação urbana.

Sendo o PERU um instrumento de programação da reabilitação urbana, que discute desenvolve e programa as intervenções de reabilitação (em especial as de carácter físico), torna-se claro que o estudo detalhado do espaço urbano – edificado e espaço público – é absolutamente crítico para o sucesso do processo de reabilitação urbana. Com esta metodologia, pretendeu-se desenvolver uma análise orientada para a construção de soluções eficazes, exequíveis e programáveis para as diferentes tipologias do espaço construído.

## 2 ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA ARU

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA ARU

#### 2.1.1 GÉNESE HISTÓRICA

A região de Gouveia foi habitada pelo homem desde épocas bastante remotas, existindo mesmo alguns vestígios pré-históricos, cujo exemplo mais significativo é o Dólmen da Pedra da Orca, na Freguesia de Rio Torto, datado do final do período Neolítico. Existem igualmente vestígios de civilizações castrejas, Romana e Muçulmana que aqui deixaram a sua marca.

Figura 2: Mapa da Ocupação Romana na Península Ibérica

(Fonte: [www.viasromanas.pt](http://www.viasromanas.pt))



A povoação já existia em épocas anteriores à dominação romana, mas desconhece-se a sua origem. Terá sido povoada pelos Hermínios e pelos Iberos que a fundaram em 580 a.C.. Daqui, resulta o nome da Serra da Estrela, que originalmente se denominava de "Montes Hermínios".

No entanto, os vestígios mais antigos na cidade reportam-se ao Largo do Castelo, onde nos anos 1940 foram encontrados três potes funerários, datados da Idade do Bronze.

Posteriormente, a povoação fez parte dos territórios ocupados pelos Romanos (

**Figura 2**), sendo as calçadas romanas existentes tanto no alto como no baixo concelho, prova da vivência e dinâmica regional à época romana, na região, sem, no entanto, se ter encontrado prova do estatuto jurídico-administrativo, sabendo-se apenas que estava integrada na província da Lusitânia.

Os vestígios no território com a “via Colimbriana”, que ligava Cidade Rodrigo a Coimbra e a via Emerita / Bracara-Augusta, que ligava Mérida a Braga, passando ambas presumivelmente por Gouveia, são ainda hoje visíveis.

Durante a ocupação dos povos germânicos pouco se sabe, mas em 1008 a cidade foi ocupada pelos Muçulmanos e terá, tal como todas as povoações desta região, gozado de alguma autonomia, com o enfraquecimento do poder muçulmano resultante da fragmentação do território califal nas diversas taifas. Toda a região da encosta Noroeste da Serra de Estrela ficou integrada no grande reino taifa de Badajoz, estabelecido em 1022, tendo sido conquistada pelos cristãos em 1038.

Durante a idade média a povoação terá tomado forma à volta do castelo, que se supõe não ter sido de grande dimensão, de que atualmente não resta qualquer vestígio. O Castelo de Gouveia é referido pela primeira vez por Inocêncio II em 1135, existindo ainda outras referências escritas ao Castelo, como é o caso da Carta enviada à Câmara de Gouveia por D. Pedro II, em 1662. O castelo terá sido destruído aquando da retirada das tropas do General Massena durante a 3ª Invasão Francesa, no âmbito da Guerra Peninsular.

Após a reconquista cristã, Gouveia foi palco de várias escaramuças entre muçulmanos e cristãos, encontrando-se bastante destruída em 1186 quando o rei D. Sancho I lhe concedeu foral (1 de fevereiro) com o intuito de iniciar a sua reconstrução e aí fixar população para, presumivelmente, assegurar o seu posicionamento na linha da defesa cristã portuguesa do território. Este foral foi posteriormente confirmado por D. Afonso II em 1217, a quem se deve o reforço do repovoamento e em 1510 foi-lhe atribuído novo foral manuelino.

Figura 3: Inscrição Hebraica da Sinagoga de Gouveia

(Fonte: <https://www.joomag.com/magazine/revista-municipal-de-gouveia/0707208001408378853?page=38>)



A comunidade judaica de Gouveia, no decorrer da Idade Média, residiria no bairro da Biqueira e é conhecida através dos nomes e profissões de alguns hebreus sefarditas do séc. XIV e XV. Em 1967 foi encontrada uma inscrição hebraica, numa pedra que teria servido de torsa à antiga sinagoga de Gouveia (Figura 3), situada na Rua Nova, que terá sido a última sinagoga construída na Península Ibérica antes do édito manuelino.

A judiaria no Bairro da Biqueira e algumas marcas inscritas nas ombreiras de edifícios da zona histórica da cidade são ainda visíveis. A capela de Santa Cruz, neste bairro, tem a sua construção associada a episódios de perseguição e violência, no ano de 1528, para com a população cristã-nova.

A Companhia de Jesus edificou, em Gouveia, no séc. XVIII, um dos seus afamados institutos de ensino e propaganda, mas pouco o utilizou quando na sequência do atentado real, foi banida do território português, pelo Marquês de Pombal e os seus bens incorporados no património nacional. O edifício foi depois usado na instalação do regimento de Caçadores 7, passou posteriormente para outra guarnição, foi vendido a Bernardo António Homem, que o legou ao sobrinho, o Conde de Caria e hoje é propriedade da Câmara Municipal.

Economicamente, a pastorícia e a transumância eram a vertente económica relevante na região, o que permitiu o desenvolvimento da indústria dos lanifícios, que teve um grande papel no desenvolvimento da cidade, concelho e região, ao longo dos séculos XIX e XX, nomeadamente com o desenvolvimento da Indústria Têxtil.

Gouveia era um centro de evolução industrial, com uma comunidade operária, pulsante e esclarecida, sendo que em finais do século XIX, a então Vila de Gouveia era o sexto centro urbano português de maior faturação industrial. Em 1902, deu-se início a um movimento grevista que teve enorme impacto, até por ter sido apoiado e coberto nacionalmente, por todo o país, sendo conhecida como a primeira grande greve operária em Portugal.

Em 1917, Gouveia era a segunda cidade com mais operários na indústria dos lanifícios portuguesa, perfazendo um total de 1.037, só superada pela Covilhã. O século XX marca o apogeu e o declínio da indústria têxtil e de lanifícios. Gouveia foi elevada a cidade no dia 1 de fevereiro de 1988.

Gouveia era denominada de “Tear da Beira”, sendo hoje um epíteto um pouco desfasado, mas a denominação “Cidade Jardim”, traduz uma opção e forma de estar da cidade, nos espaços públicos e privados.

Com o declínio dos têxteis, esta indústria ainda que permaneça significativa, cede o foco das atenções para as indústrias das bebidas e dos produtos alimentares tradicionais como o queijo, os enchidos e as compotas.

### 2.1.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO

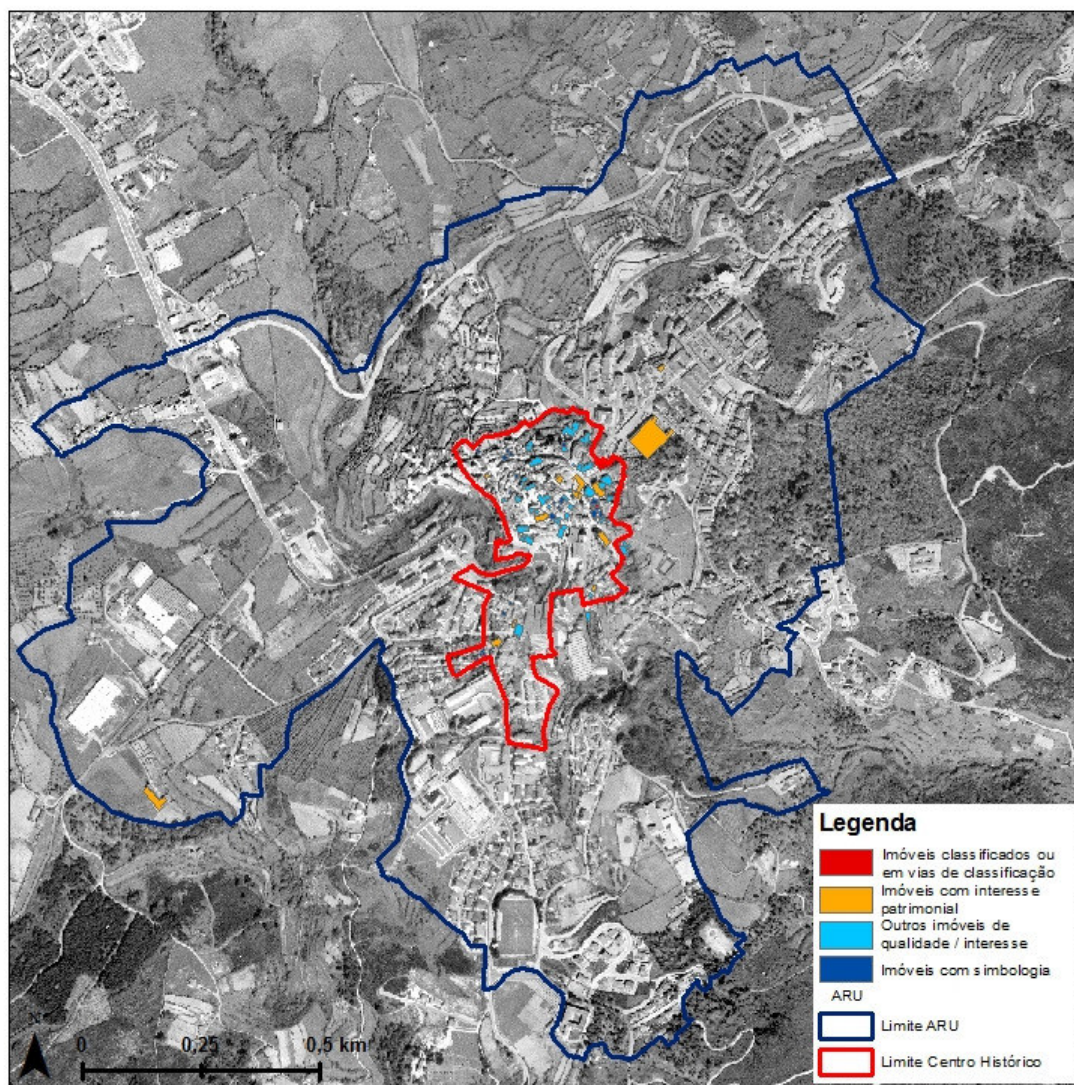
O património cultural em Gouveia é diversificado, fruto da sua localização geográfica e da sua evolução histórica.

De entre o património edificado, são identificados imóveis classificados ou em vias de classificação, casos da Casa da Torre e da Igreja da Misericórdia, respetivamente, mas são também identificados variados Imóveis de Valor Patrimonial (Figura 4). Entre estes últimos, podemos referir, entre outros: a Igreja Matriz de São Pedro; o Colégio dos Jesuítas; a Igreja de São Julião; a Capela de São Miguel; o Convento de São Francisco; a Capela do Senhor do Calvário; a Capela de Santa Cruz; a Antiga Casa da Câmara; o Solar dos Condes de Vinhó e Almedina e o Solar dos Serpa-Pimentel.

Além destes, existe ainda um vasto conjunto de simbologia inscrita nas jambas das portas e nas fachadas dos imóveis, com valor histórico e que se deve tentar preservar. Com o intuito de preservar o património cultural existente, foi elaborado um estudo, pelo Município, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Gouveia (PEDU), que identifica o património cultural arquitetónico conhecido, que deve ser preservado e explicita orientações no sentido de acautelar a possibilidade de novos achados arqueológicos num local ainda pouco estudado como é o caso do Centro Histórico da Cidade de Gouveia. Este estudo encontra-se em anexo ao presente relatório.

Figura 4: Património edificado na ARU

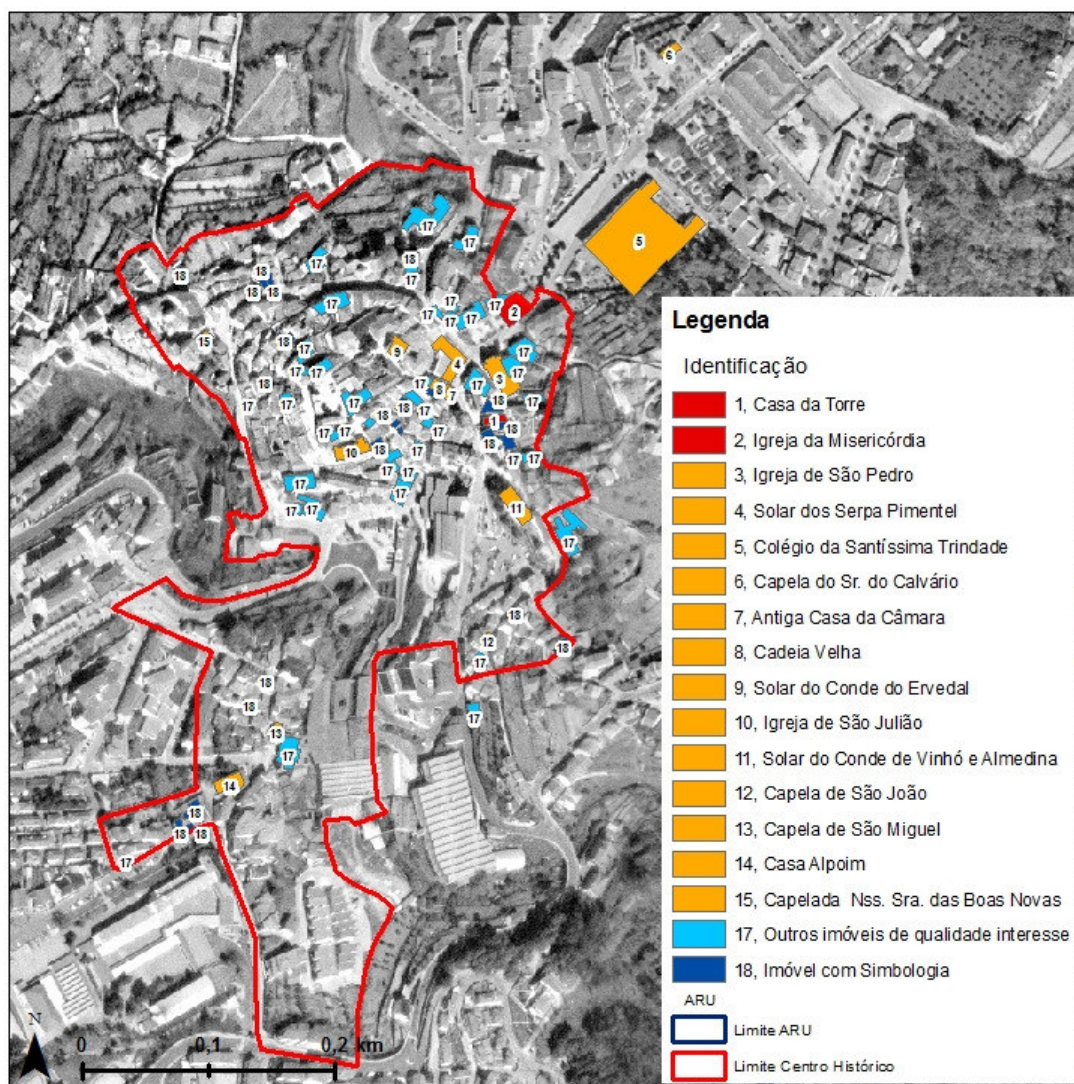
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Município de Gouveia)



Como se pode ver pela Figura 4 e pela Figura 5, grande parte desse património encontra-se dentro ou na proximidade do centro histórico, sendo que ao nível dos imóveis com interesse patrimonial só o Convento de São Francisco fica mais afastado desta área.

Figura 5: Património edificado no Centro Histórico

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Município de Gouveia)



É também importante referir o património industrial existente junto à ribeira de Gouveia, que não se encontra cartografado pois, apesar de se saber que a ribeira foi um espaço fundamental ao promover o crescimento de unidades industriais de lanifícios durante o século XX, esta não é

uma temática ainda estudada de forma aprofundada. Contudo, e apesar da extinção da atividade, a memória cultural perdura e existem ainda alguns conjuntos edificados que sobreviveram à extinção da atividade.

Em termos de imóveis industriais mais significativos, destacam-se:

- A “Antiga Fábrica Carvalho”, já classificada como património de valor concelhio e que foi intervencionada em 2007;
- O “Conjunto das Antigas Fábricas Bellino”, propriedade do Município e que se localiza numa área significativa no Centro da Cidade e se encontra abrangida pela ARU. Três dos edifícios que compõem o complexo estavam salvaguardados no Plano de Urbanização e existem projetos para a sua revitalização;
- O conjunto de “Ruínas”, a jusante da segunda ponte sobre a Ribeira que, ainda que se possa considerar menos interessante sob o ponto de vista patrimonial na vertente histórico/industrial, está marcado na memória popular e apresenta algum potencial de reconversão.

Por último, é importante destacar de todo o património edificado a Casa da Torre (edifício quinhentista), imóvel classificado como Monumento Nacional (MN - 14 985, DG 28 de 3 de 1928 ii.) e a Igreja da Misericórdia, Imóvel de Interesse Público (IIP - processo n.º/3 (72) iii.), em vias de classificação.

Relativamente à Casa da Torre (Figura 6), a sua construção data do século XVI, estando possivelmente integrada num complexo de maiores dimensões e tem como destaque uma admirável janela manuelina geminada. O solar pertenceu primeiro ao Conde de Gouveia, depois marquês, título concedido por Filipe III de Portugal. O último dos marqueses de Gouveia, o Duque de Aveiro, Dom José de Mascarenhas, foi julgado e executado com os seus familiares, pelo Marquês de Pombal em 1759, em sequência do chamado processo dos Távoras. Após aquela data, foi sendo sucessivamente ocupada por famílias particulares e no início do século XX foi a primeira sede do Futebol Club “Os Gouveenses”, já extinto. Em 1928, o edifício foi classificado como Monumento Nacional e sofreu profunda remodelação. Foi novamente restaurado no início do século XXI, sendo atualmente uma delegação do Parque Natural da Serra da Estrela.

A casa é um interessante exemplar de arquitetura civil manuelina, apresentando algumas semelhanças ao nível do programa decorativo com o Paço das Donas, edificado na mesma época

no Fundão. Com um modelo que se assemelha a um torreão, pela sua planimetria retangular de volumes maciços, a Casa da Torre apresenta três fachadas. A principal divide-se em três registos, o primeiro com porta de moldura reta e um postigo aberto do lado esquerdo da entrada, o segundo com uma pequena janela e o terceiro com janela de moldura em arco polilobado decorado com motivos zoomórficos e possuindo um peitoril que assenta sobre três mísulas antropomórficas. A fachada lateral divide-se em dois registos: no que corresponde ao piso térreo foram abertas três portas, e no piso superior foi rasgada uma janela de mainel, decorada com motivos vegetalistas e geométricos, bem como cabos. Na fachada oposta, a estrutura é dividida em três pisos; o primeiro com duas portas, uma de moldura em arco quebrado e a outra de moldura reta. No piso intermédio foi rasgada uma janela com moldura em arco polilobado decorada com motivos vegetalistas e zoomórficos. O interior do edifício foi totalmente alterado, para poder albergar os serviços do Parque Natural da Serra da Estrela, organismo que ocupa o espaço.

Figura 6: Casa da Torre  
(Fonte: Território XXI)



Pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Gouveia, a Igreja da Misericórdia (Figura 7) é um pequeno edifício de linhas barrocas, do sec. XVIII, construído sobre as ruínas da igreja primitiva datada do Sec. XVII. Apresenta planta retangular e Capela-Mor saliente e a fachada principal é revestida de azulejos que se pensa serem os originais. A porta principal é encimada por um varandim, ao qual se tem acesso por uma porta em cuja moldura sobressai o brasão da Casa Real, rematado por uma concha de Santiago, sendo que no interior existe, um belo altar em talha dourada.

Figura 7: Igreja da Misericórdia  
(Fonte: Território XXI)



### 2.1.3 DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA

O concelho de Gouveia tinha uma população residente de 14.046 habitantes, em 2011, apresentando uma densidade populacional de 46,5 habitantes/km<sup>2</sup> (Tabela 1), substancialmente inferior à da Freguesia de Gouveia (97,9 habitantes/km<sup>2</sup>), onde se insere a ARU. A densidade populacional da ARU é de 1.534,1 habitantes/km<sup>2</sup>, valor extremamente elevado, mas pouco surpreendente atendendo a que na Freguesia de Gouveia reside um quarto da população do Município (3.472) e a ARU concentra, em 2,11 km<sup>2</sup>, 93% dessa população (3.237).

**Tabela 1: Indicadores comparativos entre a ARU, o Concelho e a Região**  
(Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE, 2011)

Designação do Indicador	ARU	Gouveia (Freguesia)	Gouveia (Município)
Área Total (km <sup>2</sup> )	2,11	35,46	302
Densidade em 2011 habitantes/km <sup>2</sup>	1534,1	97,9	46,5
População Residente total em 2011 (n.º)	3.237	3.472	14.046

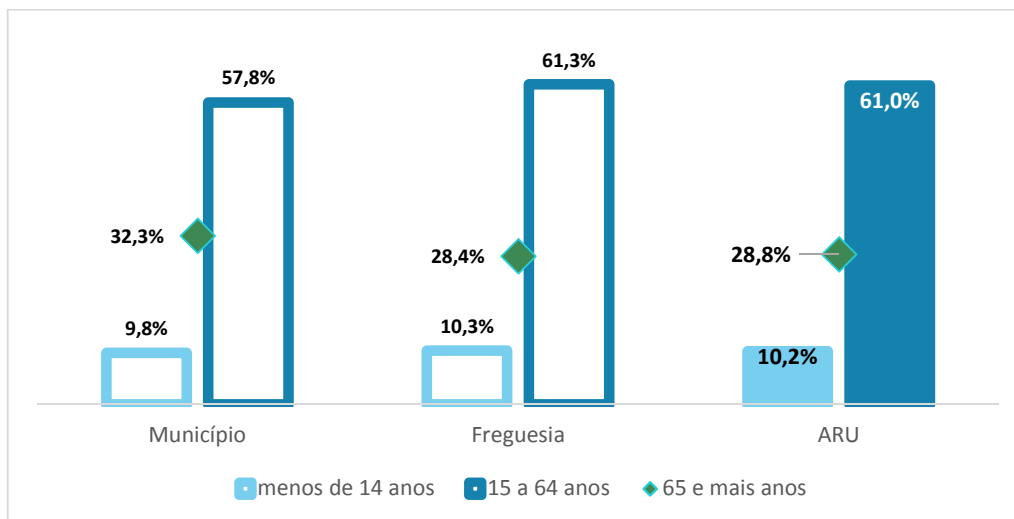
Relativamente à evolução demográfica, nos últimos 80 anos, assistiu-se a um decréscimo de cerca de 43% da população total do concelho de Gouveia, com uma diminuição acentuada na década de 60 (-36%). Após um pequeno acréscimo na década de 80, a população tem vindo a diminuir progressivamente sendo que, entre 2011 e 2001, decresceu cerca de 13% (menos 2.076 residentes em 2011), configurando-se numa quebra algo acentuada tendo em conta a dimensão populacional do concelho.

Ao nível da Freguesia de Gouveia, o decréscimo no último período intercensitário é também acentuado, 10%, no entanto a ARU sofreu apenas uma quebra de 2%, apesar de o Centro Histórico ter perdido 13% da sua população. Esta situação indica a possibilidade de que tenha acontecido uma transferência dos residentes do interior do Centro Histórico para a área mais alargada da ARU.

O Censos de 2011 confirmou também a tendência de envelhecimento da população do Município de Gouveia. Na ARU, que conta com 3.237 residentes (distribuídos segundo a representação da

Figura 8), as duas faixas etárias com maior expressão são os indivíduos com mais de 65 anos de idade (29%) e os indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade (61%).

**Figura 8: Grandes grupos etários da população residente**  
(Fonte: elaboração própria com base em dados da BGRI, 2011)



Numa análise global, a ARU apresenta indicadores semelhantes aos do município e da freguesia em todas as faixas etárias, destacando-se, no entanto, o facto de, nesta área, existir uma percentagem muito elevada de população em idade ativa, indicando um potencial instalado ao nível da dinamização económica, mas também em termos de rejuvenescimento social, parecendo existir um grau de intergeracionalidade que não deve ser menosprezado.

Na ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada verificava-se, em 2011 (Tabela 2), um índice de envelhecimento e um índice de dependência de idosos de 282,1 e 47,7, respetivamente, valores inferiores aos atingidos pelo Município. Estamos perante uma população que apesar de valores significativos nestes índices, se apresenta, ainda assim, menos envelhecida do que a do Município de Gouveia na sua totalidade.

Tabela 2: Indicadores demográficos - ARU, Concelho e Município

(Fonte: elaboração própria com base na BGRI, 2011)

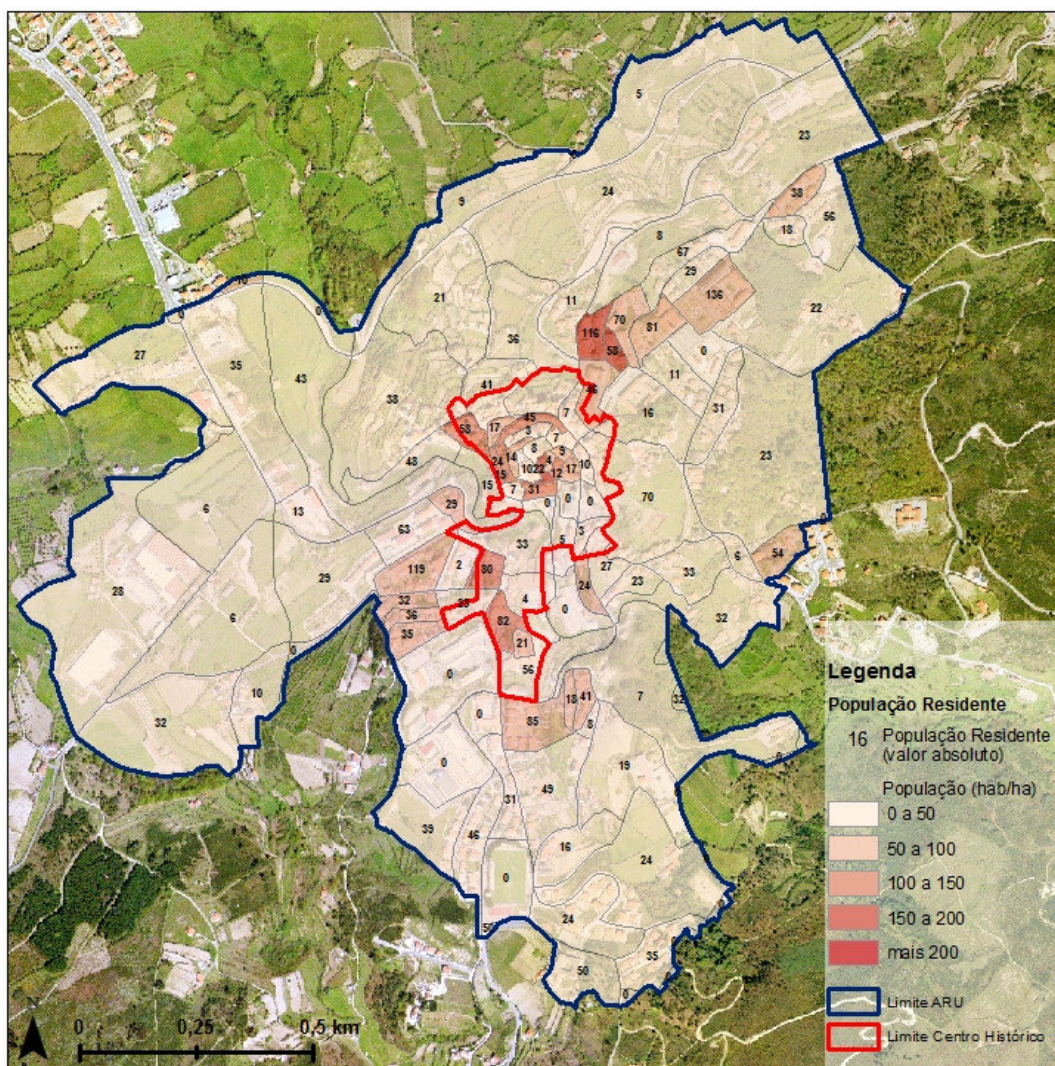
Designação do Indicador	ARU	Gouveia (Freguesia)	Gouveia (Município)
Índice de Dependência de Jovens (%)	16,9	17	17,2
Índice de Dependência de Idosos (%)	47,7	46,9	56,6
Índice de Dependência Total (%)	64,6	63,9	73,8
Índice de Envelhecimento (%)	282,1	276,5	328,4

Em termos de distribuição da população residente na ARU, verificamos que esta se concentra maioritariamente num anel que circunda o Bairro do Castelo e com mais expressão na proximidade de zonas de agrupamento de equipamentos, como na zona da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo e Secundária/Pavilhão Gimnodesportivo, ou da Câmara Municipal/Tribunal/Escola Básica do 1º Ciclo (Figura 9).

Em termos de densidade populacional, a maior pressão situa-se também nestas subsecções estatísticas, resultando em parte da atratividade que os polos de equipamentos criam em seu redor (cerca de 150 a 200 ou mais habitantes por hectare), e no caso do Bairro do Castelo, da sua localização central e exiguidade das subsecções definidas.

Ao nível da distribuição espacial é ainda de mencionar o facto de a população mais idosa não se localizar fundamentalmente no Centro Histórico, mas se encontrar dispersa por todo o território e, em maior número, em zonas mais periféricas do Centro Histórico e da própria ARU, o que pode dever-se, em larga medida, ao facto de este local apresentar muitas debilidades para os residentes com mobilidade condicionada.

Figura 9: População residente na ARU (subsecção estatística)  
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo INE)



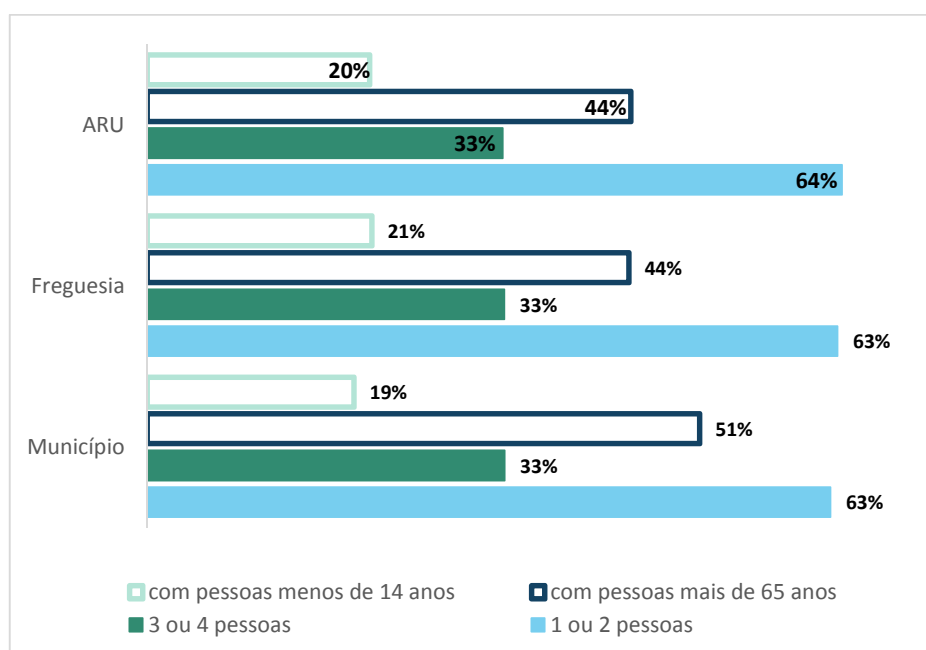
Na análise demográfica, é também importante considerar as famílias e a forma como são constituídas. Assim, na ARU, vivem 1.326 famílias que correspondem a 23% das famílias existentes no Município e 94% das existentes na Freguesia de Gouveia. No Centro Histórico residiam, em 2011, 384 famílias correspondendo a 29% das famílias residentes na ARU.

Em quase todas as unidades territoriais em análise houve um decréscimo do número de famílias, sendo este mais acentuado no Centro Histórico (-11%). A área da ARU foi a exceção, apresentando um crescimento do número de famílias residentes correspondente a 2%,

corroborando a possibilidade de o decréscimo de população do Centro Histórico, se poder dever, em parte, a uma transferência de população desta área para a restante ARU.

Na ARU cerca de 99,5% das famílias são do tipo clássico e são compostas na sua maioria por uma ou duas pessoas, 64%, e por duas ou quatro pessoas, 33%. Na ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada, 44% e 20% das famílias incluem pessoas com mais de 64 anos e menos de 15 anos, respetivamente (Figura 10).

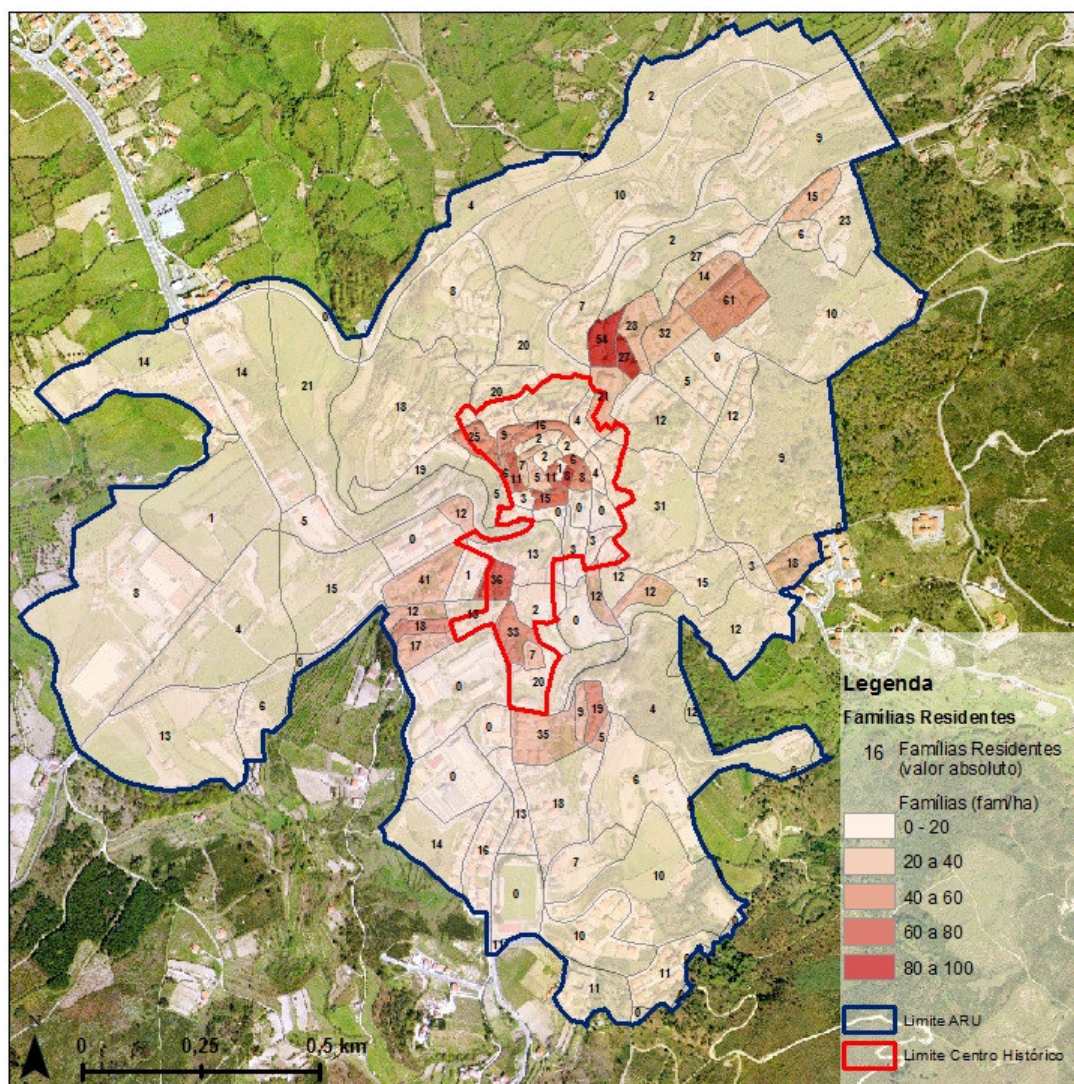
**Figura 10: Famílias residentes, ARU, Freguesia de Gouveia e Município**  
(Fonte: elaboração própria com base em dados da BGRI, 2011)



Os indicadores da ARU, referidos anteriormente, são significativamente diferentes dos nacionais. Verificando-se uma tendência para a constituição de famílias de menor dimensão do que as existentes a nível nacional e regional, no entanto, dado o envelhecimento populacional registado nesta área e a proporção significativa de famílias que incluem pessoas com mais de 64 anos, podemos extrapolar que uma proporção significativa das famílias de menor dimensão será provavelmente constituída por população idosa, que vive na sua residência desde sempre, de onde não faz tensões de sair e cujas necessidades urge acautelar.

Figura 11: Famílias residentes na ARU

(Fonte: elaboração própria com base em dados da BGRI, 2011)



Ao nível da distribuição espacial das famílias residentes (Figura 11), verificamos que as maiores densidades estão localizadas nas subsecções a nordeste da Câmara Municipal, seguida de localizações nos Bairros do Castelo e do Outeiro. Como seria expectável, esta distribuição é muito semelhante à distribuição da população residente.

Relativamente ao nível de escolaridade, segundo os dados do INE, houve uma diminuição substancial da taxa de analfabetismo no Município de Gouveia, de 16,5%, em 1991, para 13,6%, em 2001, e 9,2%, em 2011, permanecendo, no entanto, acima da média nacional (5,2%) e da

média da região Centro (6,4%). Relativamente aos residentes na Freguesia de Gouveia e na ARU, verifica-se que, em 2011, os valores se aproximam das médias nacionais apresentando valores de 5,5% e 5,6%, respetivamente. Também no que diz respeito aos níveis de ensino secundário, pós-secundário e superior, o posicionamento da população da ARU segue as médias nacionais e regionais, como pode ser observado no Tabela 3, o que revela um maior potencial de dinamização cultural e socioeconómica da população.

**Tabela 3: Nível de escolarização da população residente em 2011**

(Fonte: elaboração própria com base na BGRI, 2011)

	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	E. Secundário	E. pós-Secundário	E. Superior
Portugal	25%	13%	16%	13%	1%	12%
Região Centro	28%	13%	16%	12%	1%	10%
Gouveia (Município)	36%	11%	13%	9%	1%	8%
Gouveia (Freguesia)	33%	11%	15%	13%	1%	12%
<b>ARU</b>	<b>34%</b>	<b>11%</b>	<b>15%</b>	<b>13%</b>	<b>1%</b>	<b>11%</b>

O levantamento de campo efetuado no Centro Histórico permite refinar um pouco estes dados para a população residente que se disponibilizou a ser entrevistada. Os 195 alojamentos em que foi possível fazer o levantamento socioeconómico correspondiam a 405 residentes, que quanto a níveis de ensino completos apresentavam 3% de população que não sabe ler nem escrever, 34% e 11% que tem o 1º e o 2º ciclo do ensino básico, respetivamente, 15% que completaram o ensino secundário e 9% o ensino superior. Estes valores estão muito próximos dos apresentados para a totalidade da ARU.

O Município de Gouveia enfrenta uma problemática comum ao país relativamente ao desemprego, atingindo a taxa de desemprego de 15%, e, ao nível da freguesia de Gouveia, 14%, valores superiores às médias registadas a nível nacional, na NUT III Beiras e Serra da Estrela (13,18%) e na região Centro (10,98%) (valores de 2011). Estes valores contribuem certamente para o aumento das debilidades socioeconómicas dos residentes de Gouveia, podendo condicionar a sua mobilização para as questões da reabilitação urbana.

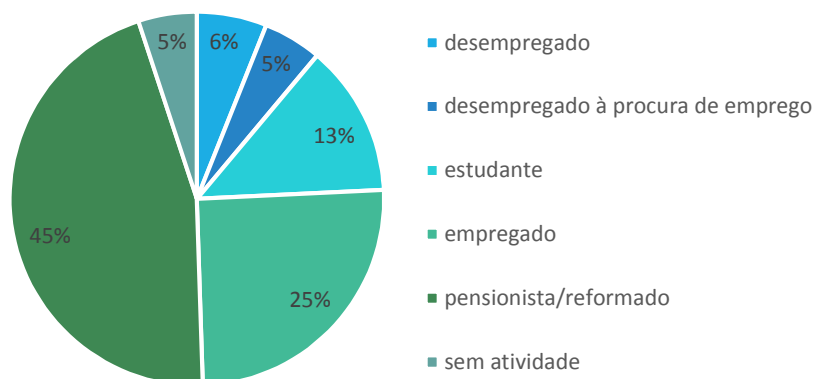
Relativamente à ARU, em 2011, 56% da população ativa encontrava-se empregada e 10% estava desempregada. Por outro lado, os pensionistas/reformados têm um peso de 35% na totalidade da população da ARU, sendo importante, no entanto, frisar que 49% da população residente referia não ter atividade económica.

Paralelamente a estes valores de atividade relativamente baixos e de desemprego moderado, observamos que a criação de emprego também sofreu um decréscimo substancial, apesar de se verificar uma tendência positiva, em 2014, especialmente no setor secundário. Até ao ano de 2014, o setor mais dinâmico em termos de ofertas de emprego foi o terciário, dado previsível considerando que este é o setor que emprega mais pessoas, tanto na ARU (83%) como no Município de Gouveia (70%).

De forma a obtermos um retrato mais fidedigno dos residentes do Centro Histórico, os inquéritos realizados no âmbito do levantamento de campo inquiriam os entrevistados sobre a condição do agregado familiar perante o trabalho. As 405 entradas permitem aferir que 45% da população insere-se na categoria de pensionista/reformado e 25% encontra-se empregado (Figura 12). Este valor é relativamente baixo, mas não se pode deixar de ter atenção ao facto de que os dados do Censos 2011 indicarem a existência de um elevado volume de população idosa nas subsecções que compõem o Centro Histórico.

Figura 12: Condição perante o trabalho, Centro Histórico

(Fonte: elaboração própria com base em dados de levantamento de campo, 2016)



Em termos económicos, e dado o posicionamento geográfico privilegiado de Gouveia, na região da Serra da Estrela, o turismo acaba por ser um setor económico relevante. No município, localizam-se 46 estabelecimentos hoteleiros, repartindo-se pelas tipologias de Hotel (3), Casas de turismo de habitação (2), Alojamentos em espaço rural (25), Parques de campismo (4) e espaços de Alojamento local (12). Na Freguesia de Gouveia, encontram-se cerca de 9 estabelecimentos hoteleiros (representando 20% da oferta municipal) repartidos por todas as categorias com exceção das Casas de turismo de habitação.

Na ARU, a oferta concentra-se em 2 hotéis, 3 alojamentos locais e 1 alojamento de turismo em espaço rural. Um dos hotéis localiza-se no Centro Histórico, próximo da Casa da Torre e, juntamente com dois alojamentos locais, compõem a oferta hoteleira desta área.

Segundo os dados do INE, de 2014, Gouveia tinha uma capacidade de alojamento para 218 hóspedes, registando-se 86,9 dormidas por 100 habitantes e uma proporção de 13,6% de hóspedes estrangeiros.

#### 2.1.4 O ESPAÇO EDIFICADO

A ocupação de um território é normalmente realizada segundo um processo de adição inerente ao crescimento da população, fruto do desenvolvimento económico. No caso específico da Cidade de Gouveia, o desenvolvimento foi claramente marcado por processos históricos e de desenvolvimento urbano, que de alguma forma ainda são passíveis de identificação no território.

Como se pode verificar na Figura 13, o núcleo mais antigo é constituído pelo bairro do Castelo, pelos bairros da Biqueira e do Ovinho, pela Judiaria Nova e pelo bairro da Rua Direita e o bairro do Tournal.

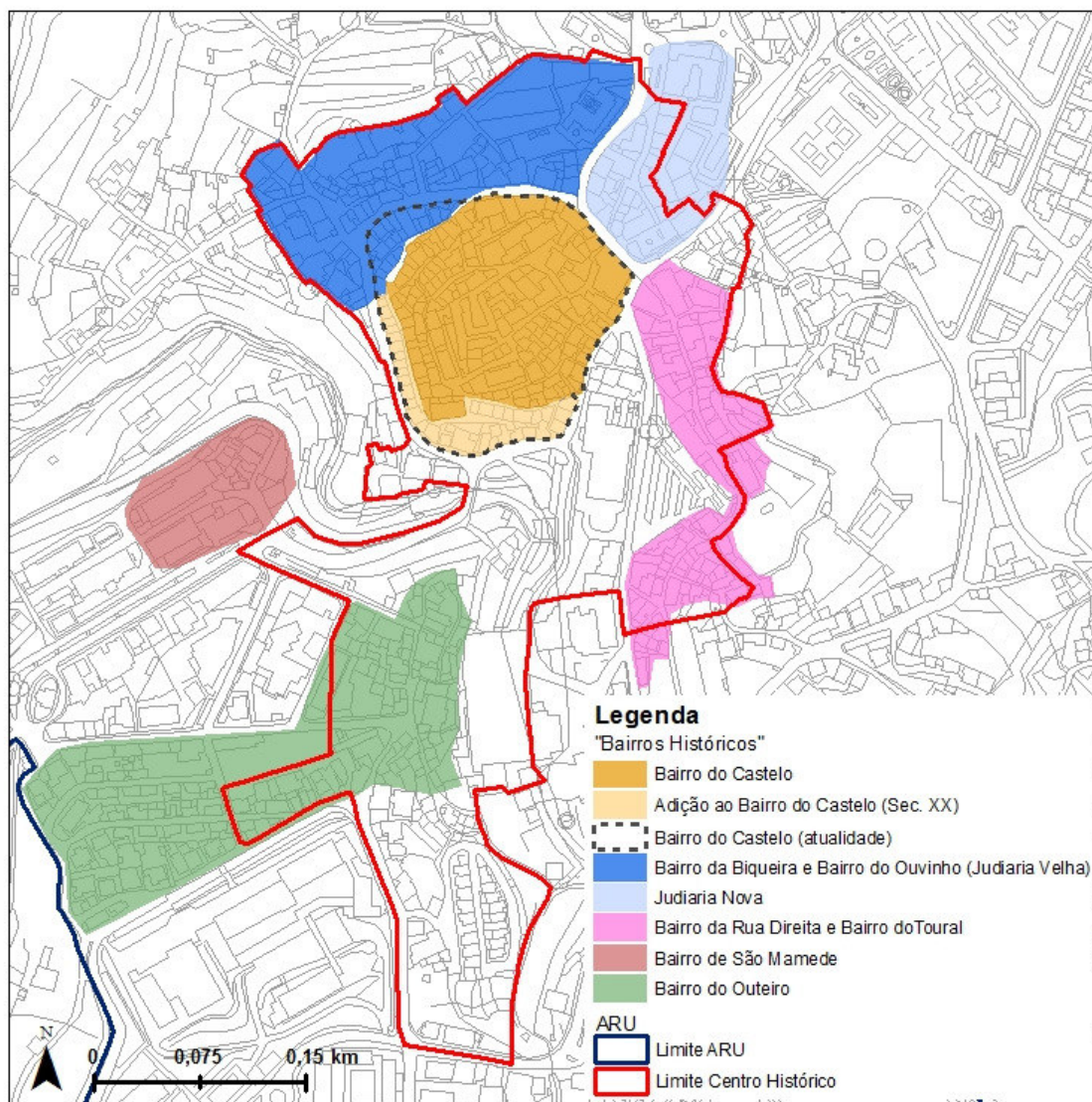
O bairro do Castelo apresentava uma delimitação diferente da que hoje se considera como tal, já que o topo noroeste (à direita da Rua da República) estava integrado no bairro da Biqueira e fazia parte, juntamente com o bairro do Ovinho, do que se considera atualmente a Judiaria Velha de Gouveia.

Adicionalmente, a sua área a sul e a poente também era menor (ocupando espaço apenas até à Travessa de São Julião), uma vez que o edificado que ocupa esta faixa só foi construído no início

do século XX, com a abertura da Rua da República. A nascente, o edificado concentrava-se em torno da Rua Nova, em cuja envolvente se encontrava a Judiaria Nova, criada após a expulsão dos judeus de Espanha, da Rua Direita e do bairro do Toural.

Figura 13: Bairros Históricos

(Fonte: elaboração própria com base em dados obtidos junto da CM de Gouveia)



Durante vários séculos esta foi a configuração principal do aglomerado populacional. Com a revolução industrial o núcleo urbano expande-se em direção à Ribeira de Gouveia (elemento

indispensável ao processo industrial que se desenvolveu em Gouveia, quer como força motriz quer como matéria prima), criando bairros junto às unidades fabris que aí se instalam, como são o caso do bairro de São Mamede, associado às instalações fabris da zona poente da Ribeira e do bairro do Outeiro, associado às fabricas da zona nascente.

Independentemente da época de construção, todos os bairros mencionados alicerçaram o desenvolvimento que se lhes seguiu, sendo ainda hoje claramente identificáveis e, no caso dos bairros industriais, guardando muitas memórias e edificações existentes à época da sua criação.

No caso da zona mais antiga, as preexistências que chegaram até aos nossos dias são em menor número (como o caso da Casa da Torre, dos solares, ou de edifícios da antiga judiaria), mas ainda assim retêm valor e constituem marcos históricos da Cidade.

Mais recentemente, a tendência de crescimento, dentro da ARU, parece centrar-se num “arco” que se desenvolve desde a área das Oficinas Municipais, a norte, até à zona do Estádio Municipal, a sul, passando nos limites do Centro Histórico.

As duas zonas mencionadas como topos do “arco” aparentam concentrar grande parte do crescimento, o que se deverá certamente ao facto de estarem bem servidas de acessibilidades rodoviárias de ligação do território quer ao exterior (EN17 e EN232 e destas à A25), quer ao interior (EN 330 e EN 330-1).

Seguidamente, efetuamos uma análise ao espaço edificado e à malha urbana, tendo como base os dados constantes da BGRI referente a 2011, as estratégias e caracterizações definidas no PU e na fundamentação da delimitação da ARU e as conclusões decorrentes de levantamentos de campo levados a cabo no Centro Histórico.

Como já referido, a Cidade de Gouveia apresenta uma malha urbana caracterizada por um edificado antigo. O Censos de 2011 revela que, entre 2001 e 2011, houve um crescimento do número de edifícios, no Município, Freguesia e ARU, sendo que apenas o Centro Histórico apresenta uma quebra a este nível (Tabela 4).

Tabela 4: Evolução do número de edifícios 2001-2011

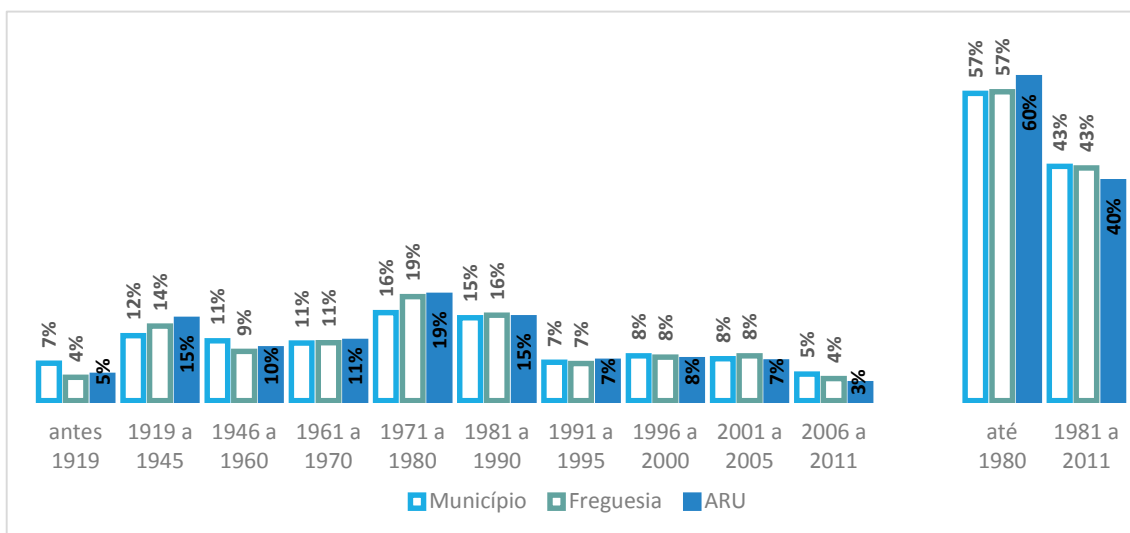
(Fonte: elaboração própria com base na BGRI, 2001 e 2011)

Designação do Indicador	Centro Histórico	ARU	Gouveia (Freguesia)	Gouveia (Município)
Edifícios 2001	536	1155	1389	9839
Edifícios 2011	526	1307	1448	10205
Variação 2001-2011	-1,9%	13,2%	4,2%	3,7%

Uma análise à idade do edificado, mostra-nos que mais de metade dos edifícios do Município foram construídos há mais de 35 anos e que na ARU a concentração de edifícios com esta idade é, como previsível, ainda mais elevada, com uma taxa de 60%, como representado na Figura 14.

Figura 14: Idade do edificado, ARU, Freguesia de Gouveia e Município

(Fonte: elaboração própria com base em dados da BGRI, 2011)



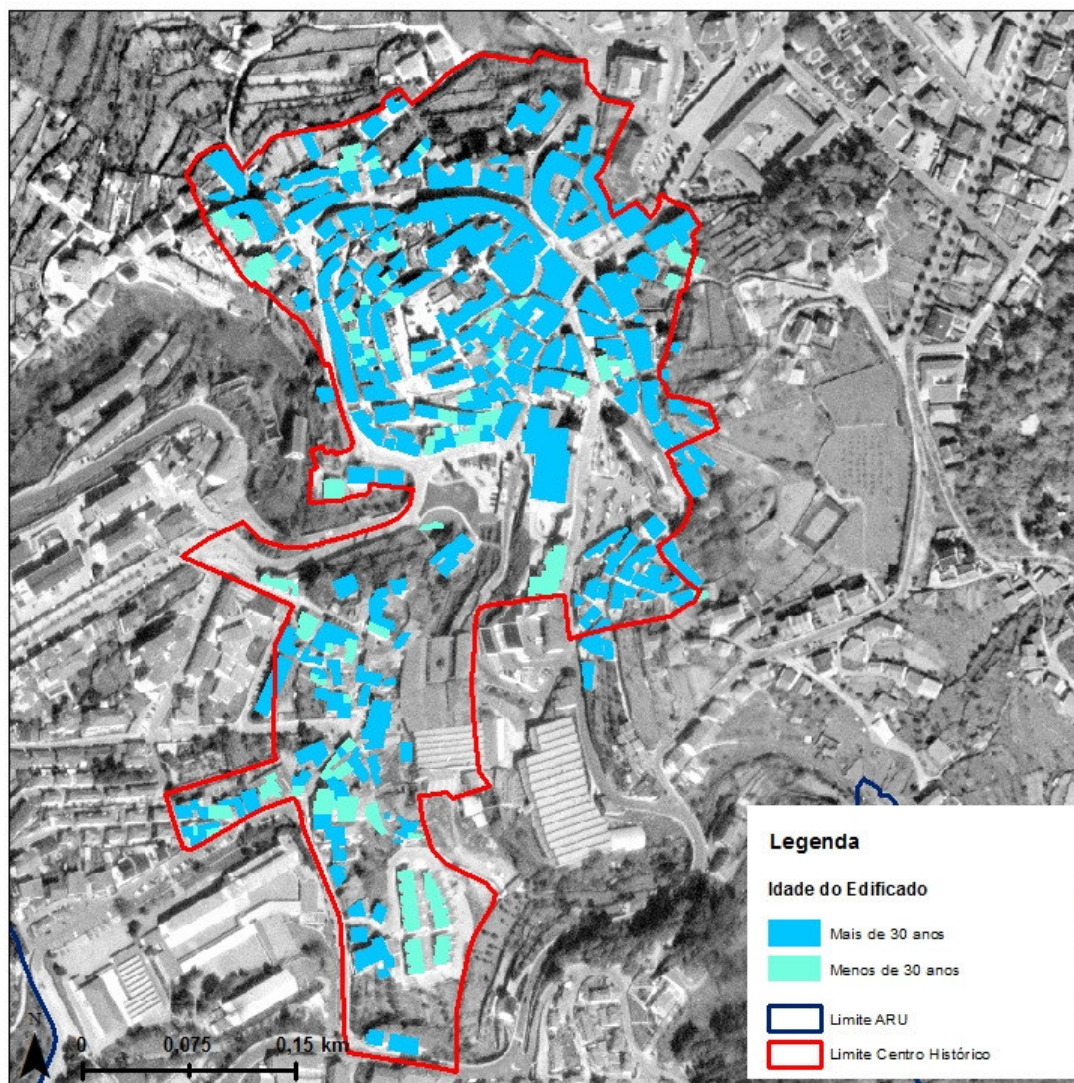
Verifica-se, também, que não houve crescimentos exponenciais em nenhum dos períodos em análise, ainda que as décadas de 70 e 80 do século passado tenham um peso significativo (19% e 15%, respetivamente) na idade do edificado da ARU, assumindo entre elas cerca de 34% do total dos edifícios desta área.

Esta análise, em termos de mancha da BGRI, foi confirmada pelo levantamento de campo efetuado, referente à caracterização do edificado no Centro Histórico, verificando-se que a grande maioria do edificado tem uma idade superior a 30 anos (Figura 15). Dos 533 edifícios

levantados, apenas 84 têm uma idade inferior a 30 anos, correspondendo a 15,8% do total do edificado. Esta informação revela a necessidade de se olhar com redobrada atenção para o Centro Histórico, considerando a necessidade de atualmente ou num futuro próximo ser necessário intervir ao nível da reabilitação do edificado.

Figura 15: Idade do edificado no Centro Histórico

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados de levantamento de campo, 2016)



Dos 1.307 edifícios existentes na ARU (BGRI, 2011), cerca de 39% são isolados e 35% são em banda, evidenciando uma malha que se reflete no desenho urbano, e que é característica de núcleos habitacionais muito concentrados de territórios de montanha e dos locais onde a

indústria transformadora dos finais de século XIX início do século XX desempenhava um papel fundamental na vida das populações com a construção de bairros operários.

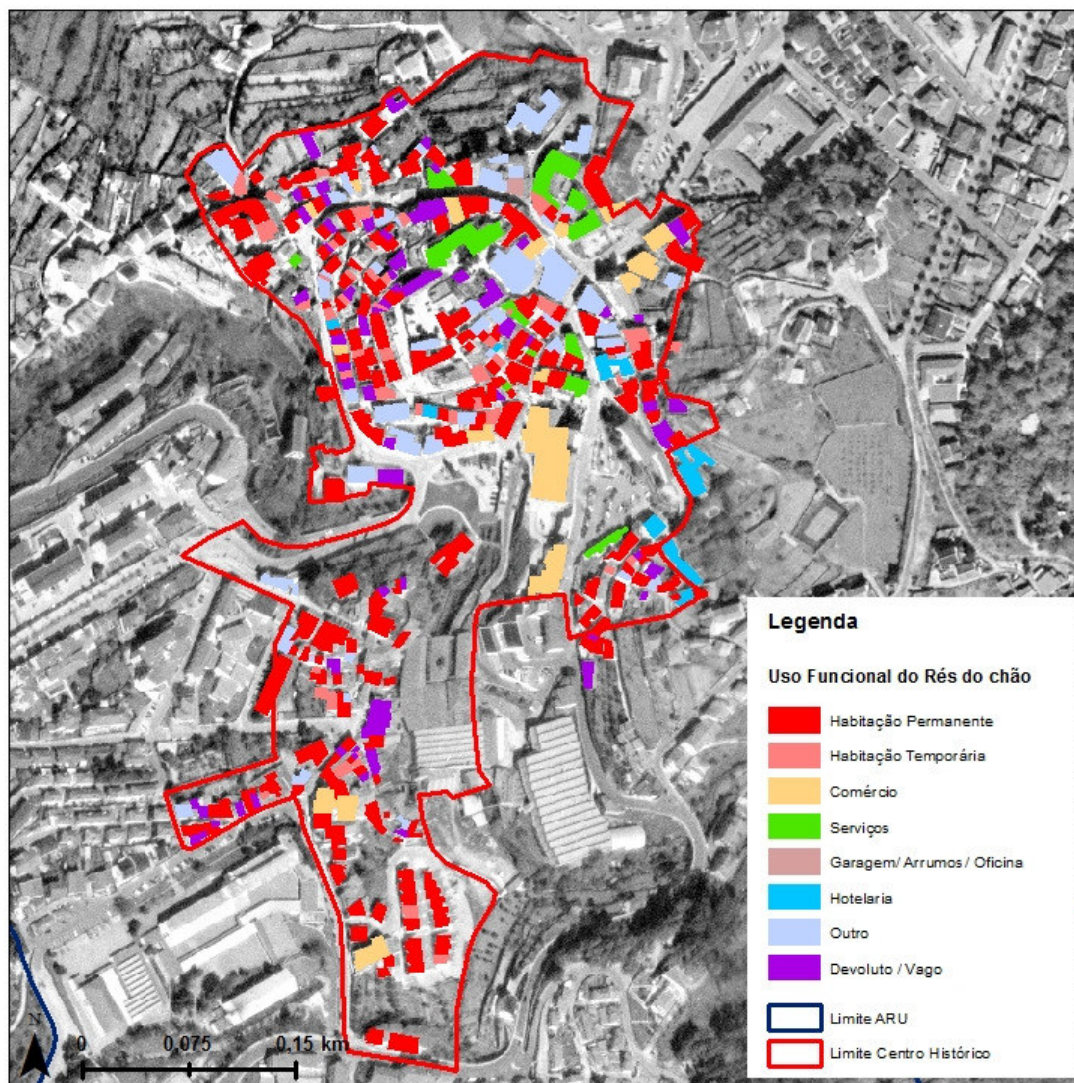
Relativamente ao uso funcional, constatamos que a grande maioria dos edifícios são exclusivamente ou principalmente residenciais, independentemente da unidade territorial em análise (Município, 93% e 6%, e Freguesia de Gouveia, 91 e 8%) destacando-se, no entanto, a ARU com a mais baixa percentagem nos edifícios exclusivamente residenciais 90% e a maior nos principalmente residenciais 9%. Em qualquer das unidades territoriais referidas, os edifícios principalmente não residenciais têm um peso de apenas 1%.

Uma análise mais detalhada, edifício a edifício, para o Centro Histórico, pode ser retirada dos dados recolhidos no levantamento de campo.

A sistematização dos dados recolhidos permite-nos verificar um grande número de edifícios exclusivamente residenciais, ainda que entre eles se encontrem dispersos um volume significativo de edifícios do tipo misto. Também em associação com o tecido residencial, encontramos edifícios dedicados exclusivamente a serviços ou a equipamentos, o que permite alguma diversidade funcional. Apesar desta mais valia, existem alguns quadrantes do Centro Histórico um pouco mais unitários em termos do uso funcional, como é o caso do centro do bairro do Castelo, parte do bairro do Outeiro (mais próximo do Centro), parte do bairro do Toural ou o topo norte do bairro da Biqueira. Nestes locais o edificado é marcadamente residencial levando a que em locais com características de uso funcional do edificado deste tipo, se torne ainda mais importante a regeneração urbana, que terá de ser necessariamente acompanhada de revitalização do tecido urbano, pois por si só os usos que não o “residencial”, não conseguirão assegurar um espaço urbano de qualidade, para quem nele reside e não terão “capacidade” de atrair e fixar população.

Ao nível dos usos do rés-do-chão (Figura 16), confirma-se a diversidade já mencionada, sendo o rés-do-chão, principalmente, utilizado enquanto garagem/arrumos/oficinas (25,8%) e habitação permanente (24,7%), mas surgem em terceiro lugar, em termos de uso, espaços devolutos (16,8%), que acabam por ter uma presença muito significativa, confirmando a necessidade de revitalização do Centro Histórico.

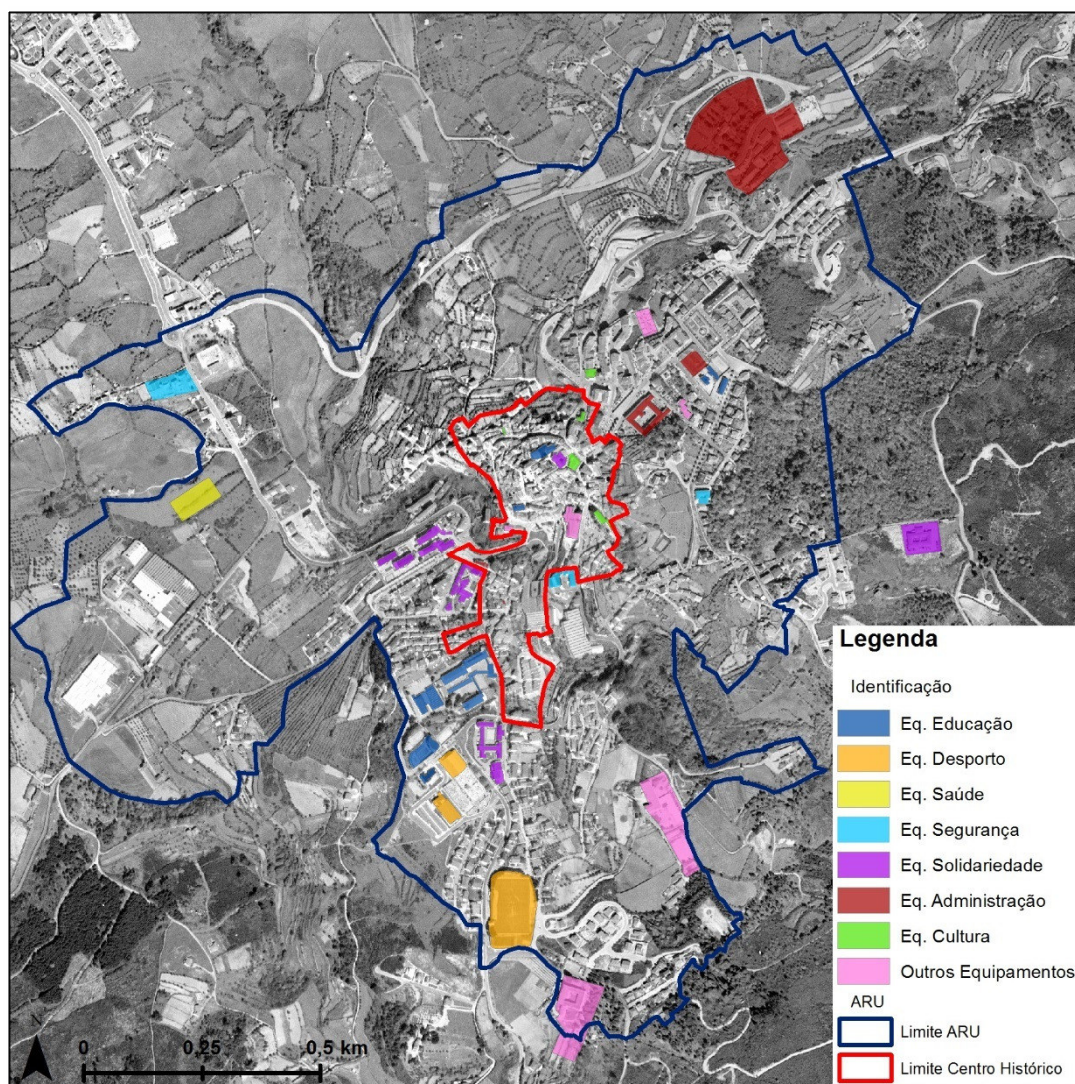
Figura 16: Uso funcional do rés do chão dos edifícios, Centro histórico  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Relativamente aos equipamentos coletivos, verificamos que na ARU (Figura 17), a oferta é diversificada e que a área se encontra bem servida, o que não será de estranhar uma vez que nos encontramos no centro da Cidade de Gouveia.

Figura 17: Equipamentos coletivos na ARU

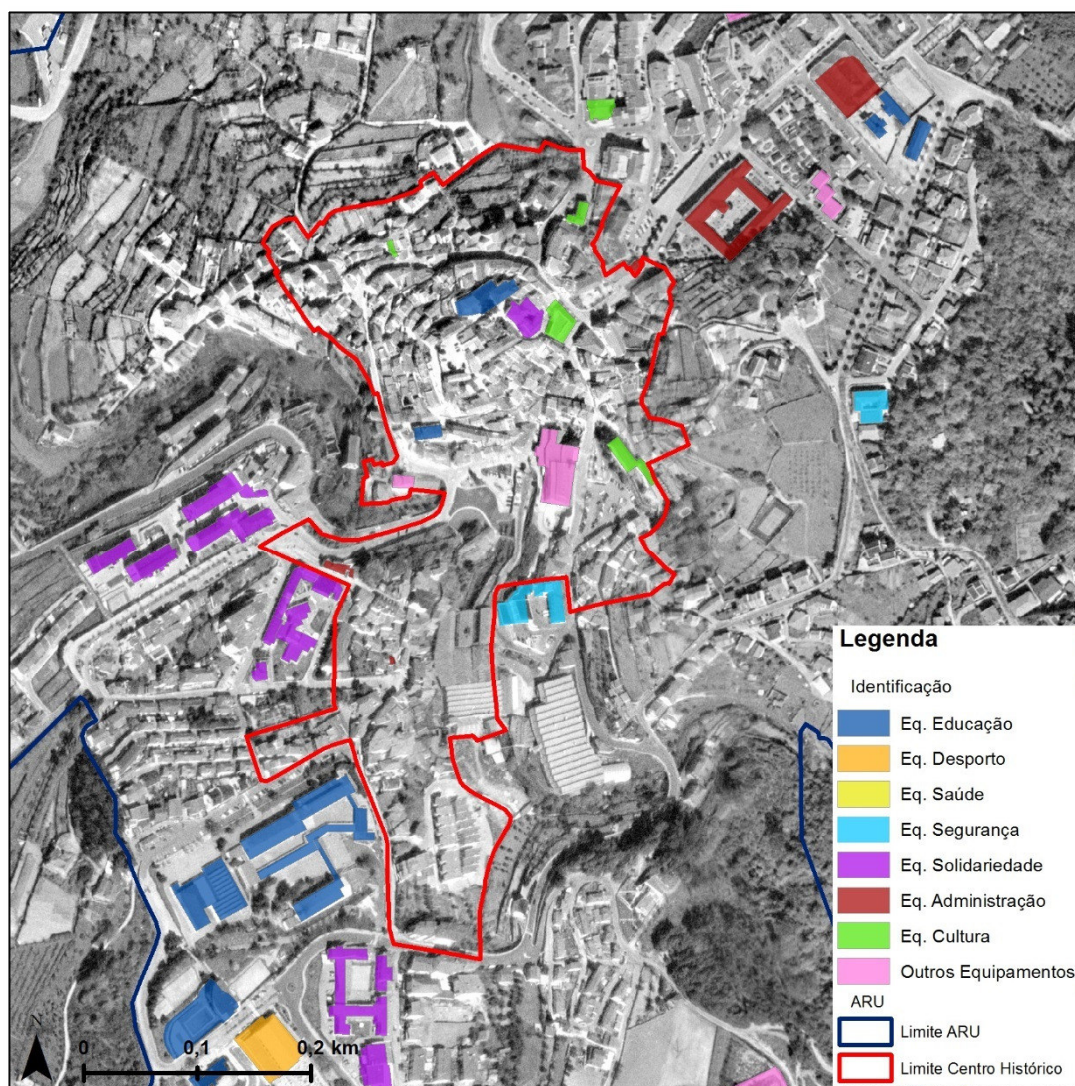
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Pela mesma razão, o Centro Histórico acaba, também, por se encontrar bem servido de equipamentos coletivos, tanto no seu interior como na proximidade (Figura 18).

Esta situação, ainda que favorável para os residentes, comporta também alguns problemas na medida em que a falta de estacionamento e a exiguidade de algumas vias podem, face ao aumento de fluxos gerados por estes polos de atração, criar pontos de congestionamento que acabam por ter consequências para a vida quotidiana dos residentes nestes locais.

Figura 18: Equipamentos Coletivos no Centro histórico  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)

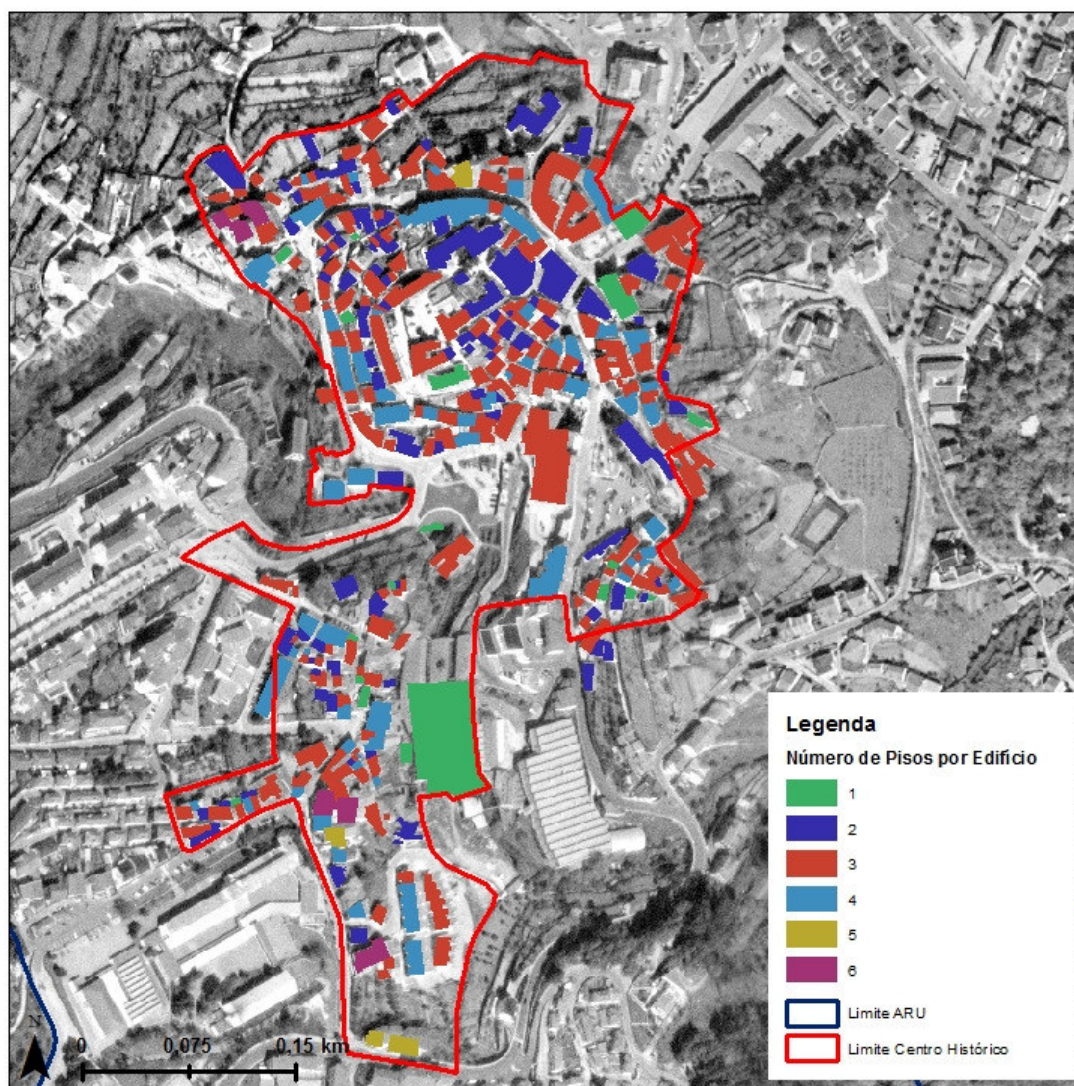


Analisando o número de pisos dos edifícios, constatamos que aproximadamente dois terços são constituídos por 1 ou 2 pisos, independentemente da unidade territorial analisada, ainda que a percentagem seja menor na ARU (61%). Com 3 ou 4 pisos, temos cerca de 34% dos edifícios e, por último, surgem os edifícios com 5 ou mais pisos com percentagens que variam entre o 1% do Município e os 4% da Freguesia e da ARU. De facto, na ARU existem alguns edifícios com maiores dimensões, localizados em áreas centrais e que, além de serem descaracterizadores do conjunto edificado, prejudicam o sistema de vistas de que o centro histórico beneficiava.

Os dados recolhidos para o Centro Histórico revelam que neste espaço predominam os edifícios com 2, 3 e 4 pisos. Cerca de 45,6% dos edifícios analisado têm 3 pisos, surgindo os edifícios de 2 pisos em segundo lugar (20,8%) e por último surgem os edifícios com 4 pisos (15,8%), conforme se pode observar na Figura 19.

Figura 19: Número de Pisos, Centro histórico

(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Por último, importa analisar a estrutura do edificado abrangido pela ARU. Constata-se que o betão armado é o material dominante (72%) e que apenas 13 e 12% apresentam paredes de

alvenaria com placa ou sem placa, respetivamente com valores residuais de 1% cada, estão as estruturas em adobe e pedra e outro tipo de estruturas (17 edifícios cada).

Tendo analisado os edifícios, importa agora analisar os alojamentos.

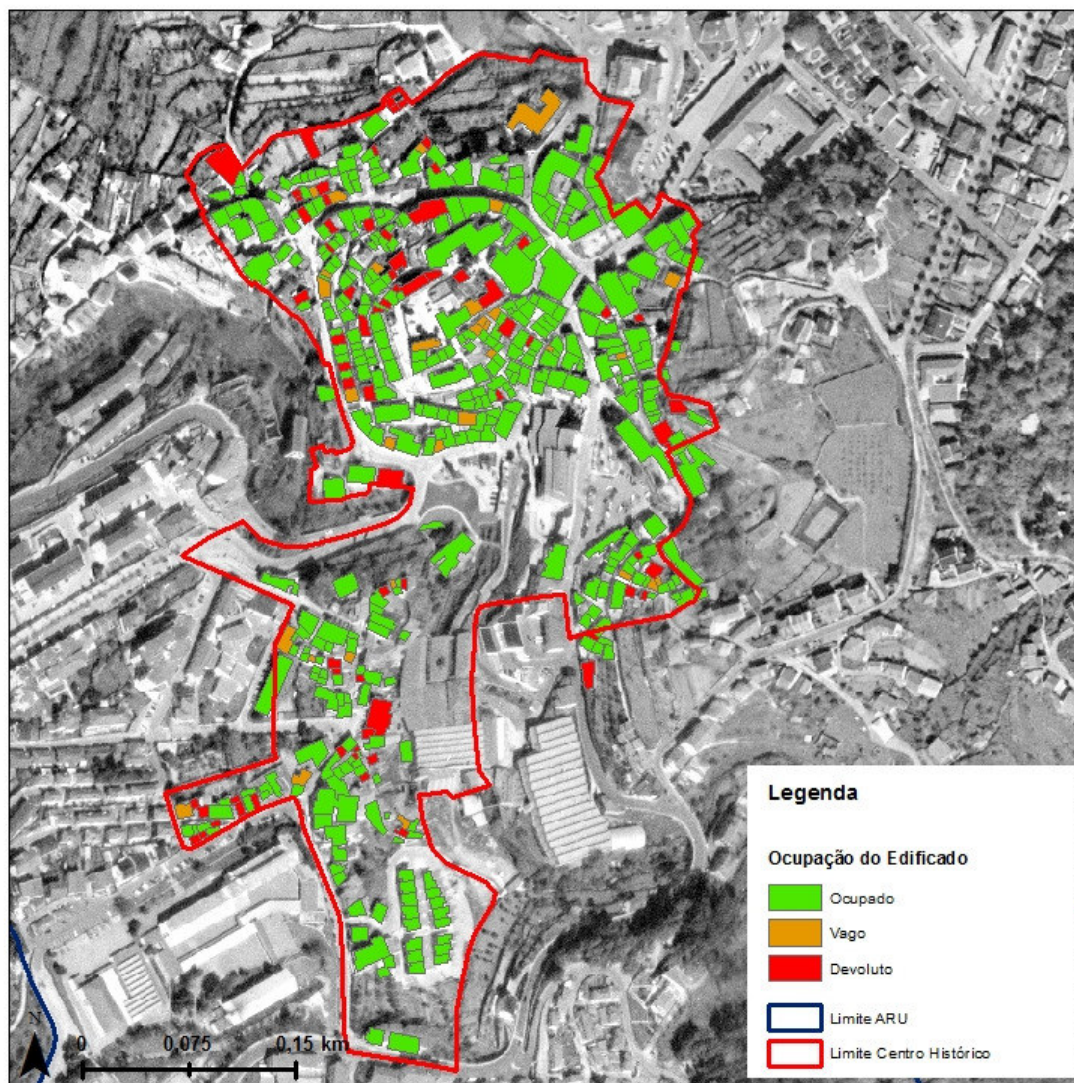
Na ARU, os 1.137 edifícios albergam 2.172 alojamentos, 99% dos quais são alojamentos familiares clássicos, mais de dois terços dos quais com 5 ou mais divisões (69%). Este valor é menor do que o que encontramos no Município (73%) ou na Freguesia (71%), o que é explicado pela menor concentração urbana em outras Freguesias, e o aumento de áreas disponíveis quando nos afastamos do centro urbano de Gouveia, mais concentrado e com maior dinâmica socioeconómica.

As áreas dos alojamentos refletem, em parte, a diversidade morfotipológica da ARU, apresentando 42% dos alojamentos uma área compreendida entre 100 e 200 m<sup>2</sup>, 38% uma área entre 50 e 100m<sup>2</sup>, 13% menos de 50m<sup>2</sup> e 7% mais de 200m<sup>2</sup>. Estes valores refletem a concentração de alojamentos de pequenas e médias dimensões existentes no centro histórico e nos bairros “operários”, que constituem grande parte do edificado da ARU.

Dos 2.172 alojamentos existentes na ARU, 60% são de residência habitual, 16% estão vagos e 24% são entendidos como segunda habitação.

O levantamento de campo revela, para o Centro Histórico, como se pode ver na Figura 20, a ocorrência de uma proporção de edifícios ocupados que se cifra em 77,9%, ainda que alguns destes se encontrem desocupados ao nível do rés-do-chão, e o restante se encontre devoluto ou vago (15,2% e 6,9%, respetivamente), o que representando cerca de um quinto de todo o edificado se transforma numa atual/potencial debilidade que deve ser acautelada.

Figura 20: Ocupação do edificado, Centro histórico  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Os alojamentos de residência habitual, na ARU, são na sua grande maioria ocupados pelo proprietário, mas, ainda assim, existe alguma dinâmica ao nível do mercado de arrendamento, já que 31% dos alojamentos são arrendados. A situação é semelhante ao nível da Freguesia de Gouveia (65% e 29% para alojamentos ocupados pelo proprietário e pelo arrendatário, respetivamente) mas para a globalidade do Município estes valores alteram-se, sendo que só 13% dos alojamentos são ocupados por arrendatários e 81% são ocupados pelo proprietário.

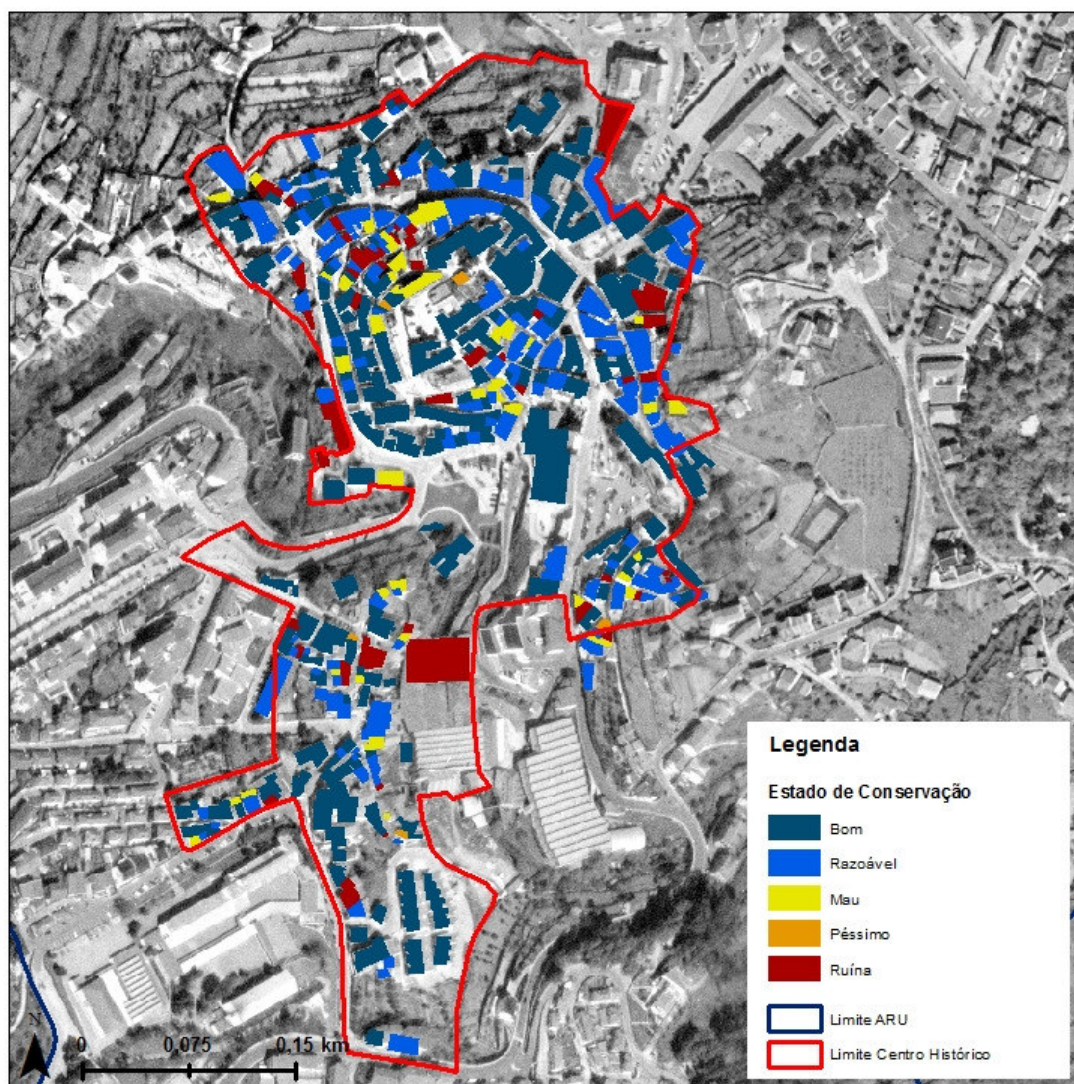
Os dados de levantamento de campo não nos permitem identificar a totalidade do tipo de ocupação para todos os alojamentos, mas nos 195 alojamentos levantados, verificamos que a grande maioria é propriedade do ocupante, 63%, sendo 34% alojamento arrendado e 3% reservado a outras modalidades. Esta realidade espelha em grande medida as conclusões retiradas para a ARU, mostrando a existência de um mercado de arrendamento com potencialidade de desenvolvimento.

Quanto às infraestruturas dos alojamentos na ARU, estas cobrem a 100% as instalações de água e esgotos e 98% as instalações sanitárias e de banho. No Centro Histórico, os valores dos alojamentos levantados corroboram os valores do INE, estando os alojamentos completamente servidos por água canalizada e eletricidade e as infraestruturas sanitárias e de banho encontram-se presentes na quase totalidade dos alojamentos levantados (98,5%). Relativamente às instalações de gás, aquecimento e elevador, o serviço é muito díspar, sendo que no primeiro caso apenas 24% dos alojamentos se encontram servidos e nos outros dois casos apenas 1,5% (2 alojamentos) possuem elevador e/ou aquecimento. Este não é um dado surpreendente, tendo em conta que a volumetria e idade do edificado existente no Centro Histórico, não é conducente à existência de sistemas elevatórios ou aquecimento central.

Considerando o conjunto destas características resulta fundamental a avaliação do estado de conservação do edificado. O último Censos de 2011 reporta uma taxa de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados para o Município de Gouveia de 6,4%, sendo a média nacional de 4,5%.

O levantamento no Centro Histórico revela valores muito diferentes dos reportados pelo INE, fruto certamente do tempo decorrido desde o Censos (5 anos), aliado à quebra populacional registada nesta área. Assim, e como se pode observar na Figura 21, ainda que a maioria dos edifícios se encontre num estado de conservação bom (47%) ou razoável (33%), cerca de 11% encontram-se em ruína e 9% em mau/péssimo estado, pelo que no total teremos cerca de um quinto do edificado do Centro Histórico a necessitar de uma intervenção significativa.

Figura 21: Estado de conservação do edificado, Centro histórico  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



### 2.1.5 REDE VIÁRIA, ESPAÇOS PÚBLICOS E ESTACIONAMENTO

O Plano de Urbanização (PU) de Gouveia propõe uma estrutura viária onde se pretende evitar o tráfego de atravessamento e o congestionamento na zona antiga da cidade, assegurando, simultaneamente, os acessos internos e as ligações com o exterior. Nesse sentido, o PU redefiniu as funções das vias existentes e propôs novas vias, para que se estabelecesse uma hierarquia viária sólida e funcional que estruturasse o crescimento urbano de forma equilibrada e

sustentável (Tabela 5). O mesmo plano considera a necessidade de requalificar e aumentar a mobilidade no espaço urbano com um sistema que privilegie o tecido urbano antigo, que consideram se alcançará com a criação de uma hierarquia viária que tenha como base o suporte do transporte individual, do estacionamento e da rede de transporte coletivos.

**Tabela 5: Hierarquia viária definida no PU**

(Fonte: PU de Gouveia)

Hierarquia Viária	Vias	
Coletoras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EN 232</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variante à EN 232 (proposta do PU, que foi executada)</li> </ul>
Distribuidora Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rua Eulália Mendes (Acesso a Asseada e Seia);</li> <li>• Av. D. Manuel I (Acesso a São Paio e Aguiar da Beira)</li> <li>• Av. 1º de Maio e EN 380-1 (Acesso a São Paio e Aguiar da Beira)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Av. 25 de Abril, Rua 5 de Outubro e Av. D. Sancho I até à EN 330 (Acesso a Nabais e Aguiar da Beira)</li> <li>• Parte inicial da Rua Virgílio Ferreira até à Escola EB 2,3 e Secundária</li> <li>• Parte inicial da Av. Emídio Navarro (proposta)</li> </ul>
Distribuidora Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rua da Senhora do Porto</li> <li>• Rua da Carreira Velha</li> <li>• Rua Dr. Fernando Rebelo</li> <li>• Rua Cardeal Mendes Belo</li> <li>• Rua de Labouheyre</li> <li>• Rua Pedro Botto Machado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rua Cidade de Danbury</li> <li>• Av. General Humberto Delgado</li> <li>• Rua da Cerca</li> <li>• Rua Luís de Camões</li> <li>• Rua Nossa Senhora Rainha</li> <li>• Rua Dr. Edmundo Mesquita</li> </ul>

Adicionalmente, os estudos desenvolvidos no processo de delimitação da ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada indicam os principais eixos que marcam a área, em especial aqueles que estruturam e ou ligam o Centro Histórico às áreas periféricas da envolvente (

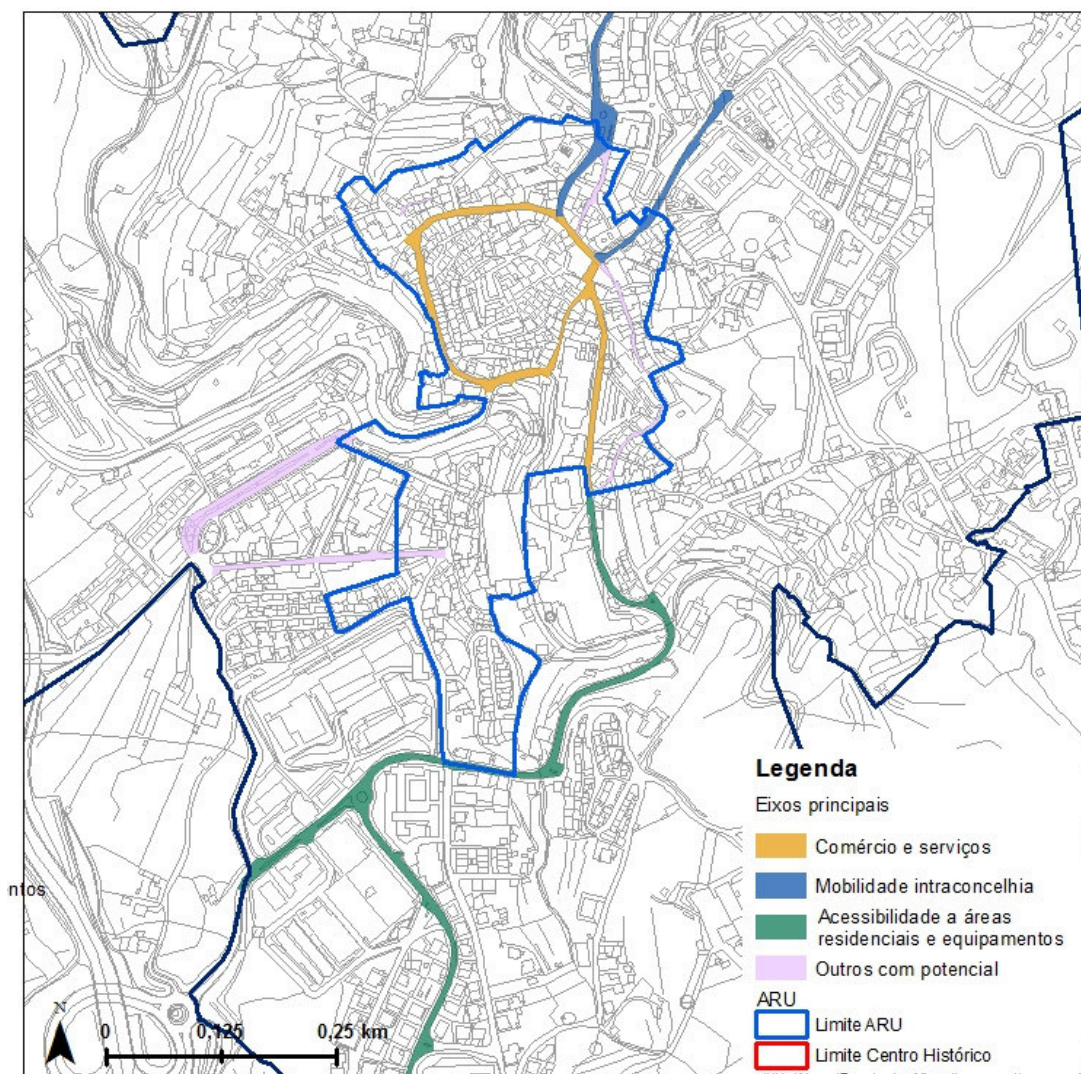
Figura 22). Assim, são indicadas vias com:

- Dinâmica expressiva de comércio e serviços:
  - Rua da República (Figura 23);
  - Rua Cardeal Mendes Belo;
  - Avenida dos Bombeiros Voluntários;

- Funções de ligação intra-concelhia:
  - Avenida 1º de Maio;
  - Avenida 25 de Abril (Figura 23);
- Ligação a áreas residenciais e equipamentos:
  - Avenida Emídio Navarro;
  - Avenida Cidade da Covilhã.

Figura 22: Estrutura viária – Classificação segundo ARU

(Fonte: elaboração própria com base nos dados da delimitação da ARU fornecidos pelo Município de Gouveia)



Além destas, são ainda referenciadas outras vias que delimitam/estruturam “bairros” ou possíveis áreas de expansão, como a Rua das Flores, do Ovinho e Rua Nova, que estruturavam a antiga judiaria, ou a Avenida Botto Machado, que assume um possível caráter estruturante na expansão da cidade para poente.

Figura 23: Rua da República e Avenida 25 de Abril

(Fonte: Território XXI)

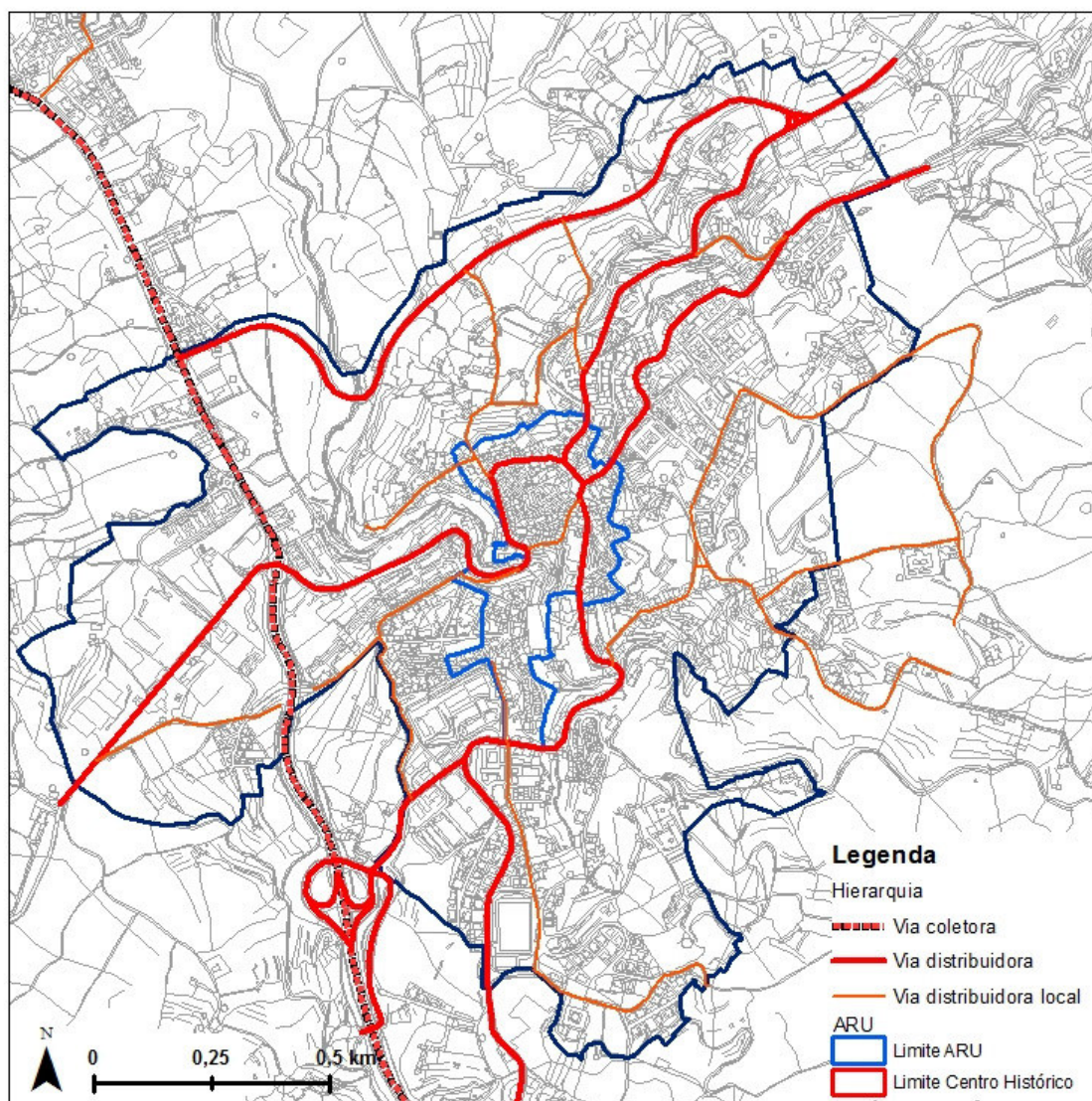


Destes dois níveis de análise, resulta a hierarquia viária que atualmente se identifica, na ARU (Figura 24), e que se estrutura essencialmente em torno de uma via coletora, três eixos distribuidores gerais e ainda numa série de vias distribuidoras locais.

A via coletora atravessa, de forma algo periférica, a ARU, por poente, e é constituída pela EN 232 e respetiva variante, que além de coletarem os fluxos viários proporcionam a possibilidade de desvio do tráfego de atravessamento da zona antiga e promovem algum grau de descongestionamento do centro. Este eixo, apesar de no troço da variante o fluxo ser marcadamente rodoviário, potencia ainda a abertura de novas frentes urbanas e centralidades que em função das suas funções e/ou localização poderão vir a constituir-se como sub-centros, em relação ao centro urbano antigo.

Figura 24: Hierarquia Viária

(Fonte: elaboração própria com base nos dados do PU fornecidos pelo Município)



As vias distribuidoras gerais atravessam toda a ARU, ainda que sejam em maior número no sentido nascente-poente e se concentrem maioritariamente a norte. Estas vias forma 3 eixos (2 nascente-poente e 1 nascente-sul) que estruturam o desenho urbano da ARU, apresentam fluxos de tráfego do tipo misto, onde a presença pedonal é constante, mas mais vincada na zona do

centro histórico e envolvente próxima (Av. 1º de Maio, 25 de Abril, dos Bombeiros Voluntários e Rua da Republica) e junto à Escola EB 2,3 e Secundária de Gouveia, funcionando em estreita ligação com a via coletora.

As vias distribuidoras locais cobrem todo o território, sendo eixos de ligação fundamentais a zonas residenciais e de equipamentos.

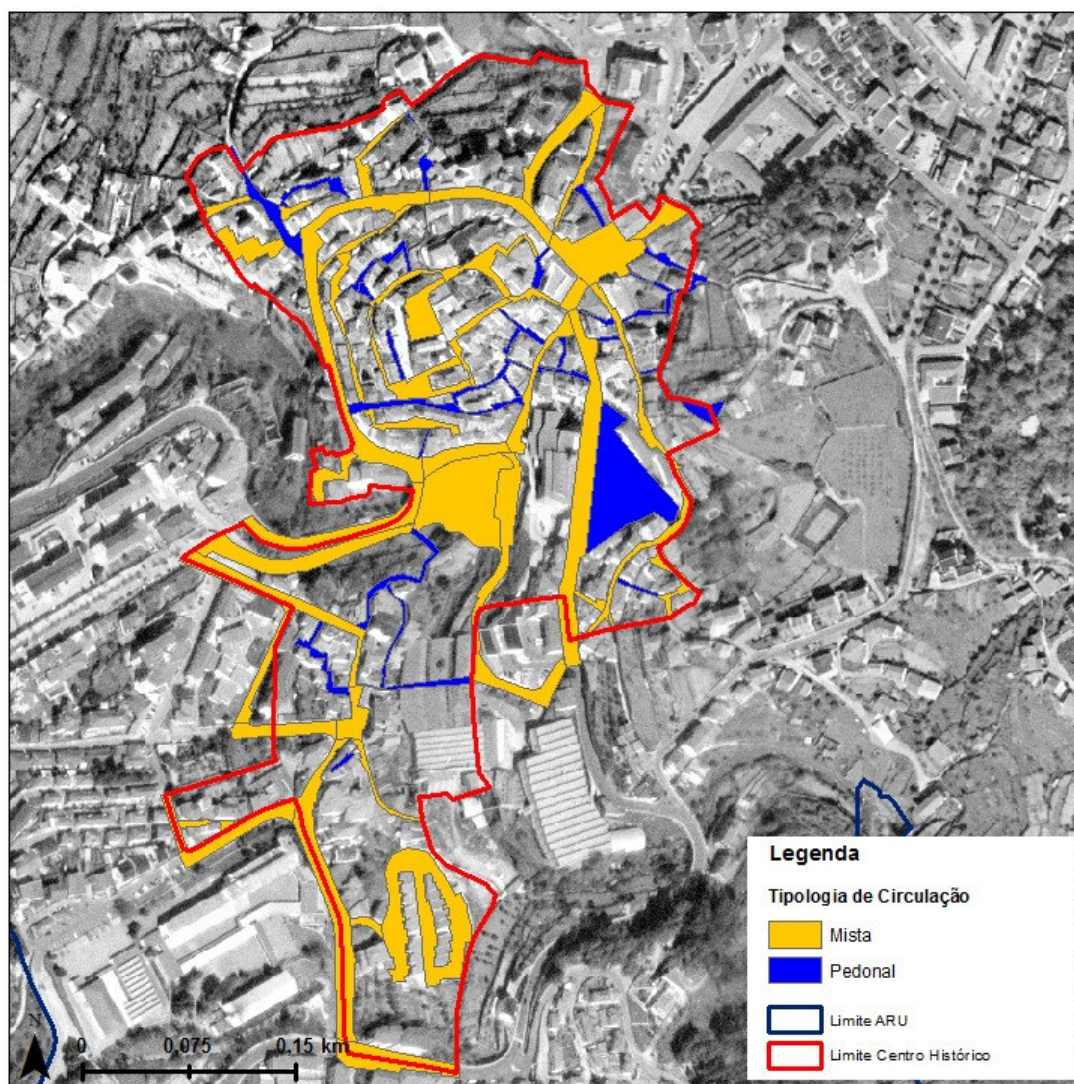
Para melhor compreender as dinâmicas instaladas nas vias e outros espaços públicos da ARU, procedeu-se a um levantamento de campo mais exaustivo no Centro Histórico, onde entre outros elementos, se analisam características relativas à mobilidade, conservação e adequação dos espaços públicos às suas funções.

O espaço público no Centro Histórico estrutura-se em torno de uma rede de vias e espaços de circulação cuja hierarquização é passível de distinção, em quase toda a área. É importante destacar a existência de uma pequena rede de praças/largos, em pontos nevrálgicos em torno ou no bairro do Castelo que, no primeiro, criam eixos de circulação pedonal e estadia junto de equipamentos, ou espaços de referência (Praça Dr. Alípio de Melo, Turismo, São Pedro, Largo de São Miguel e Jardim da Ribeira, etc.) e, no segundo, permitem algum desafogo na apertada malha urbana medieval do Bairro do Castelo (Largo do Castelo e o Adro de São Julião, por exemplo).

Alguns destes espaços foram recentemente intervencionados, enquanto outros, como o Largo do Castelo ou o de São Miguel, beneficiariam de revitalização.

Em termos de circulação, predomina o tipo de circulação mista (pedonal e rodoviária), em quase todos os espaços analisados, como se pode observar na Figura 25. As exceções surgem em ruas no Bairro do Castelo, que, pela sua dimensão, não comportam ou estão interditas ao tráfego viário; na Praça Dr. Alípio de melo, que é estritamente pedonal e se consubstancia num espaço de estadia e lazer e nos vários eixos nos diversos bairros que constituem o restante do Centro Histórico, constituídos por escadas, patamares e dimensão reduzida, que apenas permitem a circulação pedonal (Ladeira do Paixotão, Escadinhas de São João, Rua das Flores, Escadas do Ouvinho, Escadas dos Bellinos, Rua Baixo Outeiro, etc.).

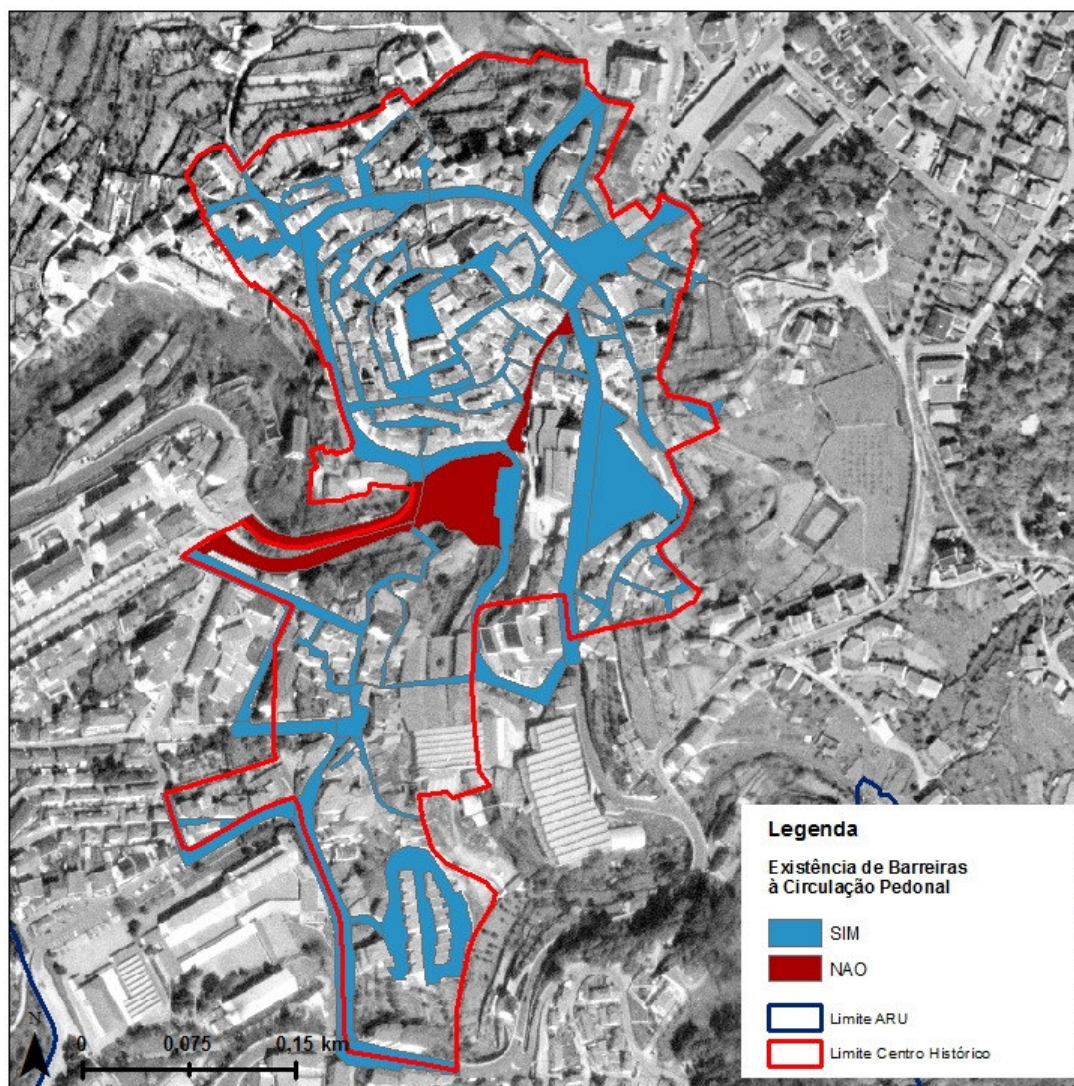
Figura 25: Tipologia de circulação no espaço público  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Tendo em conta a caracterização da circulação e considerando que todo o Centro Histórico acaba, de certa forma, por estar vocacionado para a circulação pedonal, importa agora perceber a existência, ou não, de condições para essa circulação, nomeadamente ao nível da existência de barreiras à circulação e de atravessamentos. No caso das barreiras à circulação pedonal (Figura 26), é patente a sua existência na quase totalidade dos eixos analisados, com exceção do Jardim da Ribeira, de um troço da Rua Cardeal Mendes Belo, Rua Casimiro Andrade e Avenida Pedro Botto Machado. Nos restantes eixos, existem diversas barreiras à circulação pedonal, como:

escadas de acesso a edifícios, postes de sinalização, papeleiras, contentores de lixo, caixas de infraestruturas, e floreiras entre outras.

Figura 26: Existência de barreiras à circulação pedonal no espaço público  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Uma das barreiras mais marcantes é a existência de eixos que são totalmente ou parcialmente constituídos por escadas ou troços em patamares, e que não são acessíveis a grande parte da

população com mobilidade condicionada (Figura 27). No entanto, há que ter em consideração que este é um elemento caracterizador e identificativo do Centro Histórico de Gouveia, pelo que a sua total eliminação constituiria uma descaracterização deste espaço e um alienar da sua génese histórica. Tendo em conta que se deve potenciar e fomentar a mobilidade de todos, deve tentar encontrar-se soluções alternativas para que tal possa ser alcançado

**Figura 27: Bairro do Castelo, Barreiras à mobilidade**  
(Fonte: Território XXI)



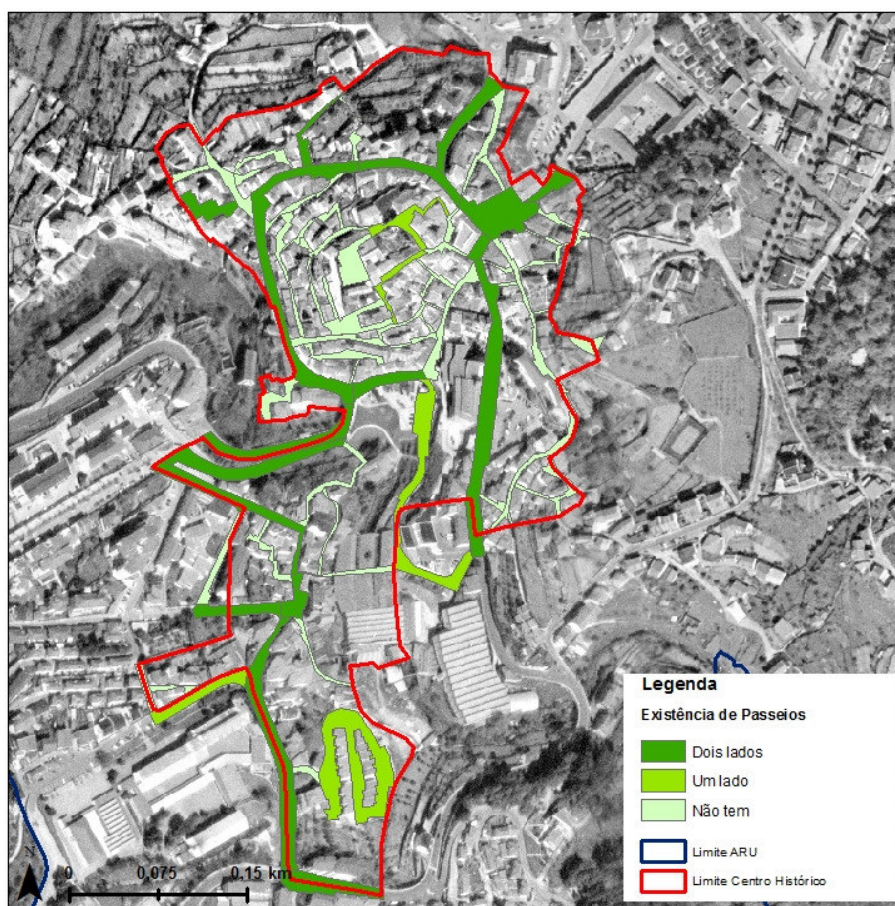
Relativamente à existência de atravessamentos, verifica-se que nos eixos de maior circulação rodoviária estes estão presentes, enquanto que nos restantes essa situação não acontece. Em alguns casos, a inexistência de atravessamentos não constitui um problema grave, dado estarmos em presença de áreas exclusivamente pedonais (praças, largos e escadas), ou de nos referirmos a zonas que apesar de não se incluírem nesta tipologia de circulação, são essencialmente vias interiores de bairros, tendencialmente pedonais ou onde a circulação rodoviária é quase restrita a moradores. É, no entanto, importante ressaltar que, em alguns casos, deve ser contemplada a

introdução de atravessamentos, como no caso do trecho inicial da Rua Cardeal Mendes Belo e nas ruas São Miguel do Outeiro e junto dos estabelecimentos educativos, locais onde, por norma, existem maiores volumes de tráfego.

Importante na estruturação de eixos de circulação pedonal, principalmente em vias de circulação mista com grande intensidade de tráfego rodoviário, é a existência de passeios (Figura 28). Através do levantamento, foi possível verificar que 46 dos espaços analisados não têm passeios, no entanto, na grande maioria das vias identificadas, o perfil, material e tipo de circulação não implicam a necessidade da criação de um espaço de passeio “formal”, sendo preferível que se constituam como arruamentos de canal partilhado que, apesar de mistos, dão preferência à circulação pedonal.

Figura 28: Existência de passeios

(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)

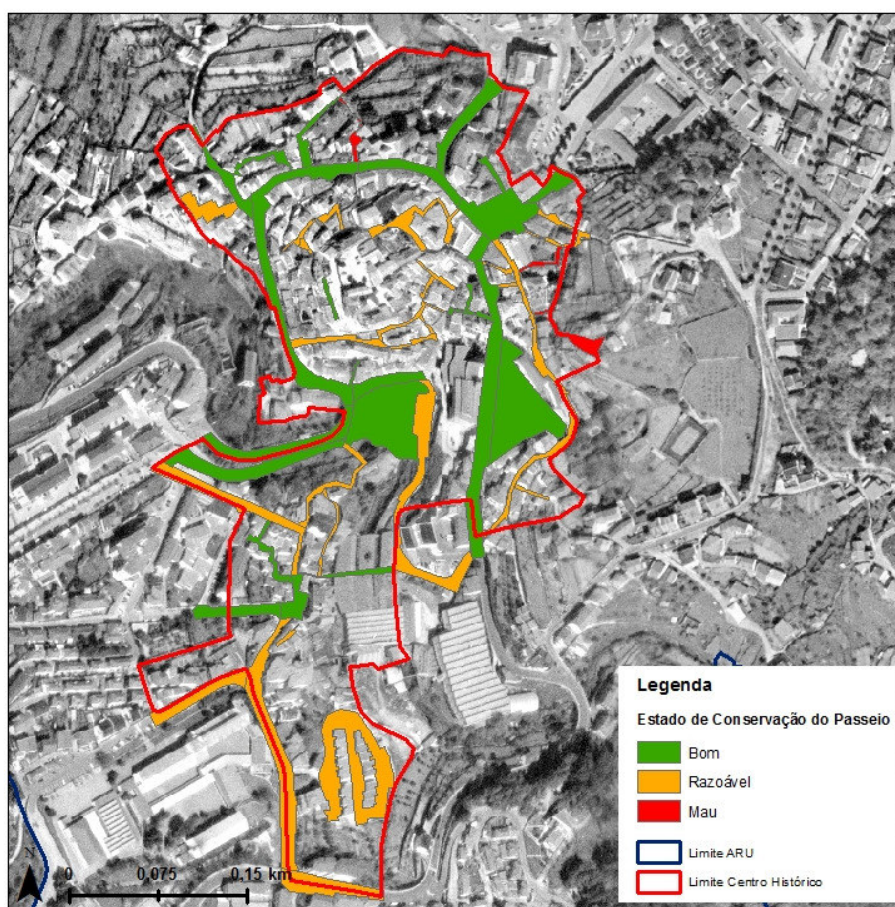


Os restantes espaços analisados apresentam passeios dos dois lados ou pelo menos num dos lados, ainda que em todos os casos estes tenham uma largura inferior a 1,2 metros e sejam descontínuos (Largo de São Miguel, Rua do Sol Nascente, parte da Rua da República ou Rua São Miguel do Outeiro, por exemplo). Nestes casos deverá apostar-se na criação de continuidade de passeios, segundo o que se encontra definido na legislação em vigor.

Por último, foi levantado o estado de conservação de passeios e da faixa de rodagem. Ao nível dos passeios (Figura 29), encontramos a quase totalidade com um estado de conservação bom ou razoável, existindo apenas 3 espaços onde o estado de conservação é mau. Estes espaços são: as Escadas do Ouvinho, um troço da Ladeira do Paixotão e o Beco das Moitas, espaços que por serem exclusivamente pedonais foram considerados como sendo passeio.

Figura 29: Estado de conservação dos passeios

(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Quanto à faixa de rodagem, a situação é semelhante existindo apenas uma via onde se considera que o estado de conservação da faixa de rodagem é mau, a Rua de Cima. Tendo em conta que se trata de uma rua do Bairro do Castelo, onde a faixa de rodagem é simultaneamente espaço de circulação pedonal, a sua reabilitação é muito necessária.

Na conjugação destas duas variáveis verificamos que alguns troços necessitam de melhorias de algum tipo, quer no passeio quer na faixa de rodagem (todos os classificados como razoáveis), se bem que os mais urgentes serão aqueles, cujo estado de conservação é francamente mau.

O estacionamento é sempre um problema a que urge dar resposta quando temos em análise núcleos históricos de génese medieval em locais de topografia acidentada.

No Plano de Urbanização de Gouveia, indicava-se que o sistema de circulação viária e pedonal deveria considerar a hierarquização das vias, as novas intersecções viárias, os sentidos de circulação e o estacionamento, numa articulação de meios que permitisse a fluidez do trânsito, a diminuição dos pontos de conflito e a capacidade de escoamento mais eficaz, garantindo o aumento da segurança rodoviária. Na proposta do plano e embora não seja referido explicitamente, cria-se uma pequena rede de bolsas de estacionamento que conta com estacionamentos existentes e propostos. Os existentes estão maioritariamente junto de equipamentos e os previstos localizam-se quase todos na proximidade ou no centro histórico.

Também, no processo de delimitação da ARU é mencionado, especificamente, a falta de estacionamento como uma condicionante à circulação viária e pedonal (Figura 30). A maioria dos comércio ou serviços da Praça de São Pedro, da Rua da República ou até mesmo junto do mercado estão condicionados pela falta de lugares de estacionamento junto ou na proximidade dos referidos espaços, uma vez que se integram numa malha urbana de génese medieval que, pese embora as alterações ocorridas ao longo dos séculos, não está preparada para a massiva circulação automóvel da atualidade. Adicionalmente, a maioria da população perdeu o hábito de andar a pé e obviamente uma população mais idosa também não terá a capacidade de o fazer por longas distâncias.

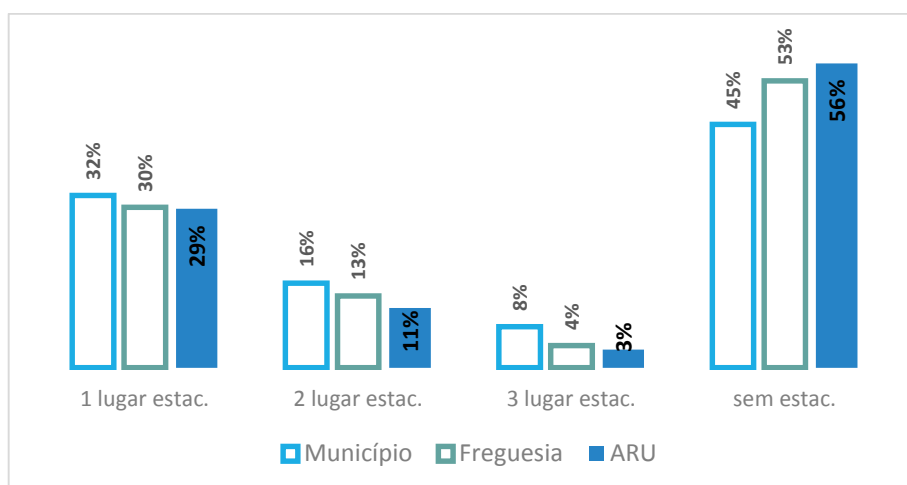
Figura 30: Estacionamento no Centro Histórico  
(Fonte: Território XXI)



A estes condicionalismos acresce, ainda, o facto de na zona do núcleo histórico a edificação ser muito concentrada sob uma rede viária de malha muito apertada, não existindo possibilidade da criação de estacionamento mesmo para os moradores.

Como este é um dos grandes problemas apontados aquando da definição da ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada, pareceu-nos pertinente analisar o estacionamento existente por alojamentos (o único mencionado nos dados da BGRI).

Figura 31: Lugares de estacionamentos por alojamento  
(Fonte: elaboração própria com base em dados da BGRI, 2011)



Pela análise da Figura 31, verificamos que mais de metade dos alojamentos da ARU (56%) e da Freguesia de Gouveia (53%) não têm qualquer tipo de lugar de estacionamento e apenas cerca de 30% dos alojamentos destas duas unidades territoriais possuem um lugar de estacionamento. Esta situação é idêntica à que se observa para a globalidade do Município de Gouveia, pese embora as percentagens variem menos significativamente quando falamos em alojamentos com um lugar de estacionamento, onde a diferença percentual ronda os 2/3 pontos percentuais acima da Freguesia de Gouveia e da ARU, respetivamente, e tenham um impacto maior quando falamos nos alojamentos sem estacionamento, em que o Município apresenta valores inferiores em 8 a 11 pontos percentuais aos da Freguesia de Gouveia e da ARU, respetivamente. Podemos, deste modo, concluir que, ainda que a falta de estacionamento seja um problema que afeta todo o Município, ele é muito mais significativo no caso da ARU e mesmo da Freguesia de Gouveia.

Complementando esta informação com a análise dos levantamentos efetuados em espaço público, constatamos que apenas em algumas vias este é adequado – Rua do Sol Nascente, Rua Virgílio Ferreira, Rua do Outeiro, Rua de São Miguel do Outeiro e Rua Dr.<sup>a</sup> Lurdes Fernandes Almeida. Nas restantes vias, o estacionamento é inexistente ou insuficiente, o que se torna problemático essencialmente junto dos eixos comerciais de Gouveia, principalmente na Rua da República e Cardeal Mendes Belo.

### 2.1.6 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

As redes de infraestruturas básicas da cidade de Gouveia são constituídas pela rede de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, drenagem de águas residuais, rede de abastecimento de eletricidade, gás e rede de telecomunicações. Segundo informações do Município, a rede existente segue as características definidas no PU pelo que assim, só nos ateremos nas que se encontram descritas neste documento e apresentem relevância para a ARU.

O abastecimento de água à cidade é garantido por um conjunto de captações localizadas na encosta da serra. O conjunto de rede de adutores conseqüentemente junta-se no reservatório principal. O abastecimento à cidade subdivide-se por vários andares de pressão dependentes de vários reservatórios que têm por função a reserva e equilíbrio do sistema, em termos de gestão, para além de definirem patamares de pressão ajustados às respetivas áreas de serviço. Como o

sistema se integra num outro mais abrangente, os reservatórios limítrofes enquadram-se já numa função extrapolada para serviço indireto a outras áreas urbanas.

A rede de esgotos pluviais, devido às características do terreno, grandes declives e muitas linhas de água, deverá em novos arruamentos ser constituída por troços independentes, constituídos por coletores, valetas e sumidouros, onde encaminham as águas para as linhas de água mais próxima.

Nas áreas de crescimento urbano, quando sujeitas a operações de loteamento, é obrigatória a execução de rede pluvial autónoma, o que tem garantido uma resolução parcial desta infraestrutura, em zonas de crescimento regular. Em relação à rede de esgotos domésticos, constata-se existir uma rede principal que abrange a totalidade da área urbana consolidada da cidade (área de encosta), servida por uma complexa rede de coletores e emissários que, por gravidade, drenam para ETAR existente.

Quanto à mancha urbana Norte, que engloba a Zona Industrial existente/ampliação prevista e área do Terciário, a rede básica de coletores estava à data parcialmente construída, estando também prevista a construção de uma nova ETAR, para serviço desta área. A sua responsabilidade seria da empresa multimunicipal igualmente responsável pelo tratamento (em alta) de todos os sistemas de águas residuais domésticas do concelho. As áreas “sobrantes” novas, sem redes ainda construídas, seriam facilmente resolvidas com ampliação e ligação, por gravidade (ou, pontualmente, com recurso a estação elevatória), a uma das duas bacias já definidas.

### 2.1.7 QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO

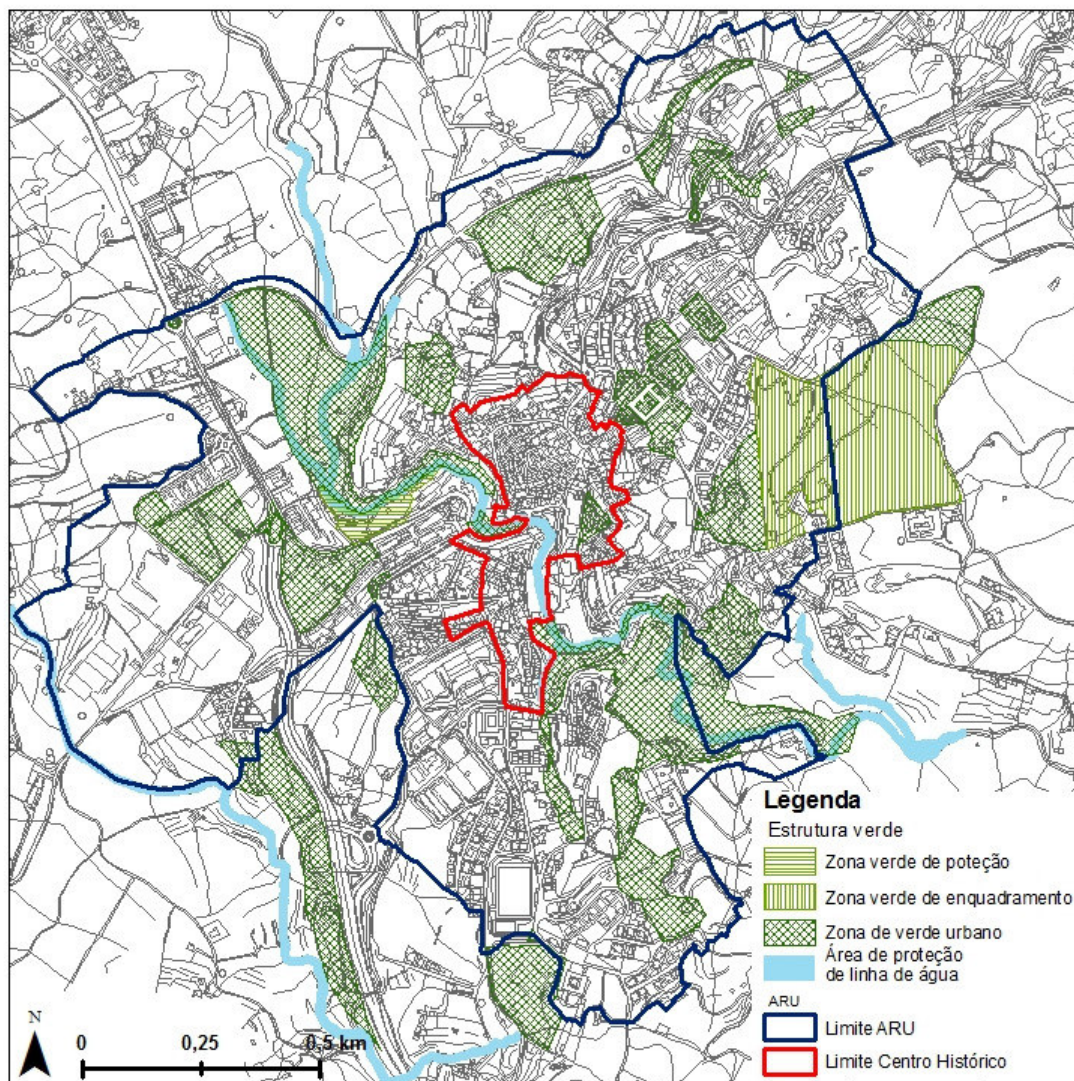
#### **Estrutura ecológica**

Os espaços verdes constituem uma componente indispensável à qualidade de vida urbana existindo, nos últimos anos, um aumento significativo da necessidade e procura destes espaços. Esta situação advém não só do aumento do volume construtivo e da consequente artificialização dos territórios, mas também, da necessidade sentida pela população quanto ao usufruto de espaços naturais. Com funções na qualidade do ambiente em geral, nomeadamente na

termorregulação, purificação e humidade do ar, redução do ruído entre outros, estes espaços contribuem de forma decisiva para a qualidade da paisagem urbana.

Figura 32: Estrutura verde na ARU

(Fonte: elaboração própria com base nos dados do PU de Gouveia)



Tendo em conta estas funções, o Plano de Urbanização de Gouveia propunha a definição de solos afetos à estrutura ecológica organizados em 4 classes:

- Recursos Hídricos, incluindo linhas de águas a céu aberto e encanadas e respetivas zonas de proteção;

- Zona verde de proteção, onde se inserem as faixas de proteção à rede rodoviária e as áreas cuja topografia apresenta declives acentuados;
- Zona verde de enquadramento, que integra a propriedade da Quinta da Cerca que pelas suas características paisagísticas deve ser mantida e salvaguardada;
- Zona de verde urbano, que agrega os espaços livres compostos por: jardins públicos, equipamentos desportivos a céu aberto e praças.

Tendo em vista esta estrutura propunham-se 3 Programas de Intervenção, com ações a desenvolver que complementaríamos a implementação do PU.

Um dos programas de intervenção visava a criação de espaços verdes e de utilização coletiva complementares aos equipamentos existentes e a construir. Pretendia-se assim o desenvolvimento de ligações e complementaridades entre a estrutura urbana e os diferentes tipos de equipamentos e a criação de espaços lazer e estadia junto aos principais pólos de atração de população.

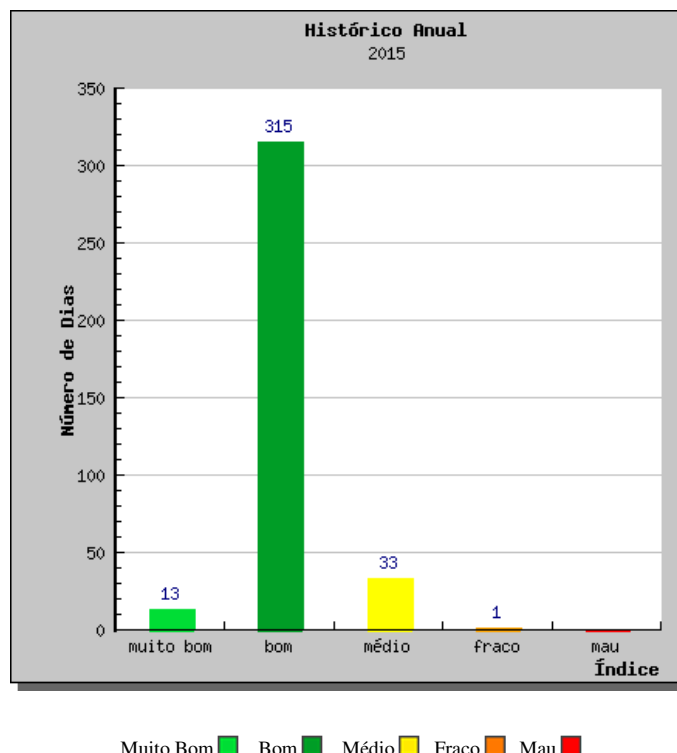
Tendo como objetivos: a criação de faixa verdes de proteção às vias e plantação de alinhamentos arbóreos, a valorização cénica e ambiental do aglomerado e o desenvolvimento de contínuos verdes que promovessem a existência e a deslocação de vida animal, o segundo Programa de intervenção visava a criação de áreas verdes e de alinhamentos arbóreos de proteção às vias distribuidoras gerais e locais.

Por último era definido um programa de intervenção que previa o tratamento e valorização Ambiental das linhas de água, centrado na sua recuperação paisagística; na valorização cénica do aglomerado e no reforço das componentes verde e agrícola.

### **Qualidade do ar e emissões**

Relativamente ao índice de qualidade do ar, estando Gouveia na zona do Centro Interior, na área de influência da Estação do Fundão (Tipo de Ambiente Rural regional), a esmagadora maioria dos dias (mais de 90%) apresenta uma qualidade de ar Boa ou Muito Boa, conforme se apresenta na Figura 33.

Figura 33: Índice da qualidade do ar do Centro Interior  
(Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2015)



De acordo com o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA), cujos últimos dados disponíveis por concelho são de 2009, para o concelho de Gouveia, as emissões de poluentes atmosféricos relativos a gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados e gases com efeito de estufa foram as que constam da tabela seguinte.

Tabela 6: Emissões totais em t/Km<sup>2</sup>, 2009  
(Fonte: INERPA, 2011)

NFR	SO <sub>x</sub>	NO <sub>x</sub>	NH <sub>3</sub>	NM <sub>VOC</sub>	PM <sub>10</sub>	Pb	Cd	Hg	CH <sub>4</sub>	CO <sub>2</sub>	N <sub>2</sub> O
Total (c/ natural)	0,042	1,192	0,251	2,276	0,335	0,001	0,000	0,000	2,280	143	0,095

### Gestão de Resíduos

Relativamente aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), todos os aglomerados urbanos do concelho estão abrangidos pelo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos existente, executado pela

Câmara Municipal de Gouveia, através dos serviços municipais competentes, para o efeito. O seu tratamento, posterior, é realizado pela empresa “Ecobeirão, Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, E.I.M., S.A”.

De acordo com os dados disponíveis no site da Câmara Municipal existem um total de 54 ecopontos no Município, 20 dos quais na freguesia de São Pedro e São Julião, onde se insere a ARU. Adicionalmente, Gouveia conta ainda com um Ecocentro, localizado na Freguesia sede de Concelho, onde se encontram contentores de recolha de: resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos; móveis velhos e madeira; entulhos de pequenas obras de reparação; resíduos biodegradáveis; pilhas e baterias; lâmpadas; Papel/cartão, vidro, plásticos e metais.

### 2.1.8 INQUÉRITOS À POPULAÇÃO

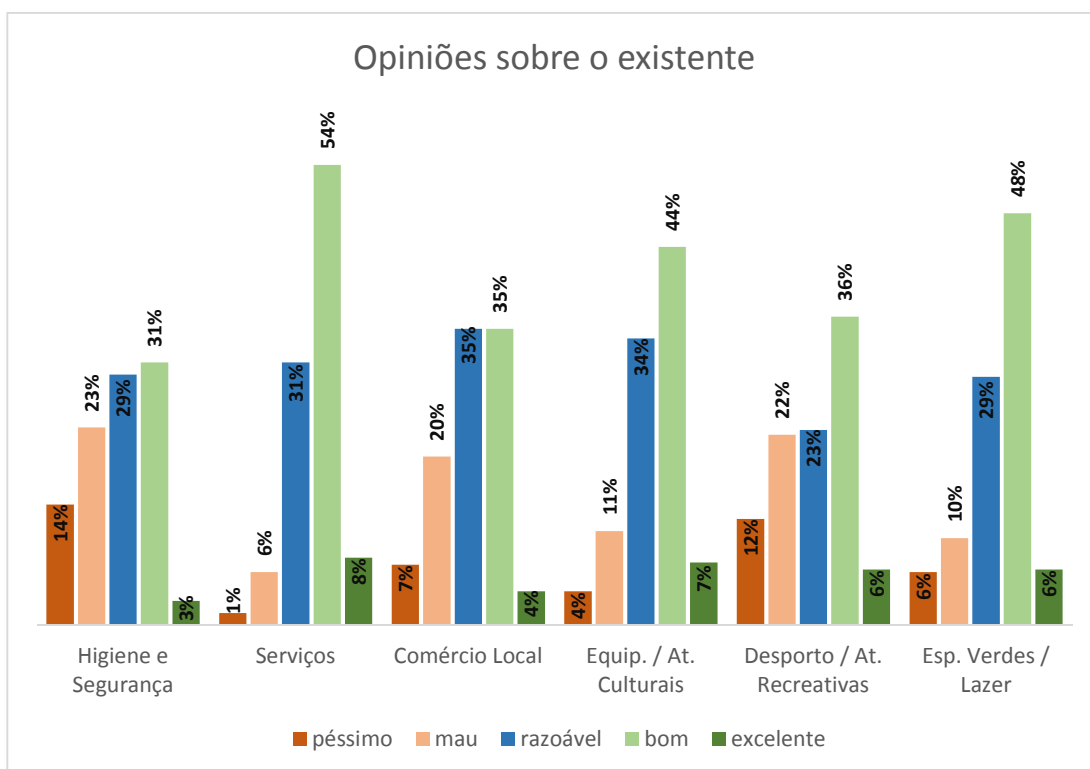
Como foi referido anteriormente, realizou-se um levantamento de caracterização socioeconómica na área correspondente ao Centro Histórico. Além dos dados socioeconómicos e de condições de habitabilidade dos alojamentos, foi também solicitada a opinião dos residentes (que se encontravam no local aquando do levantamento) sobre vários elementos na área de intervenção e sobre a sua perceção quanto a prioridades de intervenção.

Este levantamento ocorreu apenas em 195 alojamentos dos 726, indicados na BGRI de 2011, sendo que dos restantes 531, não foi possível obter respostas quer pelo seu estado de degradação, quer pelo facto de estarem desocupados ou apenas porque os residentes não se encontravam em casa ou não quiseram participar. Nestes 195 alojamentos residem 405 indivíduos dos quais apenas se encontravam presentes ou decidiram dar a sua opinião 355. Considerando que segundo os dados oficiais de 2011 residem no Centro histórico aproximadamente 862 pessoas, esta amostragem representa apenas 41% da população, no entanto parece-nos importante coligir as suas participações uma vez que dão indicações claras das suas necessidades.

As opiniões sobre a área de intervenção estavam assentes numa escala de: **péssimo; mau; razoável; bom e excelente** e versaram sobre os elementos: Desporto / Atividades Recreativas; Equipamentos /Atividades Culturais; Higiene e Segurança; Serviços; comércio Local e Áreas de Lazer / Espaços Verdes (Figura 34).

De forma geral, os inquiridos têm opiniões muito favoráveis em todos os elementos com exceção da higiene e segurança, onde as opiniões negativas suplantam as positivas, ainda que por uma pequena margem (4 pontos percentuais). No campo das opiniões positivas destacam-se a oferta de serviços (62%), as áreas de lazer e os espaços verdes (54%) e os equipamentos e atividades culturais (51%). As opiniões sobre os elementos desporto e atividades recreativas e sobre o comércio local, apesar de as opiniões serem maioritariamente positivas, sugerem alguma ambivalência, refletindo certamente o que os residentes mais valorizam, nestes setores, dada a sua faixa etária e estilo de vida.

Figura 34: Inquéritos à população – Opiniões sobre a área de intervenção  
(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)

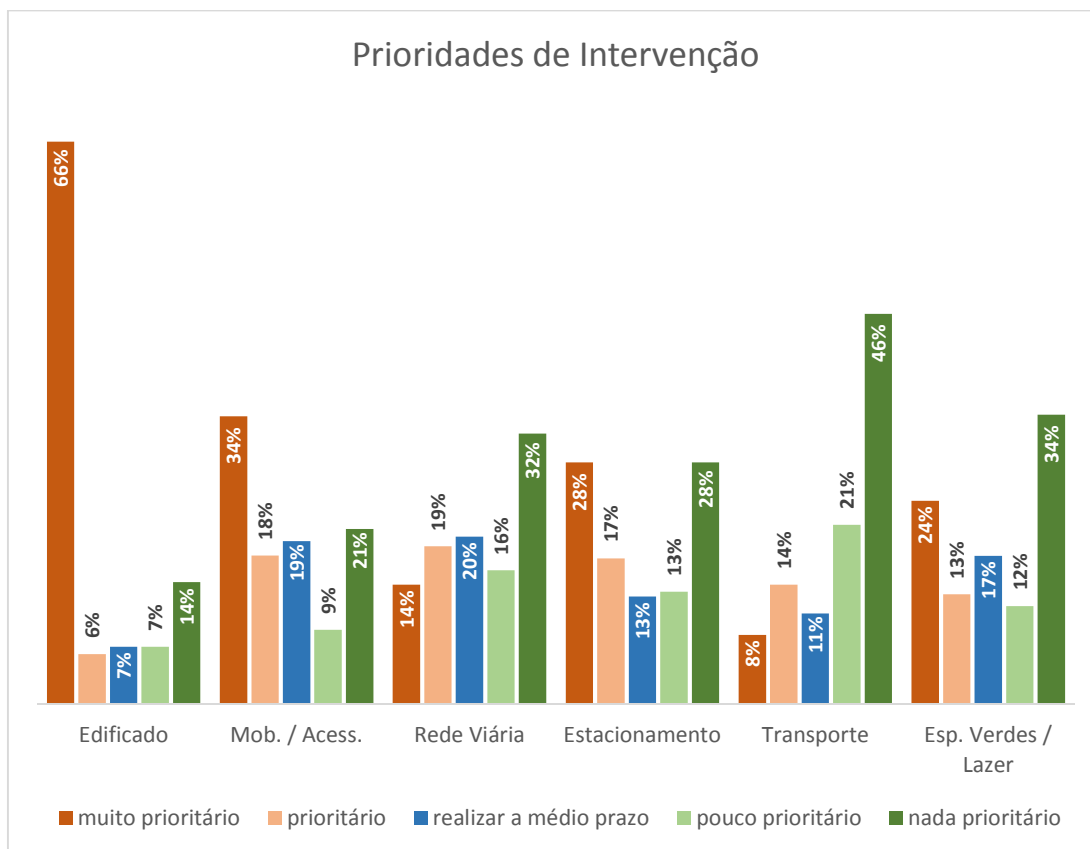


Após a perceção das opiniões evidenciadas pelos inquiridos tentamos perceber quais são afinal as áreas que estes consideram prioritárias ao nível de uma futura intervenção. Para tal, foi criada uma escala de prioridades de intervenção, expressa em: **muito prioritário; prioritário; a realizar a**

médio prazo; pouco prioritário e nada prioritário que solicitamos que aplicassem a diferentes áreas, nomeadamente: Edificado; Áreas de Lazer / Espaços Verdes; Transportes; Mobilidade e Acessibilidade; Rede viária e Estacionamento.

Figura 35: Inquéritos à população – Opiniões sobre prioridades de intervenção na ARU

(Fonte: elaboração própria com base no levantamento de campo, 2016)



Relativamente às prioridades apontadas pelos inquiridos (Figura 35), verificamos que consideram, claramente, muito prioritárias/prioritárias, intervenções ao nível do edificado (72%) e em mobilidade e acessibilidade (52%). Temos assim apontadas necessidades de reabilitação em espaço público e em edificado, embora este último seja claramente aquele onde o consenso é maior. Por outro lado, fica também patente a pouca necessidade de intervenção ao nível dos transportes e na rede viária (67 e 48% de opiniões nada ou pouco prioritário, respetivamente). Intervenções ao nível das áreas de lazer e espaços verdes, ainda que consideradas na globalidade pouco ou nada prioritárias (46%), recolheram ainda assim 37% de opiniões favoráveis a uma

intervenção de caráter prioritário ou muito prioritário, refletindo mais uma vez a heterogeneidade da população residente no centro histórico. Surpreendente, nesta auscultação de prioridades, foram os resultados obtidos no caso do estacionamento, que em vários documentos é apontado como sendo um fator que influencia negativamente a circulação e o desenvolvimento econômico. Neste elemento houve uma clara divisão de opiniões uma vez que foi considerada muito prioritária ou prioritária por 45% dos inquiridos e nada ou pouco prioritária por 41%, sendo que os dois extremos da escala, muito e nada prioritário, receberam exatamente o mesmo número de opiniões 28%. A ambivalência resultante destes dados, associada à sua pouca representatividade não nos permite assim, concluir qual a real necessidade de intervenção neste setor.

## 2.2 DIAGNÓSTICO

### 2.2.1 ANÁLISE SWOT

Tendo em conta a caracterização desenvolvida ao longo deste relatório, e de modo a concluir as análises efetuadas, apresentamos, seguidamente, uma síntese dos principais aspetos que caracterizam a área de intervenção, classificando-os enquanto Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, constantes de uma análise SWOT.

---

#### 2.2.1.1 FORÇAS

- O conjunto urbano possui na generalidade uma imagem atrativa;
- Inexistência de áreas com concentração excessiva de imóveis degradados;
- A área revela um potencial considerável ao nível do mercado de arrendamento;
- Existe um bom grau de intergeracionalidade;
- A área parece apresentar uma boa qualidade ambiental;
- Regista-se a oferta de espaço público qualificado, equipado e infraestruturado;
- Verifica-se a existência de uma rede de equipamentos públicos que dão acesso a serviços educativos, culturais, sociais, administrativos, etc.;
- A área apresenta um bom enquadramento ambiental e paisagístico, dada a relação próxima com a Ribeira e a Serra; Potencial cénico associado à paisagem e à topografia da região com uma disposição ímpar sobre o vale do Mondego e os vários sistemas montanhosos da Beira Baixa;
- Parque Ecológico de Gouveia e o Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS) afeto ao Parque Natural da Serra da Estrela;
- Existência de um conjunto considerável de edifícios com valor patrimonial;
- A área é atrativa para a instalação de empreendimentos turísticos (hotéis e alojamentos locais).

---

#### 2.2.1.2 FRAQUEZAS

- ARU muito diferenciada quanto à ocupação do solo e densidades de população e edificado;
- A estrutura etária da população residente apresenta-se envelhecida;
- Défice de qualificação de recursos humanos;
- Ausência de massa crítica demográfica capaz de justificar ofertas urbanas ao nível dos serviços e comércio mais diversificados e qualificados;
- O número de habitantes desta área tem vindo a diminuir, com especial destaque para o Centro Histórico;
- O peso das famílias de reduzida dimensão e compostas por idosos é elevado;
- Falta de dinamismo económico e excessiva dependência, ao nível da geração de emprego, das entidades públicas;
- Verifica-se uma grande indisciplina no uso do espaço público, ao nível do estacionamento e da colocação de mobiliário urbano, publicidade e esplanadas;
- Existem focos de degradação em edifícios ou pequenos quarteirões relevantes para a imagem da área;
- O número de alojamentos vagos é relativamente elevado;
- Localização periférica do município.

---

### 2.2.1.3 AMEAÇAS

- A malha urbana do Centro histórico não permite uma suficiente oferta de estacionamento público de proximidade;
- O relevo natural, acidentado, apresenta poucas condições para a implementação de estratégias de mobilidade apoiadas em modos suaves /pedonal e ciclável);
- Evolução negativa da população residente nos últimos trinta anos com um decréscimo acentuado da população jovem e população ativa;
- Abandono escolar precoce e absentismo escolar;
- Aprofundamento dos problemas de degradação urbana tendo em conta as dificuldades de investimento por parte dos proprietários;
- Dificuldades de inserção socioprofissional decorrentes da falta de dinamismo empresarial;
- Desvalorização da fauna, flora e características paisagísticas do concelho.

- Apesar de melhorias, o território ainda não se consegue afirmar como destino turístico primordial, face aos outros municípios da zona da Serra da Estrela;
- O território de referência, ao nível da região Beiras e Serra da Estrela, apresenta indicadores demográficos recessivos.

---

#### 2.2.1.4 OPORTUNIDADES

- As orientações contidas na estratégia europeia “Europa 2020” poderão ser o mote para a reorientação do investimento em medidas mais focadas nas pessoas (aumento das qualificações, competências, emprego);
- O quadro fiscal atual contempla benefícios relevantes para intervenções de reabilitação urbana levadas a cabo em ARU;
- O quadro legal atual, nomeadamente ao nível da legislação que enquadra a realização de operações urbanísticas, define regimes excecionais mais favoráveis para intervenções de reabilitação de imóveis;
- Boas acessibilidades rodoviárias;
- Existência de alguns imóveis com interesse ou áreas de maior dimensão e com boa localização a necessitarem de serem reabilitadas;
- Relativa dinâmica do mercado de arrendamento;
- Potencial da região no sector do turismo, nomeadamente turismo de natureza, ecoturismo e turismo aventura, fruto da localização privilegiada em relação ao maior sistema montanhoso português continental, a Serra da Estrela;
- Turismo cultural associado ao património material e imaterial da região;
- Criação de projetos e ações que promovam o envelhecimento ativo;
- ARU muito diferenciada quanto à ocupação do solo e densidades de população e edificado.

## BIBLIOGRAFIA

Alves Flambó, A. (2009). "CARACTERIZAÇÃO DA NUTS III DA REGIÃO DA SERRA DA ESTRELA." PROELIUM- REVISTA DA ACADEMIA MILITAR.

Lopes, A. (2008). "Dinâmicas Demográficas e Transformação da Paisagem nos Concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)."

Programa Operacional do Centro | Centro 2020;

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020;

Aviso n.º 777/2015, 22 de janeiro de 2015

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, de 2009;

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto de 2012;

Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia – 1995, Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/95, de 6 de maio de 1995, alterado pela Declaração n.º 73/2006, de 13 de abril de 2006;

Plano de Urbanização (PU) de Gouveia – 2008, Decreto-Lei nº380/1999, de 22 de setembro de 1999, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de setembro de 2007, alteração por adaptação pelo Aviso n.º 10051/2011, de 14 de fevereiro de 2011.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Gouveia – 2015.

<http://qualar.apambiente.pt/>

[www.7maravilhasdegouveia.blogspot.pt/2009/04/15-casa-da-torre.html](http://www.7maravilhasdegouveia.blogspot.pt/2009/04/15-casa-da-torre.html)

[www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt)

[www.cm-gouveia.pt](http://www.cm-gouveia.pt)

[www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

[www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio\\_item/6442](http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6442)

[www.igogo.pt/igreja-da-misericordia-de-gouveia/](http://www.igogo.pt/igreja-da-misericordia-de-gouveia/)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/47/5.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/47/5.pdf)

[www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70348](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70348)

[www.portugalromano.com/site/troco-de-calcada-romana-dos-galhardos-e-da-serra-de-baixo-folgosinho-gouveia/](http://www.portugalromano.com/site/troco-de-calcada-romana-dos-galhardos-e-da-serra-de-baixo-folgosinho-gouveia/)

[www.visitarportugal.pt/distritos/d-guarda/c-gouveia/gouveia/historia:](http://www.visitarportugal.pt/distritos/d-guarda/c-gouveia/gouveia/historia:)

# ANEXOS



# Anexo I – O Património Urbano do Centro Histórico de Gouveia



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

# O Património Urbano do Centro Histórico de Gouveia

Descrição da história de Gouveia e identificação dos imóveis e símbolos de valor patrimonial do centro histórico de Gouveia, inseridos no levantamento realizado pela equipa técnica responsável pelo levantamento no terreno enquadrado nos objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano 2020.



## Índice

Introdução.....	3
Objecto.....	4
Apontamento histórico da ocupação humana no concelho de Gouveia.....	7
A simbologia e o edificado da Gouveia da época moderna (séc. XV – XVII).....	13
Simbologia religiosa, inscrições e rebaixamentos.....	13
Torsas e Ombreiras Biseladas.....	47
Lintéis Decorados.....	48
Arquitectura Civil e Religiosa (séc. XVI – XIX).....	49
Conclusão.....	66
3	
Anexos.....	62
Bibliografia Consultada.....	70



## Introdução

Serve o presente documento como abordagem e guia para o conhecimento da arquitectura vernacular, religiosa e civil do centro histórico da cidade de Gouveia, tal como definido pela Área de Reabilitação Urbana (ARU), integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que têm acções previstas no Plano de Acção para a Regeneração Urbana, enquadradas na candidatura da Câmara Municipal de Gouveia no programa Portugal2020.

Como parte integrante do projecto, foi constituída uma equipa de trabalho de 4 elementos de áreas distintas como a Engenharia Civil, área Social e do Património, para analisar a realidade urbana, em toda a sua esfera vivencial, com maior pormenor, permitindo prever com maior rigor as necessidades da população, assim como do cenário urbano como agente, não só da vivência dos seus habitantes, mas também da sua valorização como espaço histórico, cultural e económico, de grande valor patrimonial, capaz de representar a História da ocupação humana como um todo, mas essencialmente ao aspecto urbanístico da sociedade, orientando a recuperação do espaço urbano histórico para a economia cultural e turística.

Dão-se assim a conhecer duas vertentes do património cultural de Gouveia, balizados cronologicamente, mas que não podem ser tidos como elementos dissociados, pois uma *urbe* é um elementos orgânico, mutável e enquadrável em várias realidades sociais, culturais, políticas, arquitectónicas e históricas que constroem o todo que hoje é visível.

A identificação dos objectos patrimoniais segue a numeração atribuída aos imóveis pelos autores aquando do levantamento dos edifícios da área do centro histórico de Gouveia.

## Objecto

A realidade patrimonial da época moderna, nomeadamente no que há ocupação e presença urbana da comunidade judaica e cristã-nova diz respeito, é geralmente identificável através da presença de cruciformes, anagramas religiosos e outros objectos nas fachadas dos imóveis, descritos como de arquitectura vernacular. Estão também identificados os imóveis de arquitectura monumental civil e religiosa por representarem o património em melhor estado de conservação e por serem os objectos urbanos que balizam, identificam e enquadram melhor os transeuntes e as unidades urbanas onde estão inseridos, sendo assim capazes de demonstrar a convivência, pacífica ou não, entre as várias comunidades que vivenciaram um mesmo espaço urbano em determinados períodos cronológicos.

Há diversos imóveis que são claramente antigos, no entanto, não possuindo eles formas, símbolos ou objectos na sua estrutura, nem terem sido alvos de intervenções arqueológicas, se tornam ainda (mais) difíceis de datar, com mais ou menos precisão, pelo que não tendo qualquer simbologia ou ornamento identificável com o período não se atribui cronologia no presente documento.

Torna-se assim necessário definir um determinado tipo de marca como sendo identificável, tanto pela observação no terreno como pela documentação histórica, que permita filtrar a informação até ser mais ou menos seguro atribuir uma cronologia e um determinado imóvel.

Para o caso das judiarias de Gouveia, sabemos que entre os séculos XIII e XV eram uma realidade espacial urbana identificável e ainda hoje o é, pelas referências arqueológicas, documentais e toponímicas. São os casos da Rua Nova, e o conjunto a norte do Bairro do Castelo que constituíam esta realidade (mapa 1), sendo a Rua Nova parte do processo mais recente, provavelmente criado a partir da integração da comunidade judaica espanhola refugiada a partir de 1492 com o édito de expulsão dos reis católicos espanhóis.

Com a inscrição da sinagoga de Gouveia encontrada aí, aliada à toponímia parece natural o estabelecimento da judiaria nova de

Gouveia, num ponto fulcral da localidade tardo-medieval, representando esse espaço, fora do perímetro amuralhado, uma das portas do burgo, ganhando assim o cunho específico de área comercial, mercantilista e artesanal, próprio da comunidade.

A zona a norte do Bairro do Castelo, conhecida como Bairro da Biqueira que integra a Rua das Flores, Travessa da Biqueira, Rua da Carreira Velha, parte da Rua da República e Rua do Ovinho, parece ter sido o arrabalde da localidade, o que tendo em conta as profissões que conhecemos desta comunidade (tabela 1), estariam aqui instalados. A história que deu azo à construção da Capela de Sta. Cruz é um pormenor que se revela fundamental para a compreensão da construção e evolução destes espaços urbanos históricos.

De forma mais pragmática, para a identificação destes imóveis está então a simbologia inscrita nas jambas das portas e nas fachadas dos imóveis. Sublinha-se aqui o facto de muitas destas construções corresponderem ao período pós século XV, pois para além da comum identificação desta simbologia com a comunidade cristã-nova (posterior a 1496), a extrema maioria dos imóveis até então teriam a madeira como principal matéria de construção, sendo a pedra um material naturalmente mais dispendioso e de difícil execução tendo em conta as necessidades técnicas e o acesso aos recursos necessários ao seu trabalho para a grande maioria da população comum de então. O acesso a estes materiais e técnicas de construção parecem ter-se generalizado somente durante o século XV e XVI em Portugal, o que corresponde à totalidade do edificado urbano identificado. A pedra seria assim o material comum para edifícios de uso civil, militar e religioso ao contrário do edificado vernacular que teria a madeira como principal matéria-prima, com a sua perenidade intrínseca aos materiais, a não lhe permitir consideráveis tempos de uso.

Quanto às marcas e simbologias reportamo-nos aos cruciformes, rebaixamentos, anagramas *IHS*, concavidades, janelas decoradas e molduras de porta de faze biselada ou cunhada.

Os cruciformes são a expressão mais comum destas marcas com 73.81% dos casos das marcas/símbolos, com o total absoluto, destas, a ser de 31 num total de 42 marcas. Surgem ainda 3 anagramas cristãos IHS (7.15%), 3 ombreiras com rasgos longitudinais (7.15%), 3 símbolos mágico-religiosos (7.15%), duas concavidades (4.74%), uma na ombreira esquerda, a  $\frac{3}{4}$  da soleira, associada a uma data, outra na ombreira direita, face interna, a  $\frac{3}{4}$  da soleira.

Fora desta contabilidade encontram-se as janelas de arco canopial e ricamente decoradas da Casa da Torre, do imóvel na Rua do Ovinho e de outro caso na Rua Direita assim como as molduras de porta biseladas por não se considerarem objectos simbólicos religiosos, mas sim de ostentação, nomeadamente inseridos nos arquétipos definidos como casas de mercados, cristãos-novos ou não.

Outro tipo de edifício que representa um elevado valor patrimonial enquadram-se nas realidades cronológicas do período moderno em transição para o contemporâneo em edificado civil de carácter monumental, como são os edifícios da Casa da Torre na Rua Direita, da sede da Santa Casa da Misericórdia na Praça de S. Pedro e no conjunto dos Imóveis da Av. 1.º de Maio.

A conjectura económica, política e social do Portugal do século XVII e XVIII também se fez sentir na arquitectura e urbanismo de Gouveia nesse período, com a Igreja de S. Pedro e o ex-colégio dos jesuítas (Paços do Concelho) a representarem o seu ex-líbris na cidade não só pela sua dimensão, gosto arquitectónico e ornamentos mas também pelo papel simbólico que ambos os edifícios ocupam no imaginário da população.

No entanto a Igreja de S. Julião, a Igreja da Misericórdia, as Capelas de Santa Cruz, Senhor do Calvário, S. João, S. Miguel representam também o património do período áureo da arquitectura clássica portuguesa.

As influências do neogótico no século XIX são ainda notórias num imóvel na Rua da República com as suas janelas de arco ogival, com o

gosto clássico português pelo azulejo a ser exemplificado pelo imóvel que faz esquina na Praça de S. Pedro e Escadinhas da Misericórdia.

De seguida apresentam-se detalhadamente os elementos simbólicos representativos destes períodos, assim como uma breve descrição dos imóveis de maior interesse patrimonial acima descritos, como complemento ao levantamento realizado durante meados de 2016, com vista ao reconhecimento da realidade do edificado, social e espaço público previsto pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano 2020 de Gouveia, para que todas as intervenções planeadas para espaços onde estes imóveis se encontram sejam alvo de atenção redobrada, não só pelo valor patrimonial que representam, mas também para o conhecimento do passado através de acções de arqueologia urbana como forma de contributo da ciência para o desenvolvimento destas áreas históricas, cujo perfil histórico se encontra praticamente perdido fruto de acções irresponsáveis no subsolo da mesma.

## Apontamento histórico da ocupação humana no concelho de Gouveia

Gouveia e o seu concelho têm uma envolvimento ambiental que proporcionou todas as condições ao estabelecimento de comunidades humanas desde um período antigo da nossa história colectiva.

Estes testemunhos são visíveis tanto em monumentos, como a Anta da Orca em Rio Torto, como em paisagens culturais como os Casais de Folgoso. Altamente modificado pela mão humana, que aí teve necessidade de aproveitar os bons solos para a cultura cerealífera, para pastagens e na aquisição de carvão vegetal, fundamental para o aquecimento no frio invernosos mas também na transformação do estanho e volfrâmio das centenas de minas do concelho, destruindo assim a floresta que a cobria, fazendo deste local uma região viva e dinâmica transformada pelo Homem, mas que se complementa, num ecossistema equilibrado, onde os ciclos da natureza são ainda o calendário que rege a vida do Homem.

Por entre a população contam-se lendas e tradições antigas de Mouros e Lusitanos, nomeadamente do Caudilho Lusitano Viriato, que se diz originário de Folgoso. Assim, como D. Afonso Henriques povoa o imaginário, aqui tendo parado para tomar um “folgoso” na sua perseguição aos mouros.

As pulseiras (*Viriae*) e os torques de ouro de Folgoso reflectem-nos uma elite auspiciosa e poderosa no passado, que lutou contra a ocupação do império romano, que apesar de disputado, acabaram por dominar militar e administrativamente o território.

Os locais de cultos pagãos, em Vila Nova de Tazem, representam também esta realidade da Idade do Ferro, que sobreviveram até aos nossos dias, onde a aura mística destes sítios subsiste.

Testemunho desta intensa presença romana, é a calçada dos Galhardos (Folgoso), utilizada até à actualidade por pastores e lavradores que fazem do planalto serrano o seu local de trabalho, e está

implantada num incrível cenário de encosta que torna este espaço único.

Ainda o Cadeiral Romano de Nespereira e a ara romana de *Salqiu* (Gouveia) são parte do rico e esclarecedor património arqueológico do concelho do tempo do império romano.

As comunidades locais, com o desaparecimento do estado romano e a presença das comunidades Germânicas e Muçulmanas, naturalmente mantiveram-se por cá, adaptando as antigas estruturas romanas às suas necessidades, nomeadamente nas grandes estruturas latifundiárias, como as *villae*, que passaram a representar um novo espaço social, onde a vida e a morte se fundiram no espaço dos vivos, como é possível observar no sítio do *arrasado* (Arcozelo), onde uma antiga *villae* romana deu lugar a uma necrópole rupestre, onde ainda é possível observar 13 sepulturas, um santuário/altar e um local, que se crê, de tratamento ritual do corpo.

Estas novas estruturas rurais espalharam-se assim pela região, tendo os sítios do Aljão (Cativelos), em torno de Vila Nova de Tazem, Paços da Serra e Vila Cortês da Serra o maior aglomerado de sepulturas rupestres e lagares.

Esta região e o Mondego, no período da reconquista e imediatamente anterior à formação do condado e do reino português, era região de fronteira e as populações locais começam a arranjar soluções comunitárias, onde os locais comuns de sobrevivência e defesa passam a fazer parte da paisagem. O exemplo do Castelo Roqueiro do Penedo dos Mouros (Arcozelo) é paradigmático, onde ainda é possível ver os entalhes, inscrições e uma sepultura, fazendo daquele planalto entre monólitos graníticos uma área escondida e protegida, que utilizando madeira, reforçava a posição privilegiada que tinha para esconder a população mas também os seus produtos agrícolas e bens mais preciosos, evitando saqueadores e razias militares por ambas as partes da luta.

Após este período conturbado, o concelho, assim como o resto do território, que viria a ser, nacional, passa por um período de

alterações administrativas importantes para a criação da malha concelhia portuguesa, nomeadamente com os Forais Velhos, dos quais se contam o de Gouveia (1186) e Folgosinho (1187).

Durante o período baixo-medieval, as alterações e o crescimento das localidades foi praticamente constante e levou à actual configuração da cidade, e das freguesias, com os principais núcleos urbanos a comporem-se nos bairros do Castelo e do Outeiro, cujos traçados são ainda sinuosos, estreitos e orgânicos.

Por exemplo, Gouveia possuía uma pequena fortaleza defensiva, integrada no triângulo defensivo do Mondego composto por Linhares da Beira, Celorico e Gouveia, à qual acrescentava uma coroa muralhada em torno do proeminente monte onde se situa hoje o bairro do Castelo. As áreas medievais teriam como principais áreas da vivência humana o interior muralhado da cidade (Bairro do Castelo), um arrabalde que se estendia pela parte norte da muralha que hoje se conhece como Bairro da Biqueira e ia até à actual Praça de S. Pedro, onde estariam situadas as indústrias poluentes, como as instalações de cortumes, olarias, sapatarias, etc. Na actual praça de S. Pedro situava-se a necrópole medieval atestada pelo rico registo arqueológico que se pode encontrar no Pátio do Museu, nas traseiras dos Paços do Concelho.

A população judaica desta região desempenhou um importante papel no desenvolvimento da manufacturação dos lanifícios, pois, a sua argúcia para os negócios, os seus hábeis artesãos e o seu conhecimento sobre o corpo humano e astronomia ajudaram no desenvolvimento das localidades portuguesas até ao período da sua conversão obrigatória com D. Manuel e 1496.

Note-se ainda a presença de uma lápide com uma estrela de David e a inscrição em hebraico de grande qualidade estética que atesta a construção da última sinagoga a ser construída na Península Ibérica antes da conversão obrigatória. A intensa presença inquisitorial em Melo, que sangrou a população local quase para metade, retirando-lhe força e tecido económico e a prática etnográfica das inscrições de

cruciformes em Folgoso completam uma viagem pela história do judaísmo e criptojudáismo no concelho.

Com o advento da época moderna os Forais Novos dados por D. Manuel foram também importantes para a administração das localidades que agora fazem parte do concelho, nomeadamente Gouveia (1510), Folgoso (1512) e Melo (1515), o que permitiu a abertura de novas áreas na cidade, como o Bairro do Outeiro e de S. Mamede, onde o acesso a ingremes e potentes linhas de água permitiam pôr em funcionamento novas técnicas e métodos na manufacturação de lanifícios. A Rua Direita, passou a ser um local privilegiado no acesso à Serra da Estrela, transformando-se no novo eixo comercial da cidade.

O desenrolar da época moderna à entrada da época contemporânea, concretizou-se em importantes feitos arquitectónicos e que hoje em dia constituem um dos mais importantes conjuntos monumentais da cidade de Gouveia, onde se inserem o solar dos Serpa-Pimentel (Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira), o solar do Conde de Vinhó e de Almedina (Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta), a Igreja da Misericórdia, a Igreja de S. Pedro e o Colégio dos Jesuítas (Paços do Concelho), todos construídos no decorrer do séc. XVIII.

No entanto, também Melo viveu uma fase de opulência arquitectónica onde a Capela de Santa Marta de traça renascentista se destaca das restantes, mas também a Igreja de São Isidoro e a Igreja da Misericórdia reflectem a pujança económica até ao séc. XVII, que se esbate com a perseguição inquisitorial da população. O Paço de Melo, residência do importante Senhor de Melo do séc. XIII, que se converte em Paço com a presença do Bispo da Guarda, por altura das Invasões Francesas, é o mais relevante e imponente edifício da freguesia.

Folgoso por contraste, tem ausente qualquer tipo de imóvel senhorial reflectindo uma imagem mais genuína e verdadeira de uma importante vila medieval, que pela força da sua posição isolada (a 900m) de altitude se desenvolveu, em harmonia com o seu meio ambiente, criando, as suas formas arquitectónicas vernaculares, um

belíssimo conjunto urbano que nos transporta numa viagem no tempo.

Por fim, nos albores da industrialização e beneficiando da protecção do Marquês de Pombal e do conhecimento adquirido por estas comunidades, no que à transformação da lã diz respeito, a indústria de lanifícios ganha um importante elã que culmina com Gouveia a ser a grande rival da Covilhã pela alcunha de tear da Beira.

No auge, durante o século XX, chegaram a existir 9 fábricas na então Vila de Gouveia e 23 no concelho, totalmente mecanizadas, às quais é preciso aliar uma imensidão de pequenos estabelecimentos manufactureiros, desenvolvidos em torno de negócios familiares.

As antigas fábricas e os bairros dos operários deixaram profundas marcas na comunidade e no urbanismo da cidade, sendo possível no bairro do Outeiro ainda percorrer e ver os esqueletos deste outrora gigante industrial português.

## A simbologia e o edificado da Gouveia da época moderna.

(séc. XV – XVIII)

### Simbologia religiosa, inscrições e rebaixamentos:

**LT055 Tipologia:** Cruciforme, com rebaixamento.

**Localização:** Rua do Outeiro sem nº

**Espaço de implantação:** Ombreira esquerda, face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel, popularmente, conhecido como “Casa Alpoim”, de dois pisos. A fachada é em alvenaria irregular de granito e junta rebaixada. Os vãos são de desenho rectilíneo e desalinhados. De beiral simples, com cornija saliente em granito e cêrcea reduzida. As 3 janelas do 1º piso e a porta do rés-do-chão possuem torsas e ombreiras biseladas. Na ombreira esquerda existe uma face côncava na esquina da porta, ou rebaixamento.



**Descrição:** Cruz latina, decorada, num conjunto. O topo apresenta-se rematado por forma rectangular, os braços rematam em forma sub-circular e o pé assenta em base sub-triangular.



**LT117 Tipologia:** Marca na *Mezuzah*(?) com data ou inscrição e rebaixamentos.

**Localização:** Rua do Outeiro de Baixo, nº18.

**Espaço de implantação:** Ombreira esquerda, face externa a concavidade e a data/inscrição. Os rebaixamentos em ambas as ombreiras.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos, com cércea alta, beirado simples e sem cornija saliente. A fachada é de alvenaria aparente de granito irregular e junta rebaixada. Possui só uma porta no 1º piso, acesso feito por um balcão.



**Descrição:** Conjunto de dois elementos em pedras sobrepostas que constituem a face esquerda da porta; a superior com uma concavidade com 14cm de altura, 4cm de largura e 3cm de profundidade e uma inscrição ou data.



**LT062 Tipologia:** Cruciforme com rebaixamento.

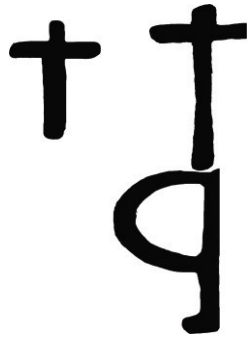
**Localização:** Travessa na Rua Vergílio Ferreira, nº11.

**Espaço de implantação:** Ombreira esquerda, na face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos com cêrcea reduzida, sem cornija e beirado simples. A fachada é em alvenaria aparente de granito irregular com acabamento em cimento. Os vãos estão dispostos irregularmente. De beiral simples, sem cornija e cêrcea reduzida.



**Descrição:** Conjunto de duas cruzes e uma letra “q”. Cruzes latinas, simples, que rematam em formas sub-circulares, com a da direita sobre a letra.



**LT064 Tipologia:** Cruciforme.

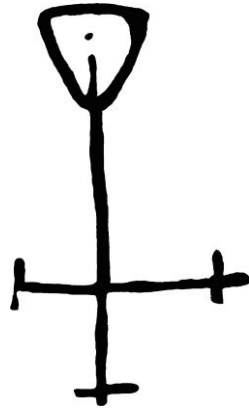
**Localização:** Travessa na Rua Vergílio Ferreira, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, na face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos de construção recente, fachada em alvenaria aparente de granito irregular e acabamento com junta rebaixada e reboco pintado de branco a partir do 1º piso.



**Descrição:** Cruz latina, isolada e invertida. O topo e os braços rematam numa forma trilobada, o pé assenta em base sub-triangular, decorada no interior por uma forma sub-rectangular e um círculo.



**NJ040 Tipologia:** Cruciforme com conjunto de rebaixamentos.

**Localização:** Travessa na Rua de Cima, sem n.º.

**Espaço de implantação:** ombreira esquerda, na face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos, abandonado e em ruína, com balcão. A fachada apresenta acabamento em alvenaria irregular de granito rebaixado, com junta seca. Existe uma porta entaipada no interior, no primeiro andar virada a nordeste.



**Descrição:** Cruz latina, decorada, em conjunto com uma concavidade à esquerda e a esquina da porta apresenta 4 formas concavas. O topo apresenta uma forma trilobada com remate sub-triangular, os braços rematam em forma sub-circular, assente em base sub-circular. Uma forma sub-circular divide a inscrição em dois quadrantes, pelo topo num e os braços e pé no outro.



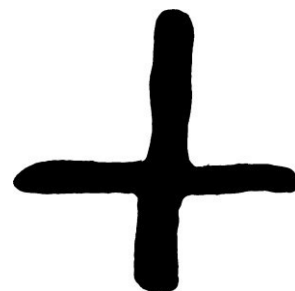
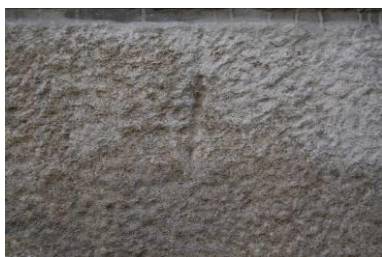
**LT182 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Rua da Carreira Velha, sem n.º.

**Espaço de implantação:** Base de janela.

**Caracterização do imóvel:** Imóvel reconstruído de 3 pisos, sem cornija e beirado simples. A fachada é em alvenaria de granito aparelhado e com junta aberta rebaixada. Os vãos são simétricos e desalinhados.

**Descrição:** Cruz latina, simples, isolada. Braços a rematarem em forma sub-circular.



**LT169 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Rua da Carreira Velha, n.º27.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa, de porta que dá acesso a um pátio interior.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel com fachada em alvenaria de granito irregular sem junta, sem cornija, com beiral simples e cêrcea reduzida.



**Descrição:** Cruz latina, simples, isolada, com os braços a apresentar ângulo de 50º e com remate em forma sub-circular.



**NJ118 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Travessa do Correio Velho, nº 25.

**Espaço de implantação:**

8a) Num silhar da fachada, à direita da porta, alinhada com o vão da porta.

8b) Num silhar da fachada acima da porta.

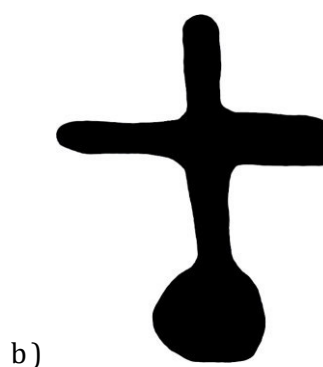
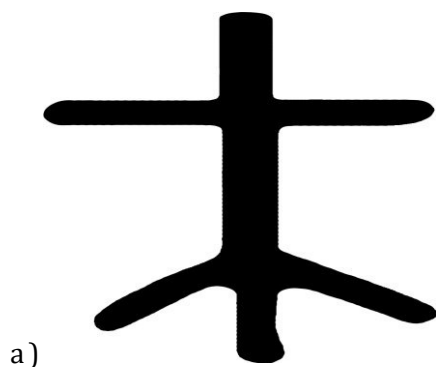
**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de construção recente de 3 pisos. A fachada tem acabamento em alvenaria aparente de granito aparelhado e junta rebaixada no rés-do-chão, com os outros pisos a serem rebocados de branco.



**Descrição:**

a) Cruz latina, decorada, isolada. Topo e braços com remate sub-circular, e o pé assenta numa forma tripodal.

b) Cruz latina, decorada, isolada. O topo e os braços rematam em formas subcirculares, com o pé assente numa base circular.



**NJ115 Tipologia:** Cruciforme com rebaixamento.

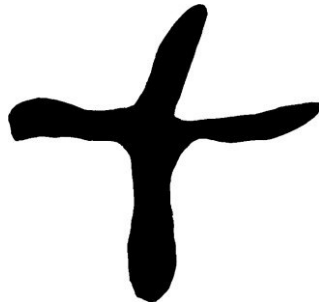
**Localização:** Travessa do Correio Velho, sem n.º.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos. Fachada em alvenaria aparente de granito irregular, com junta seca. De cêrcea reduzida, sem cornija e com beiral simples. Porta no rés-do-chão e janela no primeiro andar.



**Descrição:** Cruz latina, simples, isolada. Com os braços, topo e pé a rematarem em forma sub-circular.



**LT005 Tipologia:** Anagrama.

**Localização:** Avenida 1º de Maio, nº 6.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa. Edifício com características setecentistas.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de 3 pisos com portas e janelas com diferentes dimensões e estão dispostos assimetricamente. Duas linhas de “cachorros” separam o rés-do-chão dos outros pisos, no segundo e terceiro pisos as torsas das janelas são biseladas e a porta da varanda com caixilho saliente. Fachada em alvenaria irregular de

granito irregular, com junta rebaixada. De beiral simples, sem cornija e de cércea média.



**Descrição:** Inscrição de Anagrama religioso de significado “Jesus”: *IHS*, sob um semicírculo, em conjunto com uma concavidade oval, que se percebe preenchida por cimento.



**NJ213 Tipologia:** Anagrama.

**Localização:** Travessa de S.Pedro, nº 5.

**Espaço de implantação:** Base da janela.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de 3 pisos de construção recente. A fachada apresenta acabamento em alvenaria aparente de granito aparelhado e com junta rebaixada no rés-do-chão, sendo os outros pisos rebocados.



**Descrição:** Anagrama religioso de significado “Jesus”: *IHS* em mau estado de conservação.



**NJ277 Tipologia:** Cruciforme.

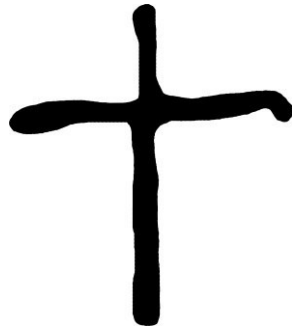
**Localização:** Rua Direita, nº 92.

**Espaço de implantação:** Material usado na construção do edifício. Num silhar, à esquerda da porta, junto ao solo.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de 4 pisos recente. A fachada apresenta acabamento em alvenaria aparente de granito aparelhado com junta rebaixada no rés-do-chão com os outros pisos a serem rebocados.



**Descrição:** Cruz latina, simples, isolada e invertida. As extremidades rematam em forma sub-circular.



**NJ217 Tipologia:** Cruciformes.

**Localização:** Rua Direita, nº 17.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel conhecido popularmente como “Casa da Torre”. Imóvel de três pisos de planta rectangular, com cornija saliente, decorada, de granito. Fachada com acabamento em alvenaria regular de granito aparelhado com junta saliente em cimento. Na fachada virada à Rua Direita (norte), no rés-do-chão, duas portas possuem torsa biselada assim como as ombreiras, com a outra porta a ser de construção claramente diferente, a janela do primeiro andar é decorada ao estilo manuelino e classificada pelo Dec. Nº 14985 de 3/2/1928.



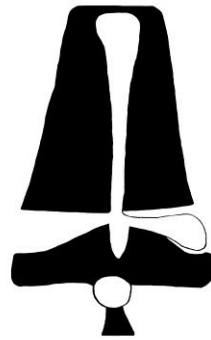
**Descrição:** a) Cruz latina simples, isolada. Os braços o topo e o pé rematam em forma sub-circular. Escavado na rocha



a)

**Descrição:** b) A ladear o fundo da porta que perfaz um arco românico, ou de volta perfeita, na ombreira esquerda. Cruz latina decorada no lado esquerdo da porta em relevo; no lado direito é visível o remate de outro relevo.





b)

**LT042 Tipologia:** Cruciformes com rebaixamentos e traços longitudinais.

**Localização:** Capela de S. Miguel. Largo de S. Miguel. Conjunto de cruciformes e símbolos (a,b,c,d,e,f), dispersos nos alçados da capela.

**Espaço de implantação:** Os elementos com o número 14a), 14b), 14c), 14d) e 14e) encontram-se no alçado direito, que dá para a Rua Dr. António Mendes.

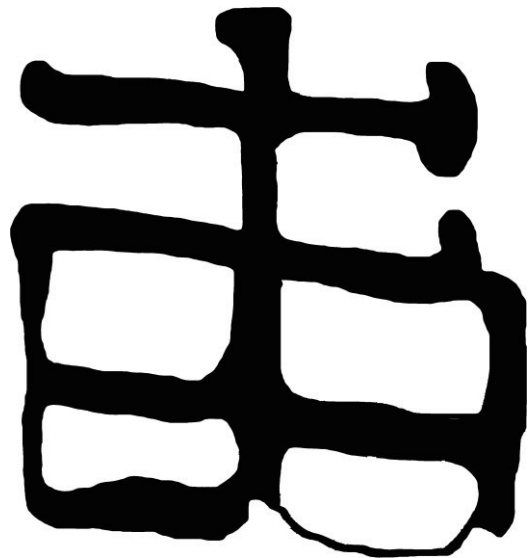
**Caracterização do Imóvel:**





**Descrição:**

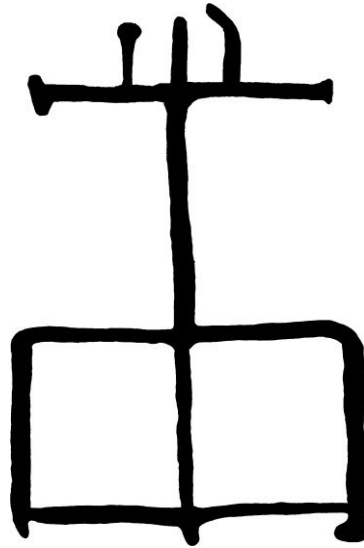
a) Cruz latina decorada, no conjunto. O topo e o braço direito rematam em forma sub-triangular, o braço esquerdo remata em forma sub-circular, o pé está assente num quadrado que cria outra cruz latina simples, ligada ao enquadramento.



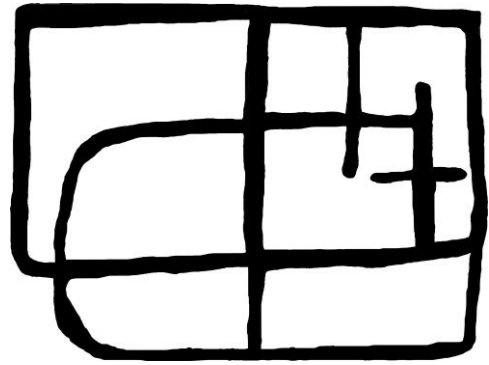
b) Símbolo do tipo olho.



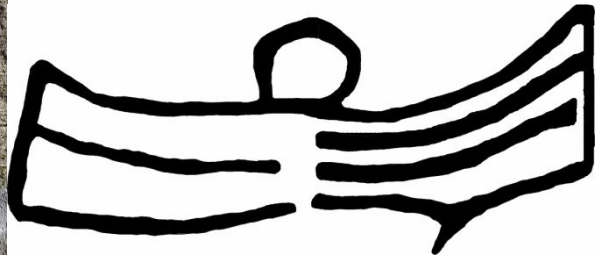
c) Cruz latina, decorada, no conjunto. O topo é rematado por forma sub-circular, ladeado por mais dois braços perpendiculares ao topo, com o da esquerda a rematar em forma circular e o do lado direito a rematar em arco. Os braços rematam em forma sub-triangular e o pé remata em forma subcircular criando dois quadrantes rectangulares, que terminam fora do perímetro dos quadrantes, de forma sub-circular.



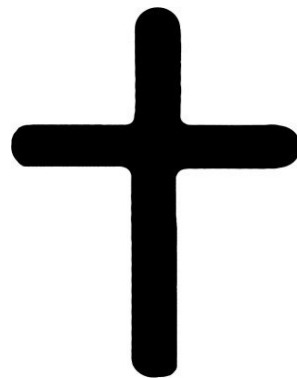
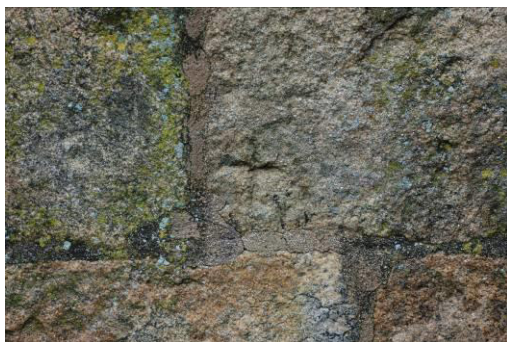
**d)** Conjunto de cruces latinas decoradas sobrepostas. Perfazem quatro cruces sobrepostas, que comunicam entre si e rematam em formas sub-circulares.



e) Símbolo tipo “Anjo” (?)



f) Na fachada principal da capela de S.Miguel. Cruz latina, simples, isolada, com as extremidades a rematar em formas sub-circulares.



**LT045 Tipologia:** cruciforme, inscrição e data.

**Localização:** Rua Vergílio Ferreira, sem nº.

**Espaço de implantação:** Torsa.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de dois pisos e planta rectangular, com porta no rés-do-chão e no 1º piso, acedida por um balcão de granito exterior sem cobertura. Cércea reduzida, sem cornija e beiral simples. Os vãos são em número reduzido, de diferentes dimensões e desalinhados. A fachada tem acabamento em alvenaria de granito irregular e apresenta, em algumas zonas, cimento. Imóvel geminado.



**Descrição:** Cruz latina, decorada, num conjunto epigráfico. Os braços e o pé rematam em forma sub-circular e o topo remata num “til” diagonal.



**NJ266 Tipologia:** Cruciformes, simbologia mágico-religiosa, armário, marca na *Mezuzah*.

**Localização:** Rua do Toural, sem nº. Casa de Alojamento Local, com o nome de “Casa do Balcão”

**Espaço de implantação:** Todos os símbolos estão no interior da habitação. Os que têm os números 16a), 16d), 16e) e 16f) encontram-se no primeiro andar, orientado a sudeste. Os números 16b), 16c) a registaram-se no rés-do-chão. O número 16g) está na ombreira direita, face interna da porta de acesso ao rés-do-chão.

**Caracterização do Imóvel:** Imóvel de três pisos, com balcão de granito. O segundo andar é um acrescento recente. Imóvel de cércea reduzida, sem cornija e beirado simples. Fachada em alvenaria de granito irregular, com junta rebaixada. Os vãos são desalinhados. Todos os cruciformes estão no interior do imóvel. No primeiro andar atesta-se a presença de um *Haron Hakdesh* ou “armário da lei”, que está orientado a su-sueste.



### Descrição:

a) Cruz latina, decorada, dentro da habitação à esquerda de um “armário de lei”. No primeiro andar. O topo e os braços rematam em forma sub-circular e o pé assente num semi-circulo que remata em forma sub-circular.



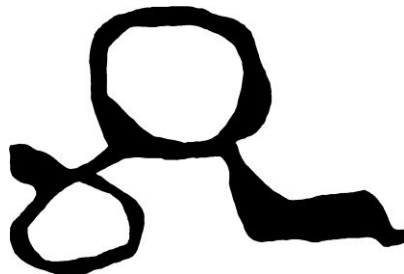
**b)** Cruz latina, decorada num conjunto inserido no rés-do-chão. O topo remata em forma sub-circular, os braços em forma sub-triangular e o pé assente numa base ovaloide.



**c)** Cruz latina, decorada num conjunto no rés-do-chão. O topo e os braços rematam em forma sub-circular e o pé assente em forma trilobada.



**d)** Símbolo inserido no conjunto do primeiro andar do edifício.



**e)** Cruz latina, simples, num conjunto. No primeiro andar. O topo e os braços rematam em forma sub-circular e o pé está assente numa base sub-triangular.



f) Cruz latina, decorada, no conjunto do primeiro andar. Os braços rematam em forma sub-circular, o topo em “til” vertical e o pé assente numa base sub-rectangular que cresce para o quadrante direito.



g) Concavidade com 9cm de altura, 4cm (a meio) de largura e 4 cm de profundidade. *Mezzuzzah*(?)



**NJ102 Tipologia:** Cruciformes.

**Localização:** Rua de S. Julião, nº9.

**Espaço de implantação:** Conjunto de dois cruciformes (a,b) na base de janela, nas extremidades do silhar, invertidas.

**Características do Imóvel:** Imóvel reconstruído recentemente, com alterações na sua morfologia visíveis, como entaipamento de portas e

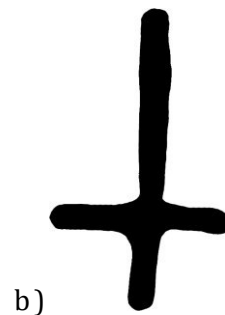
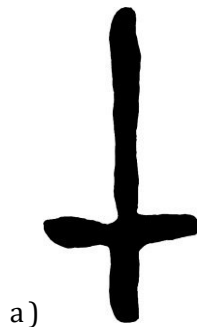
abertura de janelas. De dois pisos, com balcão de granito exterior coberto. A fachada tem acabamento em alvenaria de granito irregular com junta rebaixada no rés-do-chão e rebocado no piso superior.



**Descrição:**

a) Cruz latina, simples, isolada, invertida. O topo, os braços e o pé rematam em forma subcircular.

b) Cruz latina, simples, isolada, invertida. O topo, os braços e o pé rematam em forma subcircular.



**NJ213 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Rua Direita, nº 1.

**Espaço de implantação:** Num silhar na ligação da Rua Direita com a Travessa de S. Pedro.

**Características do Imóvel:** Imóvel de quatro pisos, com acabamento a reboco branco excepto as juntas que fazem esquina e as molduras

das janelas e porta, que apresentam alvenaria de granito irregular, com junta regular. No primeiro andar existe uma janela decorada.



**Descrição:** Cruz latina, decorada, isolada. O topo remata numa forma circular, os braços e pé rematam em forma subcircular.



**NJ241 Tipologia:** Anagrama.

**Localização:** Rua Direita, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Características do Imóvel:** Imóvel de 3 pisos. A fachada tem acabamento em alvenaria aparente de granito aparelhado e com junta saliente. A porta e as janelas apresentam tosas e ombreiras biseladas.



**Descrição:** Inscrição muito destruída de Anagrama religioso de significado "Jesus": *IHS* na



**NJ122 Tipologia:** Cruciforme.

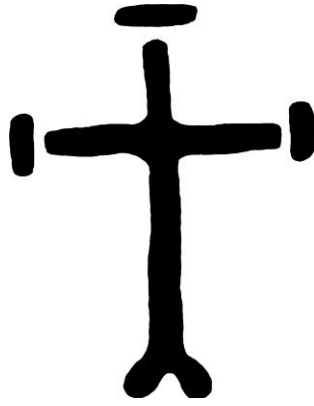
**Localização:** Rua de S.Julião.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa da entrada para um pátio interior. Está coberto por heras.

**Características do Imóvel:**



**Descrição:** Cruz latina, decorada, isolada. O topo e os braços são decorados e rematados em forma subrectangular e o pé está assente em dois pés de forma subcircular.



**NJ123 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Rua de S.Julião.

**Espaço de implantação:** Desconhece-se o contexto pois, o pátio foi alterado durante as remodelações de edifícios, tendo desaparecido o suporte que continha o cruciforme. Sabemos que estava dentro do pátio referido no número 30), informação dada por o Sr. Carlos Nabais que também registou fotograficamente o objecto e o disponibilizou para este levantamento.

**Características do Imóvel:**

**Descrição:** Cruz latina, com o topo a rematar em forma circular e os braços em forma subcircular, o pé está assente numa forma subtriangular.



**(SEM NUMERAÇÃO) Tipologia:** Cruciforme.

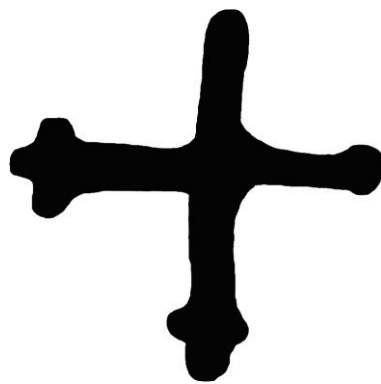
**Localização:** Rua Mestre Abel Manta.

**Espaço de implantação:** No topo da entrada para uma mina de água.

**Características do Imóvel:**



**Descrição:** Cruz latina, simples, isolada. O topo remata em forma subcircular, o braço esquerdo e o pé remata em forma trilobada e o braço direito em forma subtriangular.



**NJ143 Tipologia:** Cruciforme com rebaixamento.

**Localização:** Rua das Nogueiras, nº17.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Características do Imóvel:** Imóvel abandonado e em risco de colapso. Fachada de alvenaria em granito, com junta seca. Possui uma porta na fachada em questão.



**Descrição:** Rua das Nogueiras, sem nº. Na ombreira direita, face externa. Cruz latina, decorada, isolada.



**NJ112 Tipologia:** Cruciforme.

**Localização:** Travessa do Correio Velho, sem nº

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face interna.

**Características do Imóvel:** Fachada de um piso, com uma porta e uma janela completamente rebocada. A moldura da porta é biselada.



**Descrição:** Cruz latina, decorada, isolada. O topo e os braços rematam em forma subcircular com o pé a rematar num arco de pontas sub-circulares.



**26.Tipologia:** Rasgos longitudinais

**Localização:** Rua da República, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Características do Imóvel:** Imóvel de dois pisos. A fachada tem acabamento a reboco branco. Só contém uma porta. De beirado simples, sem cornija e de cércea reduzida.



**LT066 Tipologia:** Rasgos longitudinais e rebaixamento.

**Localização:** Rua Vergílio Ferreira, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita, face externa.

**Características do Imóvel:** Imóvel de dois pisos. A fachada é em alvenaria irregular de granito com junta regular em cimento. De cércea média, sem cornija e de beirado simples.



**NJ245 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Rua Direita, sem nº

**Espaço de implantação:** Ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de três pisos. Fachada com reboco branco.



**LT030 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Rua Dr. António Mendes, nº 18.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de um piso. Fachada a reboco branco e cimento. De beirado simples, sem cornija, e cércea reduzida.



**NJ142 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Rua das Nogueiras, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de um piso. Fachada com tinta em branco directamente na rocha. Possui uma porta e uma janela pequena à direita.

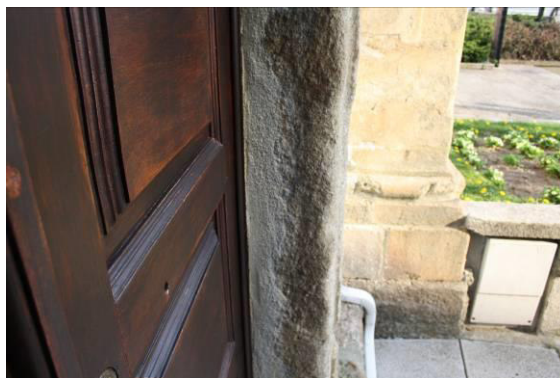


**NJ219 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Praça de S. Pedro, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de dois pisos. Fachada com reboco pintada a branco. Apresenta uma janela e uma porta, ambas com moldura decorada. De beirado simples, sem cornija e de cércea reduzida.



**NJ090 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Travessa do Correio Velho, nº18.

**Espaço de implantação:** Conjunto na ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de um piso. A fachada apresenta reboco, com tinta branca e cinzenta. De beirado simples, sem cornija e de cércea reduzida.



**NJ214 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Igreja de S. Julião. Rua de S. Julião.

**Espaço de implantação:** Numa jamba nas traseiras do edifício, junto à sacristia.

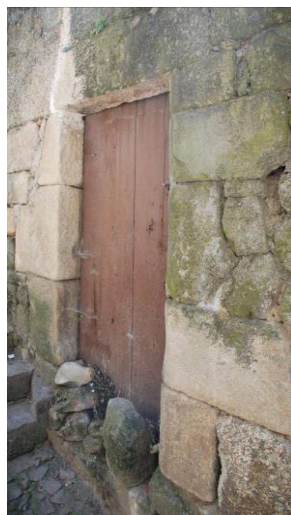


**NJ223 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Ladeira do Paixotão, sem nº.

**Espaço de implantação:** Ombreira direita.

**Características do Imóvel:** Imóvel de dois pisos, abandonado e em ruína. Fachada de alvenaria irregular de granito, com junta seca. De beirado simples, sem cornija e de cércea reduzida.



**LT060 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Rua Vergílio Ferreira, sem nº

**Espaço de implantação:** Nas duas portas do rés-do-chão, na ombreira esquerda num caso em ambas as ombreiras no outro.

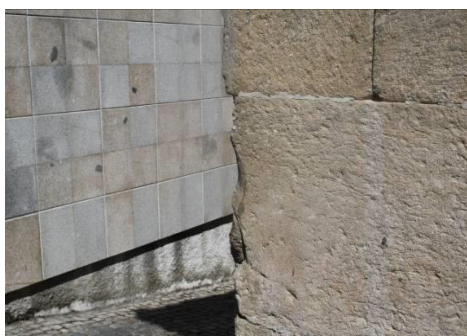
**Características do Imóvel:** Imóvel de três pisos com balcão. A fachada no rés-do-chão é em alvenaria irregular de granito, com junta rebaixada em cimento. Os andares superiores têm a fachada em reboco de areia fina a branco.

**NJ002 Tipologia:** Rebaixamento.

**Localização:** Rua da Cadeia Velha

**Espaço de implantação:** Jamba que faz esquina, sensivelmente a um metro de altura.

**Características do Imóvel:** Imóvel de dois pisos, tendo a fachada acabamento a reboco branco, exceptuando as áreas do edifício que fazem esquina e as molduras das portas e janelas.



**Torsas e Ombreiras Biseladas:**



NJ250



NJ217



NJ217



NJ112



NJ241



NJ001



NJ120



LT159



NJ223



NJ224



NJ311



LT055



NJ296



NJ130

### Lintéis Decorados



NJ296



LT153

## Arquitectura Civil e Religiosa. (séc. XVI – XIX)

### ➤ NJ217 - Casa da Torre – Rua Direita (séc. XV/XVI)

A Casa da Torre foi edificada, provavelmente, em duas fases, a poente ainda no século XV e a nascente durante o século XVI.

A casa é um interessante exemplar de arquitectura civil manuelina, apresentando janelas ricamente decoradas, assim como um interessante conjunto de esculturas nos cachorros, representado fauna e faces de carácter demoníaco.

A sua planimetria rectangular de volumes maciços, aproxima este imóvel do género torreão, sendo possível observar três fachadas.

A principal, a poente divide-se em três pisos, com porta de moldura rectacom uma *peana* à esquerda no rés-do-chão; o segundo com uma pequena janela e o terceiro com uma janela de moldura em arco polilobado decorada com motivos zoomórficos e vegetais e a inscrição *ave maria gratia*, com um pequeno balcão que assenta sobre três mísulas antropomórficas, com a do meio a representar todas as características do ser humano.

A fachada lateral a norte divide-se em três pisos, com o primeiro a ter duas portas, uma de moldura em arco quebrado associada à parte mais antiga do edifício, e a outra de moldura recta com a moldura a apresentar-se biselada. No piso intermédio foram abertas duas janelas com moldura em arco polilobado decorada com motivos vegetalistas e zoomórficos; a fachada a nascente apresenta três portas sendo que duas deles correspondem ao arquétipo da casa de mercador, tendo estas dois vãos distintos e ambas as molduras biseladas, representado a porta mais larga de acesso à loja ou oficina e a mais estreita acesso ao andar residencial, no piso superior foi rasgada uma janela de mainel decorada com motivos vegetalistas e geométricos, bem como cabos de cordas, geminada e de uma intrínseca fluidez que remete para um pedreiro bastante dotado.

Por toda a fachada e junto às janelas decoradas encontram-se símbolos que se assemelham a um ypsilon encimado por uma esfera cujo simbolismo ainda não foi claramente resolvido.

O interior do edifício foi totalmente alterado, no entanto ainda é possível ver as portas e janelas de arcos canopiais, com um armário de pedra embutido virado a nascente, assim como namoradeiras nas janelas e os já referidos cachorros-escultura.

Alberga no presente serviços administrativos e exposições do Centro de Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens.

➤ NJ002 - Cadeia Velha - Rua da Cadeia Velha (séc. XVI)

Imóvel datado do séc. XVI que servia de habitação ao alcaide da localidade assim como de cadeia. Está documentada a presença de foras-da-lei, mas também de pessoas acusadas de “judaizarem” neste local. A presença do pelourinho em frente ao imóvel está também documentada pela persistência toponímica da rua em frente ainda ser o Largo do Pelourinho. A construção do solar dos Serpa Pimentel acabou por condicionar este espaço a uma rua bastante estreita, modificando por completo o espaço urbano medievo e moderno durante o séc. XVIII. Actualmente o imóvel encontra-se bastante descaracterizado, muito devido à construção de um terceiro piso recentemente com materiais pouco recomendáveis para um imóvel com o potencial patrimonial apresentado.

O primeiro piso encontra-se a um cota bastante inferior à da rua, o que indica a presença de aterros para elevar a rua para a configuração actual. A fachada no primeiro e segundo piso apresenta silharia mais ou menos regular, sem junta, com as portas a apresentarem uma moldura saliente.

O primeiro andar está dividido em 3 lojas, sendo apenas uma ocupada. O segundo e terceiro piso são agora habitação. No extremo norte doo edifício encontra-se outra habitação, sendo que o conjunto faz ainda parte do mesmo imóvel, encontrando-se de momento com a fachada totalmente alterada, pela pintura a branco.

➤ NJ216 - Capela de Santa Cruz - Rua da República (séc. XVI)

Edifício religioso de uma simplicidade reveladora do seu propósito, apresenta uma plana rectangular, de pequenas dimensões. As suas características originais estão “escondidas” por trás da requalificação feita nos anos de 1980 pelos populares, nomeadamente pelo Senhor António Cacho, pois a capela apresentava sinais de ruína bastante severos.

No entanto, a história da construção da capela é reveladora dos trágicos e violentos ataques xenófobos e racistas que a comunidade cristã-nova sofreu nas décadas de 1520/1530 em Gouveia. Evento documentado e relatado por Alexandre Herculano e Meyer Kayserling no séc. XIX, é elucidativa do sentimento para com os cristãos-novos. Esta ocorre num período de perseguição do reinado de D. João III, em 1528, precisamente. Contam que, uma imagem da Virgem de Sta. Maria, ou da Nossa Senhora do Porto, venerada pela população da cidade na desaparecida capela de Vera Cruz - desconhece-se a localização, havendo apenas referências nas inquirições paroquiais de 1721 e 1758. A imagem foi destruída, já depois de ter surgido no lugar da força desta vila, que também se desconhece, pouco tempo antes. Prontamente, foram acusados três cristãos-novos, delação feita por dois indivíduos, Diogo de Barbuda e Richarte Henriques, que subornaram testemunhas. Os acusados foram declarados culpados pelo nuncio D. Martinho de Portugal, após diligência de D. Jorge de Almeida, Bispo de Coimbra.

Os três cristãos-novos, Eliézer Cordeiro, João da Silveira e Diogo Carvalho, foram sentenciados à fogueira no ano de 1531, contando-se que morreram abraçados à cruz, invocando o nome de Cristo, em Lisboa.

A tradição popular refere que este, verdadeiro, auto-de-fé ocorreu em Gouveia, onde, mais tarde e provada a inocência destes, os frades franciscanos do convento do Espírito Santo desta cidade erigiram, então a dita capela de Sta. Cruz, no Bairro da Biqueira, como arrependimento, afirmando a tradição popular, que foi construída onde foram queimados os cristãos-novos.

A inocência dos 3 indivíduos fora provada após uma zanga entre os dois acusadores, quando Richarte acusa Barbuda de ter sido ele o profanador da imagem, para responsabilizar os cristãos-novos desta vila. Este ainda chegaria a ser preso, porém ter-se-à evadido da cadeia em Lisboa.

O propósito da construção da capela terá ajudado a criar a ideia que foi ali que ocorreu infame acto, sendo a realidade que estes foram condenados em auto-de-fé, em Lisboa, no entanto a capela subsiste como forte marca deste tempo cruel, no espaço que seria o bairro onde os incriminados viveriam.

➤ LT042 - Capela de S. Miguel - Largo de S. Miguel (séc. XVI)

Motivo de discussão, a sua construção no século XVI parece ser indicada assim como o crescimento da envolvente urbana. As várias manifestações simbólicas nas paredes externas, assim como nos imóveis envolventes parecem apontar para um crescimento durante o período moderno. É possível apurar uma grande variedade de estilos de cruciformes, com apresentação cuidada e claramente com o intuito de se tornarem bastante visíveis e diferenciadores.

O edifício da capela tem a porta de arco de volta perfeita que pode remeter a construção ainda para um período tardio românico, o que não aparenta ser o caso pela documentação conhecida.

No entanto a janela que encima a porta principal foi uma alteração realizada assim como é o beirado necessário aquando da colocação do telhado, devido ao estado ruinoso que se encontrava nos anos 1960. É a única capela sem reboco exterior sendo possível ver o seu aparelho construtivo com silharia mais ou menos regular com junta de cimento, sendo o centro da vida religiosa no bairro operário do Outeiro.

Junto à fachada encontra-se um cruzeiro erigido em memória de um operário assassinado na grande greve geral de 1902 que se realizou em Gouveia, sendo por isso um símbolo icónico da força da indústria

têxtil de Gouveia, que de acordo com a documentação, teve a sua génese junto a este bairro, como o provam também as diferenças irmandades das cadeias operatórias que funcionaram neste bairro durante a época moderna e contemporânea.

➤ NJ001 - Antiga Casa da Câmara - Largo do Pelourinho (séc. XVII)

No século XVII a necessidade de um espaço próprio para a vereação local funcionar condignamente levou à construção deste edifício junto à cadeia velha e em frente ao Pelourinho manuelino.

Na fachada virada ao Largo do Pelourinho ainda é possível ver a Coroa Portuguesa e a sobriedade do edifício com duas varandas no segundo piso a contrastar com a porta única no primeiro piso.

Foi alvo de algumas reformas (o imóvel e a Coroa Portuguesa) que lhe alteraram alguns dos traços originais, no entanto a porta de moldura arredondada ainda existe e funciona hoje como uma retrosaria no primeiro piso e habitação no segundo piso.

➤ NJ219 - Sede da Santa Casa da Misericórdia - Praça de S. Pedro (séc. XVII)

As características deste imóvel enquadram-se no período de D. João III, juntamente com a antiga Casa da Câmara e os dois imóveis da Avenida 1.º de Maio, podendo datar-se da fundação da Misericórdia de Gouveia.

Funcionou como hospedaria da Misericórdia, sede da Mesa da mesma instituição, que geria entre outras coisas o Monte Aljão e a distribuição de terras, tendo inclusive financiado através deste espaço rural a construção da Igreja de S. Pedro, e ainda funcionou como Hospital. A janela, indubitavelmente, similar à do edifício da Avenida 1.º de Maio, apontam para esta cronologia sendo que o seu

interior está totalmente remodelado para albergar a sede da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia.

➤ LT005 e NJ337 - Imóveis da Av. 1.º de Maio – séc. XVI/XVII

LT005 - Imóvel de 3 pisos com portas e janelas com diferentes dimensões e estão dispostos assimetricamente. Duas linhas de “cachorros” separam o rés-do-chão dos outros pisos, no segundo e terceiro pisos as torsas das janelas são biseladas e a porta da varanda com caixilho saliente. Fachada em alvenaria irregular de granito irregular, com junta rebaixada. De beiral simples, sem cornija e de cércea média. O terceiro piso apresenta-se-nos como uma adição mais recente, provavelmente do século XIX.

É actualmente um edifício de escritórios de serviços privados.

NJ337 - O edifício contíguo é em muito similar ao da sede da Santa Casa da Misericórdia, muito pela similitude das janelas de ambos os imóveis. É um edifício de três pisos sendo que o terceiro é um acrescento bastante recente que em nada beneficia o imóvel. A fachada está pintada a branco não sendo possível observar a silharia e a técnica de construção do mesmo, tendo os vãos regulares. O interior encontra-se completamente modificado.

Inseri-se na classificação de casa solarenga, assim como a Casa Alpoim no Bairro do Outeiro, sensivelmente do mesmo período.

No rés-do-chão funciona uma pastelaria com o os outros pisos a corresponderem ao armazém do comércio.

➤ LT055 - Casa Alpoim – Rua de S. Miguel (séc. XVII)

Imóvel, popularmente, conhecido como “Casa Alpoim”, de dois pisos. A fachada é em alvenaria irregular de granito e junta rebaixada. Os vãos são de desenho rectilíneo e desalinhados. De beiral simples, com cornija saliente em granito e cércea reduzida. As 3 janelas do 1º piso e a porta do rés-do-chão possuem torsas e ombreiras biseladas.

➤ NJ221 - Capela de S. João - Rua Direita (séc. XVII)

Edifício religioso de planta quadrangular e de traçado simples, pintada de branco, com um portal rectangular com falsas colunas a ladear a porta e encimada por uma janelão quadrado.

Esta capela tem uma história diferente pois não se encontra no seu sítio original. É referida a transladação da capela, assim como a sua construção original nas memórias paroquiais do séc. XVIII, sendo omissa a sua proveniência.

➤ NJ338 - Capela do Senhor do Calvário - Monte do Senhor do Calvário (séc. XVIII)

É popular a história da construção da capela pelos jesuítas após o terramoto de 1755 como forma de agradecimento a Jesus Cristo ter poupado a localidade de Gouveia de tal catástrofe. A capela é referida pelos jesuítas, mas é pouco provável que fosse construída pelos mesmos, pois entre 1755 e 1758 (data da expulsão da ordem do reino) não terá sido possível.

No entanto, no fim da centúria já se realizavam arraias em torno da mesma sendo por isso provável a sua construção na segunda metade do século XVIII.

De facto, arquitectonicamente enquadra-se na centúria de setecentos, num plano rectangular simples de cabeceira pouco saliente. A frontaria encontra-se alterada pois conhecem-se fotografias do edifício nos anos 1930 onde era possível ver ainda parte da azulejaria que lhe cobria a fachada, e é rematada por uma cornija recortada de frondosas com dois cunhais coroados por fogaréus. O portal enquadra-se com duas pilastras de capitéis bem lavrados. Apoiando um frontão curvo, de volutas onde se inseriu o escudo da coroa portuguesa.

É um lugar de culto milenar sendo conhecido o local onde está erigida de Monte Ajax, assim como o era a ribeira de Gouveia, o que mostra um provável culto pagão, apropriando-se a Igreja Católica, como em tantos outros lados, do local e da crença popular. Infelizmente, as obras realizadas no espaço nos últimos 30 anos provavelmente destruíram o subsolo arqueológico, pelo que o espaço se encontra bastante alterado desde a sua fundação e de difícil conhecimento do seu verdadeiro lugar na história da cidade.

➤ NJ219 - Igreja da Misericórdia – Praça de S. Pedro (séc. XVIII)

Projectada a partir de 1721, o templo terá sido terminado ainda na primeira metade da centúria.

De planta rectangular, possui uma só nave e de tecto abobadado em madeira. O retábulo de talha policromada e o arco triunfal que tem as armas nacionais, juntamente com os retábulos laterais conferem-lhe uma dignidade soberba.

Com a fachada principal a ser dominada por um portal ladeado por duas pilastras toscanas, suportando o varandim que corre sob três janelões, emoldurados com o do meio a ser rematado no topo pelo escudo e coroa régia nacional e os laterais por conchas. A fachada é rematada por cunhais igualmente toscanos pinaculados e pela cimalha encurva que acompanha a empena. Encontra-se coberta com azulejaria setecentista.

➤ NJ214 - Igreja de S. Julião – Rua de S. Julião (séc. XVIII)

Edifício religioso mais antigo conhecido na cidade, terá sido a primeira Igreja Matriz da localidade e surge referenciada no rol de bens da Igreja do Rei D. Dinis de 1320-1321, sendo provável a sua construção datar ainda do séc. XIII.

Desde então tornou-se uma espécie de mártir da cidade pois são conhecidas várias obras, destruições e reconstruções que a “despiram” da sua forma original.

Uma das mais importantes ocorreu no séc. XVIII quando foi construída a sacristia cuja data se encontra gravada na janela das traseiras (1748), que terá também beneficiado a Igreja para a forma que hoje lhe conhecemos.

Logo no início do século seguinte testemunhou a passagem dos exércitos napoleónicos, durante a retirada da 3.<sup>a</sup> invasão liderada pelo General Massena que a incendiou, causando-lhe grandes danos, assim como o fez à fortaleza defensiva que se encontraria próxima, onde hoje é o Largo do Castelo, causando o seu total desaparecimento.

Voltou a ser erigida, voltando a sofrer durante o século XX uma destruição parcial da sua torre sineira, aquando duma famosa tempestade que assolou o país.

A sua fachada principal é dominada pelo portal que se encontra enquadrado por duas colunas do tipo jónico, apoiando um frontão de volutas quebrado quebrados por um janelão. Os cunhais são coroados por fogaréus, rematando a fachada com uma cornija arcada e cruz alçada. A torre sineira é balaustrada de remate piramidal e cunhais chanfrados.

Possui uma só nave, de capela-mor saliente, com três retábulos em talha policromada, que pertenciam ao Convento do Espírito Santo.

A sua simplicidade contrasta com a riqueza histórica do edifício, enquadrado assim o desenrolar histórico urbano do bairro que envolve o edifício, tido como o mais tradicional da cidade.

➤ NJ218 - Igreja de S. Pedro – Praça de S. Pedro (séc. XVIII)

Edifício religioso por excelência da cidade, esta mini-catedral para além de lugar de culto é também um dos mais notáveis edifícios gouveenses.

Sucessora da antiga igreja de S. Pedro, cujo lugar original se desconhece mas que segundo as referências documentais, situar-se-ia dentro das muralhas (algures no Bairro do Castelo), foi erigida a partir de 1758 sendo aberta ao culto em 1789.

É de planta rectangular e possui uma só nave, com a capela-mor bastante saliente. No corpo da Igreja encontram-se quatro altares laterais. O retábulo no altar é de talha policromada, imponente e de belo efeito visual. O arco triunfal é rematado por um baixo-relevo que representa o Calvário.

De salientar ainda a presença de um púlpito de talha joanina riquíssimo e as pinturas da “Anunciação” e da “Imaculada Conceição”.

O seu frontispício em cantaria de granito tem dois corpos sobrepostos. No primeiro destacam-se o portal de vão rectangular ladeado por duas pilastras toscanas, sobrepondo-lhe um varandim encimado por um frontão curvo. O segundo corpo possui um frontão invertido onde repousam duas volutas de grandes dimensões e um medalhão onde está gravado as insígnias de S. Pedro, rematado por uma cimalha, onde duas urnas e uma cruz alçada se colocaram sobre a mesma. Tem ainda motivos marítimos, grinaldas e estandartes a decorar esta magnífica fachada.

A ladear a entrada encontram-se duas torres sineiras de cunhais bem aparelhados, com o topo a ser rasgado por ventanas. Possui ainda um relógio em cada torre. No topo as torres são balaustradas, com obeliscos nos cantos e pirâmides bem trabalhadas, tal como na Igreja de S. Julião.

D. Maria II ofereceu-lhe um órgão que proveio de um dos conventos extintos de Coimbra.

➤ Convento do Espírito Santo (ou de S. Francisco) – Calçada dos Frades (séc. XVIII)

Local envolto em grandes mistérios populares, a sua antiguidade é comprovada pela documentação, apesar do edifício que hoje vislumbramos seja o resultado de grandes obras projectadas a partir de 1752.

Provavelmente fundado no séc. XIII, havendo que afirme serem os templários os responsáveis, o Oratório do Espírito Santo foi promovido a Convento em 1433 pelo Papa Eugénio IV.

No entanto, é Catarina D'Eça que projecta o Convento quando lhe confia a guarda de algumas relíquias de um dos mártires de Marrocos, nomeadamente um pedaço das cordas com que foram arrastados e um osso da perna.

As grandes dádivas que se seguiram dotaram o Convento de grandes recursos permitindo realizar algumas obras, até que durante o séc. XVIII as grandes obras de remodelação que lhe conferem o aspecto que hoje vemos.

Apesar da destruição do corpo principal da igreja, mantêm-se muitas das características do imóvel.

Para além da imensa e monótona ala poente, a fachada principal e a torre sineira são os seus principais compostos.

A sua frontaria possui cantaria bem trabalhada de granito rematada por uma cornija saliente, que na igreja se encurva com a empena, sobrepondo-se a tudo dois fogaréus. O portal e dois fenestrões enquadra um nicho emoldurado com volutas e conchas onde se esculpiu uma belíssima imagem de São Francisco que ainda existe. A torre sineira é de traçado simples, com cunhais em cantaria de granito pinaculados com quatro obeliscos, onde ainda se encontra um relógio de sol. A torre é ainda encimada por uma pirâmide e quatro ventanas nas quatro faces.

Ao longo de todo o edifício, junto ao solo, surgem as chamadas “pedras almofadadas” que podem remeter para uma reutilização de materiais do período romano na área.

O interior apesar de destruído, ainda é possível observar o coro alto abobadado. O seu plano seria rectangular, não sobrevivendo nada mais, e podendo encontrar-se os retábulos e talhas pelos outros edifícios religiosos da cidade.

Actualmente o imóvel e os seus terrenos são propriedade privada.

➤ NJ339 - Colégio da Santíssima Trindade - Praça do Município  
(séc. XVIII)

Enorme e volumoso edifício, foi utilizado para diversos fins desde a sua construção até ao seu papel actual, de albergar os Paços do Concelho.

A sua construção remonta à dádiva de todos os seus rendimentos e bens de Dona Brízida de Távora e do seu marido D. António Homem de Figueiredo, feita aos Jesuítas, com o prejuízo de se realizarem três missas diárias e ao ensino elementar aos locais, construindo às suas expensas a igreja e colégio.

Com início em 1733 as obras foram concluídas em 1745. A partir da expulsão dos jesuítas em 1759 o edifício foi mosteiro de freiras franciscanas, quartel do batalhão n.º 7 de caçadores, hospital de campanha e cadeia até que foi adquirido pela Câmara Municipal de Gouveia, que operou grandes obras em 1694 conferindo-lhe o aspecto actual.

Apesar de o conjunto estar completo, apenas a Igreja central do edifício se demoliu. As longas filas de janelas e a sobriedade constante do edifício dão-lhe uma marca muito própria para a arquitectura jesuítica, sendo um dos melhores exemplos da arquitectura setecentista portuguesa.

O lado poente, local de entrada do edifício e da demolida igreja possui três portais, com o central a ser de maiores dimensões.

Estes três corpos dominados pelos portais, possuem dois janelões laterais sobrepujados por óculos e frontões curvos. O central possui um frontão de volutas e quebrado por um delicioso escudo joanino com a coroa real portuguesa a sobrepor o portal, com os portais laterais a possuírem frontões quebrados pelas armas dos fundadores, Távoras e Figueiredo, com uma janela emoldurada. As pilastras pinaculadas seccionam os três panos.

No seu interior, onde se encontraria a nave da igreja existe uma escadaria balaustrada e um largo átrio.

O antigo refeitório é hoje em dia o Espaço Arte e Memória dedicado a alguma das mais belas peças de arte sacra do concelho e decorado no seu interior com painéis de azulejos setecentistas, provenientes do Convento do Espírito Santo, onde nos seus dez painéis monocromáticos se retratam cenas da vida de São Francisco de Assis.

➤ NJ215 - Solar dos Serpa-Pimentel - Praça de São Pedro (séc. XVIII)

Mandado construir em 1782 pelo Capitão-Mor António José Pimentel de Mesquita e Vasconcelos, sobrepõe-se ao antigo largo do Pelourinho, ocupando um espaço nobre da cidade.

As fachadas compostas por filas de janelas de vão regular e ricamente emolduradas, destaca-se os frontões que rematam a fachada e o portal rasgado na fachada principal, sobrepujado por um frontão invertido que se estende por uma das janelas e culmina no brasão da família, enquadrados por uma pronunciada cimalha e dois fortes cunhais.

Existe ainda a capela, de onde foi recuperada a ara romana dedicada a *salqiu*, com a invocação à Nossa Senhora dos Prazeres, hoje conhecida como Capela de Santa Eufémia, forrada a azulejo do tipo padrão e com um retábulo ao gosto maneirista.

Hoje em dia é a Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira.

➤ NJ340 - Solar do Conde de Vinhó e Almedina - Rua Direita (séc. XVIII)

Casa Solar do Conde de Vinhó e Almedina, possui dois pisos, onde o segundo se encontra melhor trabalhado, nomeadamente no que às janelas e portal principal diz respeito, pois seria esse o piso de habitação do senhor, sobrando o piso térreo para as dependências dos serviços e armazenamento de bens.

Com uma fiada de janelas de molduras recortadas possui o que se chama de falsos aventais rematados por um friso em forma de concha, com o portal principal a ser encimado pelo brasão da família.

O seu interior e a fachada sul foram bastante modificados aquando das obras de beneficiação do edifício para se converter no Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta.

De facto este proeminente industrial e senhor de terras foi um dos principais mecenas do trabalho do Mestre Gouveense.

➤ NJ133 - Solar do Conde do Ervedal - Largo D. Zulmira Bellino (séc. XVIII)

Solar que pertenceu ao Conde do Ervedal, como se prevê pelo brasão existente na fachada norte do imóvel está bastante alterado pelas obras de beneficiação feitas pelas freiras que conduzem a obra de assistência social “O Patronato - A nossa casa” que aí tem o seu espaço.

No entanto a dimensão do edifício mostra-nos a riqueza do conjunto até pelos vãos e filas de janelas nos dois pisos do imóvel onde se destaca o enorme balcão de granito que dá acesso ao segundo piso.

## Conclusão

É notória a presença de conjuntos urbanos de grande valor patrimonial na cidade, nomeadamente nas áreas definidas para o centro histórico, como a Praça de S. Pedro, Bairro do Castelo, Rua Direita e Bairro do Outeiro, onde os imóveis contam a história das comunidades.

Independentemente do valor maior ou menor, ou melhor, mais espectacular ou menos espectacular, dos imóveis é de realçar o óptimo conjunto de informação que é possível recolher a partir do estudo e da observação destes edifícios percebendo ou recriando mentalmente quais e onde se situavam os vários espaços de sociabilidade públicos e/ou privados que a cidade dispõe desde a Idade Média até à actualidade.

Apesar da descaracterização causada por algumas construções mais recentes ou do abandono de imensas casas nomeadamente na zona norte do bairro do Castelo, é possível observar algumas das principais características dos imóveis, sendo que os mesmos são passíveis de ser os próprios contadores da História de Gouveia, como conjunto urbano ou urbanístico, integrando arquitectura e património cultural, material ou imaterial.

Para além das óbvias vantagens nas requalificações que se pretendem levar a cabo nos imóveis e espaços públicos da cidade, cada vez mais o turismo cultural assume-se como uma mais-valia em Portugal, sendo o património edificado a sua principal face, pois permite “encenar” as ruas e os bairros tradicionais para um determinado período histórico, mas também é de realçar que Gouveia, com este conjunto de medidas, pode estar na vanguarda de um processo de regeneração urbana, fazendo cumprir ou cumprindo as recomendações e princípios das convenções e cartas internacionais do património e da regeneração urbana, onde a valorização do património existente é o seu principal foco de intervenção, enquadrados nas novas formas de pensar a requalificação urbana como a preconizada pela chamada *Salvaguarda em Desenvolvimento*.

No entanto, o conhecimento do passado, do património cultural material e imaterial e da história dos edifícios e espaços públicos, precisa de ser valorizada através de intervenções arqueológicas que permitam acrescentar novos capítulos a esta história, reforçando a aposta na melhoria das condições de vida dos habitantes e nos fenómenos culturais de atracção turística.

## Anexos



Mapa 1

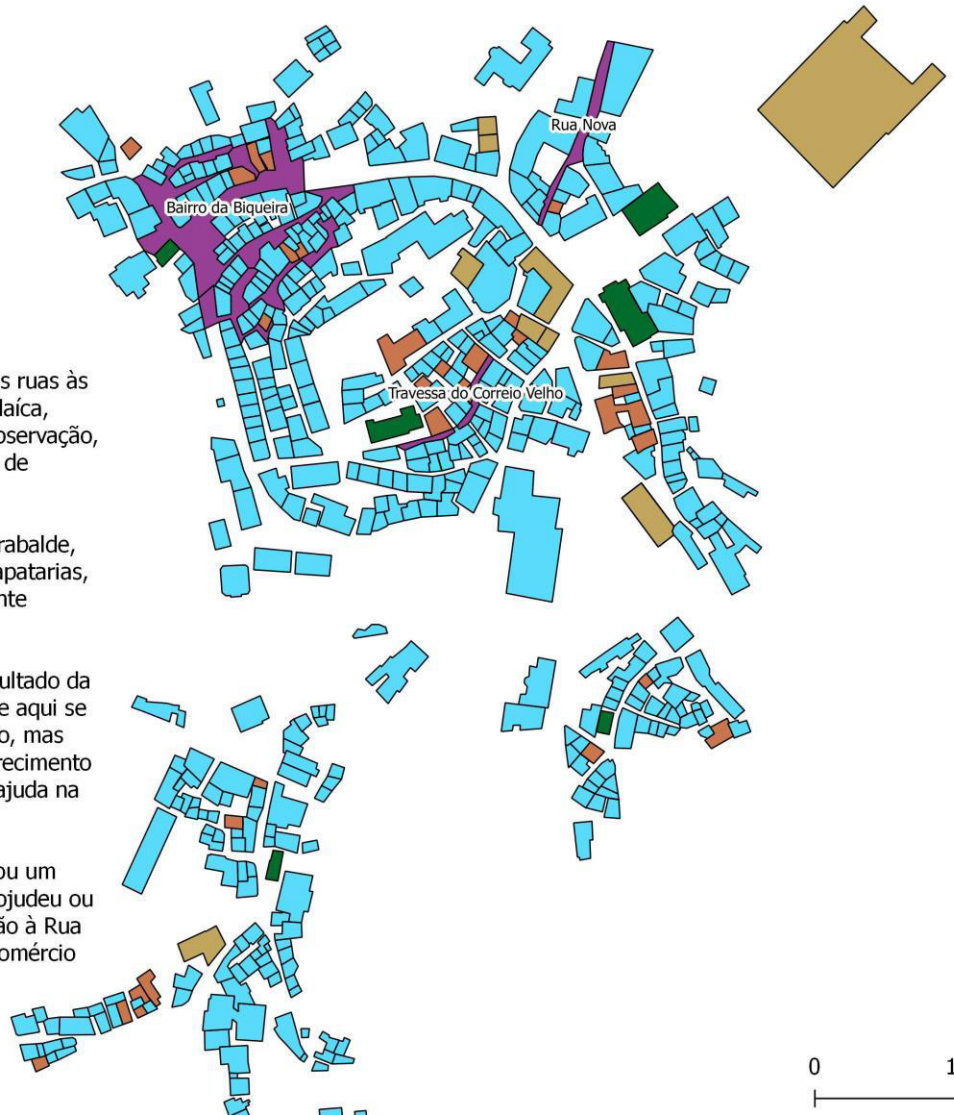
	Judiarías de Gouveia
	ARU - Centro Histórico de Gouveia
	Habitación
	Arquitectura Civil
	Arquitectura Religiosa
	Arquitectura vernacular c/ simbologia religiosa

Área do centro histórico de Gouveia, com a sinalética das ruas às quais são atribuíveis a presença de uma comunidade judaica, criptojudáica ou cristã-nova. Como se depreende pela observação, o carácter periférico das mesmas confere uma sensação de segregação espacial das comunidades judaica e cristã.

O facto de o Bairro da Biqueira ter funcionado como arrabalde, onde grande parte das indústrias poluentes (ferrarias, sapatarias, cortumes, etc) funcionaria ajuda a justificar a sua aparente segregação em relação ao núcleo antigo central.

A Rua Nova, construída no fim da Idade Média, foi o resultado da chegada de refugiados sefarditas da vizinha Espanha que aqui se instalaram, numa artéria fora do perímetro urbano antigo, mas ligado a uma importante porta da urbe medieval. O aparecimento da inscrição hebraica da sinagoga de Gouveia em 1967 ajuda na construção da história deste espaço.

A Travessa do Correio Velho é a artéria onde se encontrou um maior número de símbolos e inscrições de carácter criptojudeu ou cristão-novo, e pelo seu carácter de centralidade e ligação à Rua Nova, poderia ter funcionado como eixo central para o comércio medieval da localidade.



Mapa 2

ARU - Centro Histórico de Gouveia

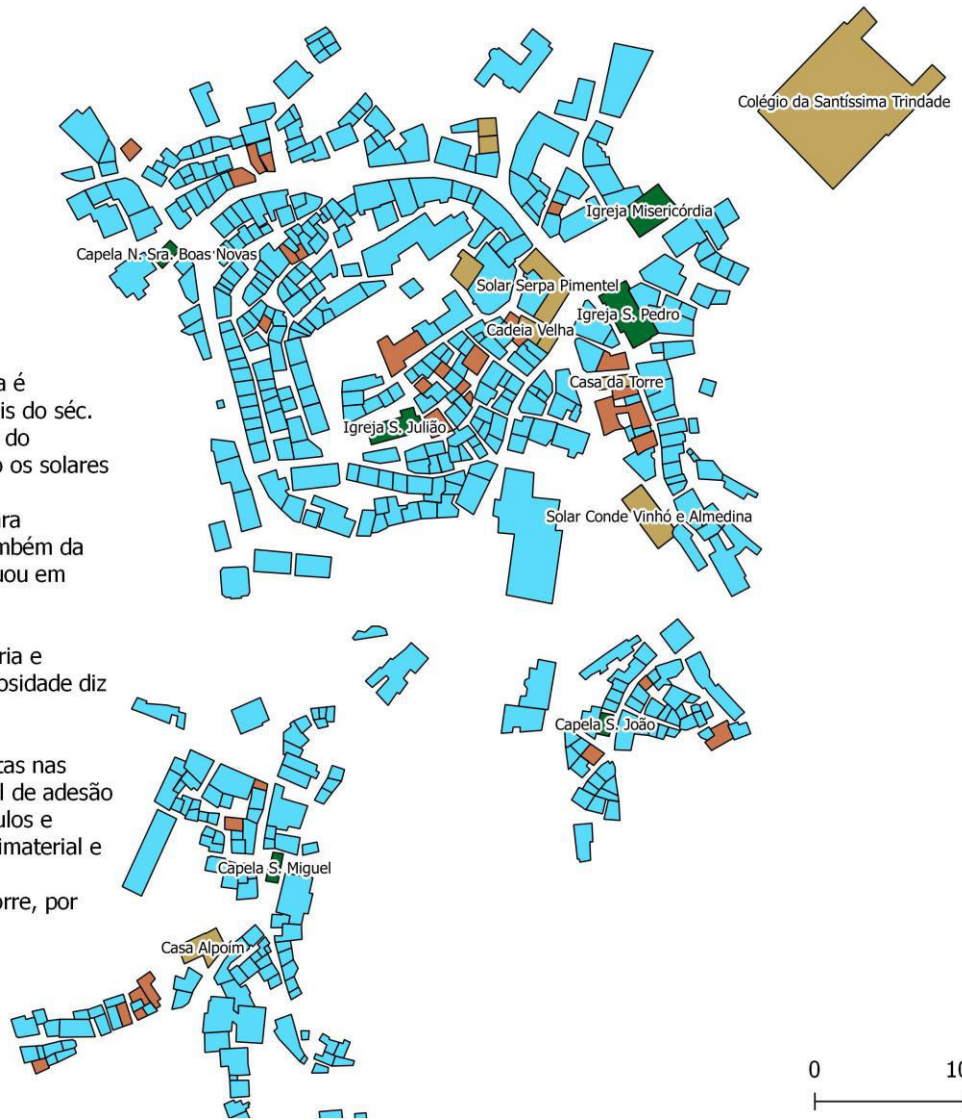
- Habitação
- Arquitectura Civil
- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura vernacular c/ simbologia religiosa

O conjunto urbano do centro histórica da cidade Gouveia é cafracterizado pelos imponentes edifícios religiosos e civis do séc. XVIII, como o ex-Colégio da Santíssima Trindade (Paços do Concelho), as Igreja de S. Pedro, Misericórdia e S. Julião os solares dos Serpa Pimentel e do Conde de Vinhó e Almedina. A dimensão e riqueza ornamental sobressaem, numa clara demonstração de poder por parte dos senhorios mas também da irgeja católica no auge do antigo regime, que se perpétuou em Gouveia nestes icónicos monumentos.

No entanto, as pessoas comuns contribuem para a história e riqueza patrimonial, nomeadamente, no que à sua religiosidade diz respeito e às formas como o demonstravam.

No caso, o caso mais paradigmático são as cruzes inscritas nas jambas das ombreiras das portas de casa, que num sinal de adesão à fé, superstição ou identificação, sobreviveram aos séculos e constituem hoje um importante conjunto do património imaterial e material de Gouveia.

Relevância para o facto de a Casa Alpoim e a Casa da Torre, por exemplo, possuirem também ricas janelas decoradas e ecruciformes bastante trabalhados nas suas ombreiras.

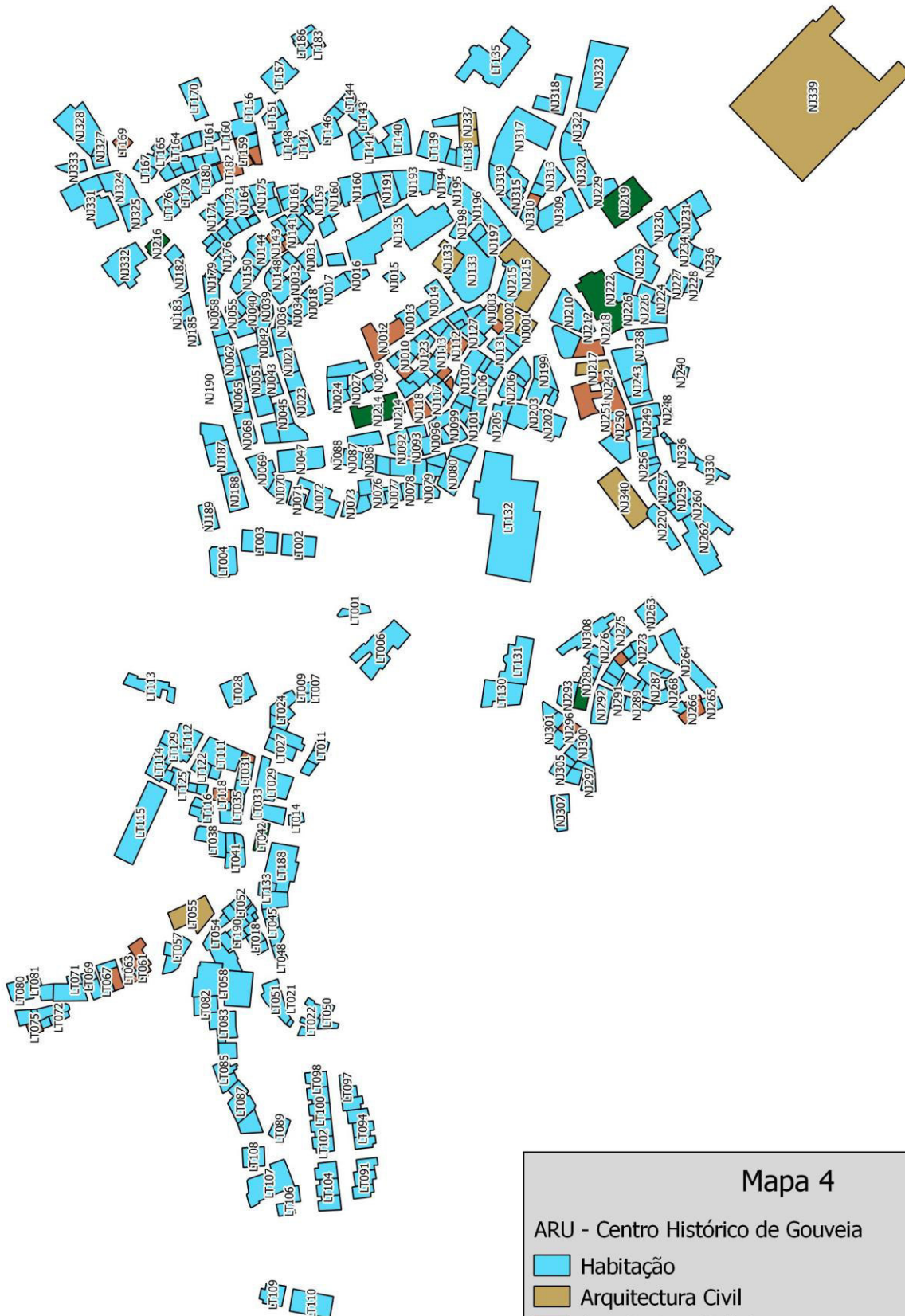




### Mapa 3

ARU - Centro Histórico de Gouveia

- Habitación
- Arquitectura Civil
- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura vernacular *c/* simbologia religiosa



Mapa 4

- ARU - Centro Histórico de Gouveia
- Habituação
- Arquitectura Civil
- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura vernacular c/ simbologia religiosa

0 100 m

Tabela 1

Ano	Nome	Profissão
1335	Isaaque Guedelha	
1439	Abraão Adida, o moço	sapateiro
1441	Abraão Adida, o velho	
1441	Samuel Abenazo	
1441	Salomão Farabom	
1441	Judas Socuto (Çocuto)	mercador
1442	Rica Viúva	tendeiro
1442	Isaac Gabay	
1442	Soleima Baruc	sapateiro
1442	Abraão Bem	mercador
1442	José Facit	ferreiro
1455	Samuel Gabay	sapateiro
1455	Samuel Navarro	mercador
1455	Salomão Zente	
1455	Samuel Navarro	sapateiro
1455	José Baruc (Jace Baru)	tecelão
1455	Abraão Baruc, o moço	sapateiro
1455	Judas Baruc	
1455	José	tecelão
1455	Abraão Baruc	sapateiro
1455	Menaém Baruc	sapateiro
1455	Moisés Picorro	sapateiro
1455	Isaac Picorro	sapateiro
1455	Menaém Picorro	
1455	José Picorro	sapateiro
1465	Meneferim Picorro	
1469	Isaac Faravom	mercador
1469	Salomão Franco	
1469	Salomão Abenazo	alfaiate
1469	Abraão Abenazo	
1469	Abraão de Castro	sapateiro
1469	Faram Picorro	
1469	Samuel Baruc	
1469	Judas Baruc	
1469	Haim Falsom	
1469	Isaac Baruc	
1469	Isaac Navarro	

1469	Jacob Abenazo	
1469	Jacob Navarro	
1469	Isaac Calvo	
1469	David Picorro	
1469	Abraão Socuto	
1482	José Baruc	cirurgião
1483	Abraão Gigantes	cirurgião
1483	Abrão Cabanas	físico

## Bibliografia Consultada

- AMARAL, Abílio Mendes. *Gouveia - Pro Domu Nostra* (Separata do Notícias de Gouveia), Gouveia, 1971.
- Ballesteros, Carmen - Aspectos da arqueologia judaica: Testemunhos da vida e da morte em comunidades judaicas peninsulares. In: Actas 3º congresso de Arqueologia Peninsular 8. 2000 pp. 131-150.
- BALLESTERO, Carmen - Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã - para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola, in Ibn Maruan nº6 - 1996.
- FERREITA, Tavares - *Elucidário do Pátio do Museu*, Gouveia, 1950.
- GASPAR, Jorge - A cidade portuguesa na Idade Média: Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI, Ed. Universidad Complutense Madrid. (1985).
- GUERRINHA, José - *Gouveia (Serra da Estrela)*, Gouveia, 2005.
- HERCULANO, Alexandre - *História do estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.
- MORETÓN, Emílio Fonseca - Viviendas de judios y conversos en Galicia y Norte de Portugal. Anuario Brigantino de Betanzos nº27 (2004).
- MOTA, Eduardo - *A Arquitectura Setecentista em Gouveia*, policopiada, 1985.
- MOTA, Eduardo - *Corografia setecentista do concelho de Gouveia*, Gouveia, 1992.
- MOTA, Eduardo - *Administração Municipal de Gouveia em Finais de Setecentos*, Gouveia, 1993.
- TENTE, Catarina - *A ocupação alto-medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela, Trabalhos de Arqueologia*, 47, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa. 2007.

## Cartas e Convenções sobre o Património

- Declaração de Namur “O Património Cultural no século XXI; uma estratégia comum para a Europa” 2015
- Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas - ICOMOS 2011
- Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial 2010
- Carta de Bruxelas 2009
- Declaração de Viena 2009
- Convenção de Faro - Conselho da Europa 2005
- Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial - UNESCO 2002
- Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído - Conferência Internacional sobre Conservação 2000
- Carta sobre o Património Construído Vernáculo - ICOMOS 1999
- Carta Internacional sobre o Turismo Cultural - ICOMOS 1999
- Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico - Convenção de Malta 1997
- Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada - 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana 1995
- Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico - ICOMOS 1990
- Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS 1987
- Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada - Conselho da Europa 1985
- Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos - ICOMOS 1981
- Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea - UNESCO 1976
- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural - UNESCO 1972